

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**JOSIMAR FARIA DUARTE**

**SACRUM CONVÍVIUM  
CLÉRIGOS SECULARES E SUAS REDES DE  
SOCIABILIDADES E SOLIDARIEDADES EM  
MARIANA (1745-1764)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**NITERÓI  
RIO DE JANEIRO – BRASIL  
2015**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**D812 Duarte, Josimar Faria.**

Sacrum convívium: clérigos seculares e suas redes de sociabilidades e solidariedades em Mariana (1745-1764) / Josimar Faria Duarte. – 2015.

170 f. ; il.

Orientador: Marcelo da Rocha Wanderley.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 155-160.

1. Clero. 2. Portugal. 3. Minas Gerais. 4. Rede social. 5. Solidariedade. 6. Século XVIII. I. Wanderley, Marcelo da Rocha. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.032

JOSIMAR FARIA DUARTE

**SACRUM CONVÍVIUM**  
**CLÉRIGOS SECULARES E SUAS REDES DE**  
**SOCIABILIDADES E SOLIDARIEDADES EM**  
**MARIANA (1745-1764)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de Março de 2015

---

Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de  
Assis

---

Prof.ª Dr.ª Georgina Silva dos Santo

---

Prof. Dr. Marcelo Da Rocha Wanderley  
Orientadora

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense por ter possibilitado a realização desse trabalho, por meio das discussões realizadas nas disciplinas cursadas, viabilizadas pelas professoras Ismênia de Lima Martins, Renata Varela e Magali Engel; e por meio do atendimento cordial de seus funcionários.

Aos professores Anderson José Guimarães (UNIRIOS) e Georgina dos Santos (UFF) sou grato pelos apontamentos realizados durante o exame de qualificação de projeto.

Aos professores Angelo Assis (UFV) e Georgina dos Santos (UFF) agradeço por terem participado da banca de defesa. Do mesmo modo, a Anderson José Guimarães e Guilherme Neves que aceitaram ser suplente da banca.

Agradeço ainda aos colegas de mestrado, especialmente aos que leram trecho desse trabalho e contribuíram com sugestões e indicações bibliográficas.

Gostaria de lembrar com reconhecimento aos funcionários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, que viabilizaram o acesso aos documentos.

Sou grato a CAPES por financiar a pesquisa nos anos de 2014 e 2015.

Aos meus pais, José Antônio e Teresinha, minha irmã Josiane e as minhas sobrinhas, Clara, Mariana e Celina, sou grato pelo apoio afetivo.

Por fim, deixo meu agradecimento a Marcelo Wanderley, por aceitar orientar a dissertação, acompanhando-a em todas as suas etapas.

## Sumário

Introdução.....	1
<u>Capítulo I:</u> O Tema na Historiografia.....	9
<u>Capítulo II:</u> Batinas “inventariadas”: Cultura Material e Condições de Vida no Termo de Mariana.....	21
1. Algumas Perspectivas do Termo de Mariana Séculos XVIII .....	26
2. Vida Cotidiana.....	45
3. Cultura do Barroco .....	58
<u>Capítulo III:</u> <i>Sanctorum Patrum</i> : O Sacramento Sacerdotal na Diocese de Mariana .....	68
1. A entrada do primeiro bispo na Diocese de Mariana .....	72
2. O Padroado Régio português e o discurso do bispo de Mariana.....	79
3. As Ordens Sacras na Diocese de Mariana.....	87
4. O Processo de Habilitação de Genere .....	91
<u>Capítulo IV:</u> Redes de Homens: Redes, Sociabilidades e Solidariedades.....	110
1 Do “Fio” que Tece as Redes .....	114
2. Atributos das Redes.....	122
3. As Solidariedades das Redes.....	130
4. Tipos de Redes .....	141
Considerações Finais .....	151
Referências .....	153

## Lista de Figuras

Figura 1 Mariana no mapa da Capitania de Minas Gerais .....	26
Figura 2: Mariana no Mapa da Comarca de Villa Rica .....	40
Figura 3: Regiões Atuais que formavam o Antigo Termo de Mariana .....	41
Figura 4: Igreja de S. Pedro dos Clérigos .....	60
Figura 5: Altar-Mor de S. Pedro dos Clérigos .....	61
Figura 6: Celebração de Ordens na Diocese de Mariana .....	91
Figura 7: Distribuição desses processos de Genere .....	95
Figura 8: Origem dos Portugueses Ordenados na Diocese de Mariana .....	98
Figura 9: Regiões de origens dos Minieros ordenados em Mariana .....	104
Figura 10: Tipos de Redes .....	141
Figura 11: Sociograma da rede do cônego José Batelho Borges .....	144
Figura 12: Sociograma da rede do padre Francisco Viera Alves .....	145
Figura 13: Sociograma da rede do padre João de Souza Barradas .....	147
Figura 14: Sogiograma da Rede do padre Bento de Melo Rego .....	150

## Resumo

A pesquisa faz uma interpretação a respeito de alguns aspectos referentes às redes de sociabilidades e solidariedades de clérigos seculares que em fins do século XVIII atuaram na capitania de Minas Gerais. Provavelmente, graças às relações de parentescos, vizinhança, segregação, migração e gênero, construídas nessa região, estes religiosos seculares alçaram destaques como mutuantes e fiadores de membros da corte de Lisboa, em complexas redes de mercadorias, ideias, comportamentos e valores que conectavam e articulavam os interesses dos agentes da metrópole e colônia. O recorte temporal escolhido tem como fronteiras os anos de 1745 e 1764, e refere-se às fontes empíricas analisadas, como manuscritos do *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, documentos crimes e jurídicos do *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana*, e avulsos do *Arquivo Histórico Ultramarino*. No que diz respeito ao método, utiliza-se o exercício de pesquisa denominado de micro-história. O aparato teórico-conceitual refere-se a recente historiografia sobre império, redes, conexões e relações entre centro e periferia, poder central e poder local. Os resultados são apresentados por meio de narrativas de *modais*.

## **Abstract**

The research is an interpretation about some characteristics of the networks of sociability and solidarity of secular clergy that in the late eighteenth century acted in the captaincy of Minas Gerais. Probably thanks to the relations of kinship, neighborhood, segregation, migration and gender, built in this region, these secular religious lifted highlights as lenders and guarantors of members of the court of Lisbon, in complex networks goods, ideas, behaviors and values that connected and articulated the interests of the metropolis and colony agents. The time frame chosen its frontiers the years 1745 and 1764, and refers to the empirical sources analyzed, such as manuscripts of the Ecclesiastical Archives of the Archdiocese of Mariana, crimes and legal documents of the Historical Archives of the House Mariana eighteenth century, and loose Archive Overseas History. With respect to the method, one uses the research exercise called micro-history. The theoretical and conceptual apparatus refers to the recent historiography of empire, networks, connections and relations between center and periphery, central and local power. The results are presented by means of modal narratives.

## Introdução

Datado de agosto de 1727<sup>1</sup>, o testamento de Antônio Borges Mesquita, que foi pároco na Vila Real de Nossa Senhora do Carmo, traz à tona muitos dos elementos que nos ajudam a entender as complexas redes de sociabilidades e solidariedades que entrelaçavam clérigos seculares a outros segmentos da sociedade portuguesa. Ainda jovem, após adesão às *ordens sacras in persona christi capitis*<sup>2</sup>, na diocese de Braga, em Portugal, ele deixou a freguesia de Canedo Canulho do Basto, onde morava seus irmãos, Doutor Braz e Anna Mônica, e seus pais, Antônio Borges e Maria Carmelha, e veio para casa de seu irmão mais velho na cidade do Rio de Janeiro, o *marchante*<sup>3</sup> Francisco da Costa Botelho, cuidar da formação intelectual de seu sobrinho aspirante ao clero secular, Antônio Alí.<sup>4</sup>

Em 1725, dez anos depois de chegar nessa “*Nova Colônia*”, o referido secular recebeu mandato do bispo frei Antônio de Guadalupe para ocupar o cargo de pároco vitalício na igreja Matriz da Virgem do Carmo em Minas Gerais. Região aonde, além de sua atuação nas “*funções do pároco na paróquia*” e “*escrivão no Juízo dos Órfãos*”, ficou conhecido pelos seus “*vários contratos, e ne/gócios com varias pessoas*”, em parte viabilizados pela produção e comercialização de carnes em associação com seus primos, os irmãos e comerciantes de secos e molhados Marcelo Pinto Ribeiro e Jacinto Ribeiro Leite.<sup>5</sup>

O primeiro desses comerciantes era solteiro e ficava encarregado de comercializar a carne da fazenda do padre em algumas localidades mineiras, como São José da Barra Longa, Paropeba, Barroso, Rego, Congonhas, Furquim, Vila Rica e São João Del Rei. Durante esse trajeto ele também era encarregado de emprestar dinheiro a juros

---

<sup>1</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre Antônio Borges Mesquita, 1728.

<sup>2</sup>Era um sacramento do catolicismo que conferia o poder, ou graça, do ordenando exercer funções eclesiásticas em serviço do culto divino e no governo pastoral, como perdoar pecados, converter pão e o vinho no corpo e sangue de Cristo. Cf.: Clero, Pessoas Consagradas e Fiéis Leigos. Concílio de Trento Sessão XXIII: Doutrina sobre o sacramento da Ordem. In: ROMA. **Associação Cultural Montfort**. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

<sup>3</sup>Refere-se à pessoa que abate o gado bovino. Cf.: (TAVARES, 2012).

<sup>4</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre Antônio Borges Mesquita, 1728.

<sup>5</sup>Ibid.

(prestamista) em nome do padre, que, mais tarde, depois de um ano litúrgico, cobrava as dívidas durante a celebração do enterro de “Nosso Senhor Jesus Cristo”.<sup>6</sup>

Já o segundo desses comerciantes era casado com a irmã do Padre Mesquita, Anna Mônica, e responsável pela venda da carne na cidade do Rio de Janeiro e em freguesias vizinhas. Após essa tarefa ficava sob seu encargo a compra de escravos para serem vendidos pelo sócio padre após o *Sacrum Convívium*<sup>7</sup> das missas ordinárias. Num desses trajetos este foi “morto pelos índios”, transferindo ao padre as obrigações de cuidar de sua esposa e filhas, Natária Leite, Maria Leite e Benta Leite.<sup>8</sup>

Além de sua participação no mútuo de dinheiro e na produção e comercialização de carnes na “Nova colônia”, Padre Mesquita estava envolvido em práticas de agiotagem em Portugal, para onde mandava dinheiro ao “homem de negócios Josepío Luis Mota”, morador na Freguesia de São João do Porto, para ser emprestado pela “oitava chaga de Cristo” e para comprar dívidas de pessoas de bom tratamento na corte. Os lucros advindos dessas finanças eram enviados aos seus procuradores em Roma, em especial ao religioso português da *ordem do Carmo* Francisco de Paula Barrados, que deveria usar tais rendimentos para proteger o secular caso ele ficasse falido, fosse preso pelo poder temporal, ou fosse vítima da “inveja de religiosos e seus procuradores que sem escrúpulos e má fé inventam calúnias e testemunhas contra os fiéis servos de N. Senhor Jesus Cristo”.<sup>9</sup>

Tudo indica que essas relações de trocas e finanças fez de Padre Antônio Borges Mesquita um homem de bom tratamento e de muitas posses em Minas Gerais. Quando em 1728 ele faleceu e foi aberto seu inventário sua fortuna era formada por 44 cativos, de idade entre 14 e 40 anos, terras de mineração, duas residências na Vila Real do Carmo, outra em Portugal, uma fazenda de gado e de porcos na “parte rural dessa Vila”, ouro,

---

<sup>6</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**– Inventário do defunto Dona Natária Leite, 1762.

<sup>7</sup>Expressão cunhada por S. Tomás de Aquino para expressar o profundo ministério do milagre da eucarística: “O sagrado banquete em que se recebe Cristo, a memória da sua Paixão Recorde-se, nossas almas estão cheias de graça, e o penhor da glória futura que nos é dado” (Os Cavaleiros do Novo Milênio. Os Mais Belos Cantos Gregorianos, São Paulo, 1997, faixa 3).Em Minas Gerais era termo usual para definir a estação da missa em que era repartido a comunhão, e para definir a harmonia entre as pessoas, enquanto um santo convívio (MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana** – Carta Pastoral de d. f. Manuel da Cruz de 22/02/1756).

<sup>8</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Inventário do defunto Jacinto Ribeiro Leite, 1726.

<sup>9</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Inventário do defunto Padre Antônio Borges Mesquita, 1728.

muitas jóias, vestes de luxo (bordadas a ouro), louças da Cia das índias, móveis franceses e dinheiro a créditos em Minas, na cidade do Rio de Janeiro e Lisboa. Em testamento ele deixou as recomendações que, após o pagamento de dívidas e despesas de seu funeral (*Terça*), seus bens fossem divididos na forma do direito comum entre seus sobrinhos.<sup>10</sup>

As sobrinhas Maria da Luz, Izabel e Maria, residentes em Portugal, deixou “*três mil cruzados para o seu dote*”, com condição de que elas quando casadas não levassem ou pedissem “*em algum tempo coisa da legitima que por parte de seus pais/ lhe poderia tocar porque me satisfarão delas, lhes deixares estes/ dote*”, cabendo, assim, aos seus irmãos o “*que lhes tocar na herança de seus pais*”. Ao sobrinho Antônio Alí, “*padre assistente nesta vila*”, deixou “*toda a louça e todos os móveis de casa*”. À Maria Leite e Benta Leite deixou “*três mil cruzados*” de dote. “*A primeira delas para levar ao marido com quem casar*”. Já a segunda, “*para servir de dote para entrada na Ordem das Carmelitas descalço em Portugal*”. Após pagamento desses herdeiros o testamento estabelecia que os seus demais bens fossem entregues a sua sobrinha Natária Leite, “*com condição de imaculada se casar com Marcelo Pinto Ribeiro*”. Caso não fosse aceito as condições, ou a sobrinha tivesse sido deflorada por outro, o testamento estabelecia que o líquido do seu monte-mor fosse repartido entre os 12 escravos alforriados com seu testamento.<sup>11</sup>

O testamento desse português, analisado enquanto registro de um fio de “*destino particular e com ele a multiplicidade dos espaços e tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve*” (REVEL, 1998, p. 21), elucida algumas redes de circulações de bens materiais e simbólicos que articulavam as relações globais da época moderna. Pode, assim, ser pensado enquanto campo de análise pelo qual podemos apreender como os eclesiásticos da época colonial teciam relações com outros segmentos da sociedade, nas duas margens do Atlântico, compondo redes de mercadorias, ideias, comportamentos e valores que conectavam e articulavam os interesses dos agentes da metrópole e colônia (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 187-250).

Partindo-se dessa hipótese, o trabalho em tela tem por intuito problematizar algumas dessas redes construídas entre um grupo de clérigos seculares com outros segmentos da sociedade portuguesa, tais como homens de negócios, oficiais e mulheres, que transitavam no Termo de Mariana, que à época era importante centro religioso,

---

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid.

minerador, administrativo e educacional da América portuguesa. Ao mesmo tempo, quando considerar-se os recursos religiosos, políticos e militares, hábitos e costumes da população do Reino, essa região pôde ser considerada periferia. É, pois, como sugere Russell-Wood, *“aquilo que se constitui como um ‘centro’ e uma ‘periferia’ é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal afeição”* (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 187).

Dito isto, é importante esclarecermos que empregamos o termo rede enquanto *“uma espécie de teia de malha fina”* que permite ao observador ter *“a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido”*, evidenciando-se, com isso, as diferentes e complexas relações interpessoais que envolviam e conectavam a coletividade em torno de valores e objetivos comuns, como o parentesco, amizade, afinidade, interesses materiais, religiosos, políticos e morais, fortalecendo-se, assim, dependências, agregações, cooperações e solidariedades durante certo período de tempo (GINZBURG, 1989, p.175).

O conceito de sociabilidade, por sua vez, é entendido enquanto um processo social de interação entre o indivíduo isolado e seus semelhantes, com os quais este se liga por vínculos afetivos, formando associações capazes de mobilizarem diversos recursos, tanto materiais quando imateriais.<sup>12</sup> Formando, assim, relações mutuamente favoráveis a esses atores, que possuem objetivos contraditórios ou convergentes, mas, que interagem nos processos de contenção e mitigação do poder (BOURDIEU, 1984). Isso, porque, como defendido por São Tomás de Aquino, o homem necessita viver em sociedade, a fim de satisfazer suas necessidades. *“Com efeito, é a própria natureza humana que induz o indivíduo a associar-se com outros indivíduos e a organizar-se em comunidade, em Estado”* (AQUINO, S/d, p. 97-98).

Já solidariedade refere-se a uma virtude humana de bondade com o próximo. É, nas palavras de padre Antônio Vieira (1655), um sentimento que *“ao homem fê-lo Deus para mandar, aos brutos para servir. E se os brutos se rebelaram contra Adão, e se não quiseram servir ao homem tão inferiores, tristes e miserável condição é haver um homem de servir a outro, sendo todos iguais”*. Sendo assim, acreditamos podemos empregar esse conceito aos vínculos que possibilitam aos grupos de indivíduos enfrentarem situações de

---

<sup>12</sup>“Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca” (ELIAS, 1994, p. 35).

crise, inseguranças e falências, em função da promoção da vida. Isto é, modos singulares de ser estabelecerem uns com os outros que geram ajudas recíprocas, de onde todos saem ganhando, independente de sua situação inicial (CHARTIER, 1990, p. 199).

O uso desses conceitos oferece-nos um conjunto de pistas sobre a capilaridade do poder que se processa na vida social. Para isso o debate não pode ser reduzido à mera condição de aparente confronto de poder. Mas, devemos através de rastros e fragmentos, identificarmos as “[...] *estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas*” (CHARTIER, 1990, p. 16). É como afirma Michel Foucault (1996, p. 257):

O poder que se exercerá a nível da vida cotidiana [...] será constituído por uma rede fina, diferenciada, contínua, onde se disseminam as diversas instâncias da justiça, da política, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se irá formar então já não terá uma teatralidade artificial e inepta; desenvolver-se-á numa linguagem que terá a presunção da observação e da neutralidade. O banal será analisado de acordo com a grelha eficaz mas cinzenta da administração, do jornalismo e da ciência.

Para essa análise escolhemos por recorte temporal os anos de 1745, que corresponde à data de criação da diocese de Mariana, sexto centro religioso da América portuguesa, depois da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677) e Pará (1719), e 1764, ano da morte do primeiro antítese dessa diocese, Manuel da Cruz, que fundou na paragem um seminário e viabilizou a criação de uma confraria de clérigos<sup>13</sup>, para promover a devoção a S. Pedro, garantir que as cômguas fossem pagas pelo Estado português, promover a solidariedade entre os confrades na construção de uma igreja, a maior e mais bonita do império, algumas residências de padres, com arquitetura superiora as demais da região, controlar a água potável em Mariana, e proteger os seculares de possíveis ataques de “*escravos que matam padres*”, holandeses ou protestantes.<sup>14</sup>

O universo empírico de pesquisa foi constituído por manuscritos eclesiásticos, disponível a consultas no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*; documentos do Juízo dos Órfãos, do *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana*; e avulsos, do *Arquivo Histórico Ultramarino*. Nestes arquivos, a maior parte das fontes disponíveis para

---

<sup>13</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* – Testamento de dom frei Manuel da Cruz, 1764.

<sup>14</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* – Livro da Ordem de S. Pedro, 1749-1802.

traçarmos as redes são os *processos de habilitação de Genere, inventários post-mortem e testamentos*. Documentos que em arquivística são classificados como partes integrantes de acervos públicos de cunho administrativo. Por uma razão sem dúvida simples, serem papéis escritos para o funcionamento das instituições administrativas, legislativa e judiciárias do governo português na capitania de Minas (BELLOTTO, 2002, CARRARA, 2007).

Após escolha desse material, as atividades laboratoriais realizadas envolveram leituras, transcrições e fichamento, o que resultou em separação das informações por similitudes e contraste. A amostra foi escolhida considerando-se os documentos em que haviam indicações claras de relações de trocas e finanças. Com isso, listamos 35 nomes dos clérigos seculares que atuaram na capitania de Minas Gerais como comerciantes de retalho e grosso trato, graças a recursos próprios ou por relações de parentesco e amizade construídos com membros da elite econômica da região.

Após isso, criamos fichas com nomes e listamos os indivíduos com quem estes mantinham essas relações de trocas e finanças, bem como procuramos identificar o grau dessas. Em seguida, tentamos identificar nos arquivos documentos referentes a essas pessoas. As informações coletadas na documentação incorporada foram separadas pelos atributos de parentesco, hierarquias sociais, sexo, migração, espaço e agregação; e codificadas para compor uma base de dados eletrônica em *planilha excel*. Posteriormente, estas foram agrupadas e usadas na construção de gráficos de *sociogramas* de redes, no quais o núcleo rígido era um clérigo secular e os nós das tramas pessoais com quem estes se relacionavam.

A partir dos *sociogramas* construídos classificamos as estruturas das redes pelo número de nós em três dimensões fundamentais: Redes grandes, médias e pequenas. Posteriormente elas foram reclassificadas pela contagem das esferas, em sociabilidades muito variadas, médias e baixas; sociabilidade com ênfase na família, vizinhança ou no clero. Em seguida foram combinados esses tipos de redes e de sociabilidades: Redes grandes com sociabilidade variada, mas bastante locais; Redes grandes a média, com sociabilidade muito variada e alto localismo; Redes médias com variabilidade da sociabilidade, etc.

Depois desse procedimento metodológico, tivemos por objetivo reafirmar os resultados dos gráficos por meio de trajetórias de indivíduos que expressavam as

características do grupo social estudado, indicando, com isso, as normas e regras estruturais existentes nessas redes de sociabilidades e solidariedades. Para isso, recorreremos ao procedimento de construção de biografias modais, que servem para “*refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social*” (LORIGA, 1998, p 225). Tendo por desafio de pesquisa fazer com que as ações dos personagens selecionados não fossem tratadas como exemplares de um contexto. Mas, como campo de análise, em que “*cada sistema de disposições individuais é uma variante estrutural dos demais [...], o estilo pessoal não é senão um desvio em relação ao estilo próprio de uma época ou de uma classe*” (LEVI, 2006, p. 174).

Através das biografias *modais* procuramos identificar dois tipos de solidariedades, as *internas*, que definimos como sendo as formadas no âmbito do clero, e às *externas*, enquanto as construídas com mulheres, oficiais, comerciantes, outros. Essas solidariedades foram analisadas dentro de três tipos sociabilidades: Locais, Colônias e Globais. Definimos como redes locais as construídas no termo que Mariana. Acreditávamos que essas eram as mais frequentes, com presença constante de homens e mulheres, ligados por vínculos de amizade, parentesco, vizinhança, créditos e dívidas. Por coloniais se compreende as relações que ligavam os padres com indivíduos de outra região da colônia, como Rio de Janeiro e São Paulo. Nossa hipótese inicial foi que essas eram motivadas pelo comércio de escravos, gado e alimentos e fortemente marcadas pela homofilia de gênero (homem/homem). No entanto, constatamos que apesar dessas características, essas relações eram estritamente dependente dos casamentos das irmãs e sobrinhas dos padres com membros da elite que controlavam as entradas na região de secos, molhados, escravos e gados. Sendo necessário, portanto, um aprofundamento sobre a mulher e sua relação com a construção das sociabilidades dos clérigos seculares. Já por redes globais entendemos as relações entre clérigos de Mariana com membros de outras regiões do globo, como Portugal e Roma.

Analisar essas redes, por sua vez, é uma tarefa complexa, que exige alguns cuidados específicos no tocante ao desenvolvimento da pesquisa. As perguntas são numerosas, tais como: Quais tipos de redes os clérigos formavam? Quem fazia parte delas? Quais as possibilidades metodológicas de estruturação e visualização que nos permite trata-las enquanto ferramentas de construção e desconstrução do conhecimento histórico?

São estas questões que procuraremos responder ao longo do texto que segue, dividido em quatro capítulos.

No capítulo I apresentamos uma breve revisão da literatura relativa a atuação social, política, econômica e cultural de clérigos seculares na América portuguesa, levantando as principais dimensões e hipóteses sobre as redes sociais desses indivíduos e suas relações com as sociabilidades e solidariedades nas minas.

No capítulo II abordamos as características fundamentais que perpassavam a sociedade do termo de Mariana no século XVIII. Lugar escolhido para essa investigação que se formou como reflexo de um amplo movimento migratório de portugueses e naturais da terra.

No capítulo III abordaremos a capilaridade do poder da Igreja católica nas mais variadas dimensões da vida social mineira. Iniciamos essa abordagem pensando a linguagem simbólica e representativa que permeou o imaginário coletivo sobre o sacerdócio, que naquela época se firmou enquanto parte de um movimento reformador mais amplo, que teve o Concílio de Trento enquanto ápice.

Enfim, em nosso terceiro capítulo trataremos empiricamente das redes de sociabilidades e solidariedade de clérigos, analisando as variabilidades dessas, apontando o tamanho, a coesão, a conectividade, a formação do grupo, a atividade relacional, os atributos, a estrutura, a sociabilidade e o localismo de tais redes.

Apresentadas essas questões preliminares de nossa pesquisa, bem como a estrutura de nosso texto, vamos então a ele.

## Capítulo I

### O Tema na Historiografia

Em 1727, o Sr. d. fr. João da Cruz mandou pintar em um vitral situado na capela-mor da catedral de Vila do Carmo o retrato de São Tomás Becket<sup>15</sup>, personagem da tradição católica que, segundo os livros de canonizações realizadas pelo papa Alexandre III<sup>16</sup>, teria nascido em 21 de dezembro de 1118, em Londres, filho primogênito de uma importante família cortesã, e amigo do chanceler Henrique, com quem desde a juventude compartilhava momentos de diversões com belas mulheres, caçadas e disputas perigosas. Essa afinidade permaneceu após coroação de Henrique ao trono inglês e, com isso, Becket eleito ao cargo de chanceler de seu governo. Alguns anos depois, esse ministro teria despertado o interesse pela vida religiosa, dedicando grande parte de seu tempo aos estudos da doutrina cristã.

Por causa da dedicação aos estudos religiosos, Becket tornou-se amigo do arcebispo de Canterbury, Teobaldo, que, supostamente, o motivou a deixar a política e se dedicar a vida religiosa de virtudes, pobreza evangélica e penitência. Ordenou-se sacerdote em julho de 1162 e, em seguida, foi nomeado ao cargo de *arcediácono*. Destacando-se de tal modo que, após a morte de Teobaldo, foi escolhido para o cargo de arcebispo.

Enquanto arcebispo, este clérigo ficou conhecido por defender a doutrina da Igreja de Roma dos interesses político do rei Henrique II, que para proclamar-se imperador, pretendia promulgar 16 “constituições” com as quais retirava a independência do clero na Inglaterra e, com isso, reduzia a influência política de Roma sobre seu território. Sabendo desses planos, Becket teria resistido e entregue o rei as autoridades romanas. Por tal postura ele teria sido exilado por crime de traição a coroa.

Após seis anos de exílio, o papa Alexandre III teria conseguido uma paz formal entre Becket e o rei, que o teria dado o direito de reassumir seu cargo de arcebispo em sua corte. Tempos depois, esse soberano teria planejado mandar mata-lo. Enviando, em 29 de dezembro de 1170, quatro cavaleiros que entraram na catedral e assassinaram Becket,

---

<sup>15</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana** – Livro Manuscritos Pastorais do S. Ex.Cia R.ma. Dom Fr. Joao da Cruz, 1727, folhas 8-10/Arm. 6, prateleira 1.

<sup>16</sup>DE SANCTI THOMA BECKET, p.655-747.

vestido com os parâmetros sacerdotais, no segundo degrau do altar-mor, enquanto os monges cantavam as vésperas.

Passado três anos dessa fatalidade, o papa Alexandre III o canonizou. Fazendo-o modelo de santidade para os religiosos que seguiam a carreira eclesiástica. Sendo, a partir daí, edificadas várias igrejas em honra a esse santo que ao longo da época moderna era considerado patrono de todo o clero secular, com dia de festa incluída no calendário litúrgico. Provavelmente, foram tais motivos que levaram o bispo a escolhê-lo para ilustrar a capela-mor da igreja catedral da vila do Carmo. Sendo, pois, uma escolha estratégica da cúpula eclesial para que esse santo presbítero protegesse e servisse de modelo ao clero da capitania das Minas Gerais. Região em que predominou ao longo do século XVIII a autonomia religiosa do clero secular, até mesmo sobre o tribunal do santo ofício da inquisição lisboeta.<sup>17</sup>

Neste sentido, cabe ressaltar que à época o clero secular era formado por “religiosos que seguiam carreira eclesiástica” (Cân. 7). Isto é, figuras jurídicas incardinadas em trono de um bispo, ao qual prestavam serviços exclusivos de uma diocese. A eles não era obrigatório fazerem votos ou promessas de vida apostólicas, viverem a castidade, pobreza e/ou obediência. Podiam ter propriedades, salários e viverem profissões que quisessem, desde que respeitado os títulos e a moral do hábito de S. Pedro, visto que:

Quanto mais elevado e superior o estado dos Clerigos, que são escolhidos para o Divino ministério, e celestial milícia, tanto é maior a obrigação que tem de serem varões espirituas e perfeitos, sendo cada Clerigo que se ordena tão modesto, e compondo de tal sorte suas ações, que não só na vida, e costumes, mas também no vestido, gesto, passos, e praticas tudo nelle seja grave, e religioso, para que suas acções correspondão ao seu nome, e não tenham dignidade sublime, e vida disforme; [...].<sup>18</sup>

Sendo assim, os clérigos do hábito de S. Pedro, como assim eram conhecidos os seculares responsáveis por administrar os sacramentos à população da América portuguesa, deveriam portar-se de maneira digna e honrada, em acordo com o título conferido pelas leis seculares, que

Concedem aos Cavalleiros, e Nobres alguns privilegios, e prerogativas em razão de sua nobreza, assim tambem se devem conceder aos

---

<sup>17</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana** – Livro do regimento e dos cânones do clero religioso que segue carreira eclesiástica na diocese de Mariana. Secção Governo Episcopal/ Arq. 1/ Gav. 1/Pasta 2.

<sup>18</sup>VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720). Brasília: Ed. do Senado, 2000. Tit. 50:87, p. 175

Sacerdotes, e Clerigos, pois por sua grande dignidade não ha duvida que merecem ser tratados como pessoas nobres, e qualificadas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que neste nosso Arcebispado, e em nossa jurisdição se admittão as procurações razas e quaesquer outros assignados, e papeis, que de sua lettra, e signal fizer qualquer Clerigo de Ordens Sacras, ou Beneficiado, e valhão em juízo.<sup>19</sup>

Percebe-se, assim, que o clero diocesano era formado por alguns símbolos de distinção, nomeadamente, títulos, posturas e prestígio adquiridos fundamentais para um melhor posicionamento na vida social. Logo, pertencer ao clero secular era um privilégio e uma forma de distinção social. Algo fundamental da vida social de Antigo Regime nos trópicos, em especial se tratando do território de Minas Gerais, onde as pessoas não se impunham apenas pela riqueza trazida pelo ouro, mas, principalmente, pelos laços de fidelidade e honras inseridos nas cadeias clientelares e de prestígio de cargos, patentes e honorarias das administrativas (FURTADO, 1999, p. 51).

Desse modo, podemos inferir que pertencer a carreira eclesiástica cumpria funcionava como mais um dos critérios que definiam o lugar dos papéis sociais assumidos por cada indivíduo na complexa rede de relações entre pessoas e grupos que formavam a estrutura social da colônia. Sendo assim, ter acesso a um posto na assembleia eclesial ou no cabido era um recurso simbólico para reforçar as divisões do mundo social e instaurar um consenso a respeito da estruturação da ordem política, poder local e circulação de riquezas, como veremos ao trabalharmos com as redes que ligavam os integrantes do clero secular a membros tanto local quanto do exterior da capitania das minas.

Pensar essas redes de sociabilidades e solidariedades formadas por clérigos seculares significa, necessariamente, estabelecer um diálogo constante com a historiografia que tangenciou a atuação social, educacional, política, cultural e econômica da Igreja católica na sociedade portuguesa de terras brasileiras. Em linhas gerais, esse debate pode ser dividido em três tendências historiográficas principais (HERMANN, 2011).

A primeira delas encontra suas matrizes teóricas no início do século XX, quando alguns cientistas ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) dedicaram-se ao estudo da Igreja e da religiosidade colonial buscando respostas aos problemas enfrentados por essa instituição nos primeiros anos da república, tais como a separação do

---

<sup>19</sup> Ibid, p. 247.

Estado, a luta pela expansão da ortodoxia e os combates às ideias liberais e modernizantes (MICELI, 1988).

Influenciados pelo clima cientifista e naturalista, esses pesquisadores da religião fundamentavam-se na ideia de imparcialidade do método e de submissão da reflexão da história da Igreja as fontes escritas (heurística). Constituía-se, assim, num academicismo baseado na coleta de documentos escritos, na memória de “grandes homens” e na narrativa de acontecimentos políticos/militares, que permitiam criar uma representação de identidade nacional cívica, religiosa, patriótica e republicana. O conhecimento do fato social da história servia, assim, para descobrir verdades sobre “*o amor à religião e ao passado nacional, tão obliterado pelo falso espírito de progresso e renovação*” (TRINDADE, 1929, p.1451-1452) .

Exemplo marcante dessa historiografia é a obra *Arquidiocese de Mariana: Subsídio para a sua História*, do Padre Raymundo Otávio Trindade, escrita em 1928 para suprir a ausência de conhecimento acerca da Igreja mineira no Brasil. Essa obra, resultado da reunião exaustiva de fontes primárias, organizadas, catalogadas e copiladas de forma estritamente metódica, limita-se unicamente a narrativa de acontecimentos encadeados, descrição de lugares e notícias de personagens importantes da história, “*que valem, não só como atestado vivos da formação civil e política da família mineira, mais ainda como provas jurídicas do patrimônio do Estado*” (TRINDADE, 1929, p. 1452).

Perspectiva semelhante foi adotada por Padre José Trindade da Fonseca e Silva no ensaio, de 1938, *Lugares e Pessoas: Subsídios eclesiásticos para história de Goiás*. Nessa obra objetivou-se mapear as pessoas importantes que edificaram o cabido, descrever a rede espacial das paróquias e avaliar a participação do clero goiano na história, que com H maiúsculo, “*é, e há de ser sempre, as datas e homens, com a sua múltipla atividade no tempo e no espaço. Mediante investigação rigorosa, procura desprender de tudo, com nitidez, a linha geral do acontecimentos*” (TRINDADE, 1948, p. 17).

Estudos mais recentes, tais como *Na alheta de vultos imortais*, do historiador José Geraldo Vidigal Carvalho (2007), a coleção de *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico de Mariana*, de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues (2007), e a *Igreja e a Escolas Mineiras Coloniais*, de José Ferreira Carranto (1963), apresentam características teóricas e metodológicas que também podem ser vinculadas a esse tipo de abordagem historiográfica.

Para esse enfoque a história é um *parti pris historizante* de acontecimentos e de biografias que demonstram a importância da fé católica na formação de bons cidadãos, bons eleitores e bons soldados. Justificando-se, com isso, a implementação do ensino da história religiosa “[...] nos estabelecimentos de instrução [...]” (TRINDADE, 1929, p. 1675-1676). Nessa perspectiva, portanto, a escrita da história é feita a partir da racionalidade metódica. Isto é, o historiador deve submeter-se à coleta de dados em fontes escritas e os analisa-los por meio de críticas externas, críticas internas, resumo crítico e síntese (CARDOSO, 2002).

No fim dos anos de 1940, renomados teóricos ligados a Escola Paulista<sup>20</sup> denunciaram as limitações dessas abordagens baseadas num “*fetichismo do documento*”, argumentando que a “paixão” dos metódicos pelas fontes não incorporava a história modelos conceituais e teóricos que situassem os acontecimentos eclesiásticos na observação das massas e na evolução lenta das estruturas mentais, materiais, econômicas e sociais. Enfoque necessário para a escrita de uma história “totalizante” (VILAR, 1982). A partir daí, o estudo marxista da religião passou a dominar uma segunda tendência historiográfica sobre os temas da história da Igreja colonial.

Tentando integrar as diferentes formas de crenças num sistema ideológico, esses estudos reduziram a religião colonial a uma “luta de classes”, afirmando que as massas foram oprimidas, perseguidas e proscritas pelas autoridades dominantes. Para resistir ou escapar dessa dominação metropolitana, a população colonial (índios, escravos e cristãos-novos) teria praticado formas de religiosidades provenientes de tradições culturais indígenas, africanas e europeias, constantemente combatidas com punições pelas autoridades da época.

Na clássica obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, podemos localizar parte desse arcabouço teórico e conceitual. Segundo o autor, dentro do sistema administrativo engenhado pela metrópole, as vivências dos colonos eram marcadas pela presença constante dos sacerdotes católicos, responsáveis por elaborar rituais e práticas catequéticas capazes de transmitirem valores culturais, normas e costumes a população, ao ponto de haver a aceitação do catolicismo e da exploração econômica por

---

<sup>20</sup>Por Escola Paulista denomina-se os trabalhos pioneiros desenvolvidos por um grupo de pesquisadores, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, aos quais José Martins denomina de “grupo de São Paulo” e Sedi Hirano de “Escola de São Paulo”. (MARTINS, 1995, p. 179-186). (HIRANO, 1988).

esses, que “*contra eles não pensaria um momento em reagir*”. Os habitantes da colônia participavam,

[...] dos atos da Religião, das cerimônias do culto, com a mesma naturalidade e convicção que de quaisquer outros acontecimentos banais e diurnos da sua existência terrena; e contra eles não pensaria um momento em reagir. Será batizado, confessará e comungará nas épocas próprias, casar-se-á perante um sacerdote, praticará os demais sacramentos e frequentará festas e cerimônias religiosas (PRADO JÚNIOR, 1982, p. 338).

Entretanto, esse sistema foi caótico. Nos centros administrativos, como nas Sedes Episcopais, havia a eficiência das autoridades espirituais, que conseguia impor os arbítrios da fé cristã, dos valores e do idioma comum. Por outro lado, a vastidão do território colonial, as especificidades regionais e a falta de recursos da Igreja, devido sua dependência com a Coroa, fez com que o controle oficial católico não se estendesse com eficiência as partes periferias do sistema, onde se encontrava formas de religiosidade distantes das normas católicas, mas, em acordo com hábitos e costumes populares, como *catimbós*, *calundus*, *candomblé*, *benzimentos* e *simpatias* (PRADO JÚNIOR, 1982).

Estudos posteriores, escritos nos primeiros anos das décadas de 1970, como os da CEHILA-BR (Comissão de Estudos da História da Igreja na América /Brasil), confirmaram através de pesquisas de base esses pressupostos. Segundo seus renomados pesquisadores, Eduardo Hoornaert e Riolando Azzi (1983), na época colonial o regime de padroado régio inviabilizou a ação pastoral da Igreja, gerando uma sensação de desconforto, em que o clero vivia a margem dos interesses do Estado. Ao ponto das construções religiosas não obedecerem aos princípios pastorais e restringirem-se aos “[...] *‘padrões’ de posse em nome do Império e garantia de domínio sobre índios, franceses, holandeses, quilombolas*” (HOORNAERT, 1999, p. 52). Estes, por sua vez, buscaram formas singulares de resistências ao controle ortodoxo, dando forma ao catolicismo popular, “expressão mais valiosa do evangelho na realidade brasileira” (HOORNAERT, 1999, p. 5).

Outro autor que argumentou de forma semelhante foi Tales Azevedo (1978, p. 80), que a partir de um estudo sobre os choques de poderes entre temporal e espiritual na Igreja baiana, afirmou que a organização eclesiástica se subordinou completamente ao Estado, porquanto “*estabeleceu-se, destarde no Brasil um régimen de subordinação completa da Igreja ao Estado absoluto, em que a proteção prometida à estrutura eclesiástica e à vida*

*religiosa vem a ser desfalcada consideravelmente pela opressiva ingênua secular no sagrado”.*

Este argumento também foi usado por Caio César Boschi (1986, p. 92), em estudo sobre as organizações religiosas de leigos em Minas Gerais. Nesse, ele assimilou amplamente as considerações da submissão dos eclesiásticos aos projetos coloniais, ao ponto dos espirituais ficaram “*desacreditados, desautorizados, desprestigiados e descrentes de sua verdadeira missão, os bispos marianenses deixaram-se acomodar à condição de funcionários régios*”. Assim, o autor reduz estes à condição de meros funcionários de Estado, sem nenhum poder de mando se não aqueles advindos do poder régio. Enquanto isso, as organizações de leigos (Irmandades, Ordens Terceiras), se responsabilizavam por difundir um “*catolicismo popular marcado pela precariedade da evangelização e pela hipertrofia das constelações devocionais e protetoras*” (BOSCHI, 1986, p. 50-60).

Ainda dentro dessa análise, Fernando Antônio Novais, em sofisticado estudo sobre as contradições e ambiguidades do comércio triangular entre Europa, América e África, inferiu que os eclesiásticos eram importantes elementos integradores do sistema colonial, capazes de defenderem, a partir de seus discursos, o patrimônio português na América. Eles eram, assim, “*sem dúvida o melhor ou o mais seguro meio para conservar a tranquilidade necessária para os povos*”. Porém, muito embora tivessem que se adaptarem aos mecanismos dessa empresa colonizadora, sofreram sutis influências do meio social, ficando “*cada vez mais ‘sensíveis ao século’ e inquietos com a marca dos tempos*”. Com isso, ao invés de instruírem a população na fidelidade ao soberano português pelas leis dos evangelhos, passaram a “*conspiravam contra o Estado, erigindo-se em cabeça de rebelião*” (NOVAIS, 2001, p. 165).

Essa perspectiva marxista influenciou ainda estudos pioneiros em problemáticas centradas na história cultural, como, por exemplo, *Cristãos-novos na Bahia*, de Anita Novinsky (1982, p. 9), que, baseada nos estudos de Antônio José Saraiva, procurou compreender do ponto de vista social e psicológico a situação dramática dos cristãos-novos perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa na Bahia seiscentista. Para essa autora, a Inquisição “*tendeu a identificar-se com a classe dirigente através do mito de pureza de sangue, que atribuía a cada miserável cidadão um status honroso, capaz de colocar em situação superior à do próspero cristão novo*”.

O alinhar entre esses estudos sugere que essa tendência historiográfica se preocupou com um rigor metodológico norteado pelo viés conceitual-teórico materialista dialético, proposto por Marx e Engles. Aflorou com isso análises que trataram as crenças enquanto um sistema ideológico fechado em uma sociedade colonial atemporal, acultural e que recusa transcendências da noção de classe, em que “*cada uma das distintas classes usa sua própria religião apropriada [...] e faz pouca diferença se estes cavalheiros acreditarem em suas respectivas religiões ou não*” (ENGLES, 1960, p. 281). Esse enfoque contribuiu significadamente para a leitura dos movimentos conjuntos da sociedade (CARDOSO, 2005). Mas, não deixou espaço para a exploração das diversidades e aleatorizadas da religião.

A partir dos anos 1980, um número crescente de pesquisas adotaram hipóteses e métodos baseados na *Faire de l’histoire*, corrente teórica e conceitual da renomada “*école des Annales*”, para preencher lacunas, contestar ou rever os postulados defendidos anteriormente baseados em sistemas paradigmáticos (marxismo, estruturalismo). Focados na história enquanto um quebra-cabeça espaço-temporal no centro do qual o homem age, tais estudos apontaram para o diálogo entre a epistemologia e a prática histórica para fazer “tudo” uma fonte documental possível de explicar os aspectos da civilização material e dos “utensílios mentais” da religião e religiosidade colonial (representações, mentalidades ou imaginário) (CORBIN, 2000).

No bojo dessa discussão, podemos atribuir a Laura de Mello e Souza certo pioneirismo de enfoque conceitual e metodológico no tratamento de fontes eclesiásticas e inquisitoriais para problematizar os aspectos mágicos e religiosos que fundamentavam as mentalidades de pessoas simples, como homens humildes, mulheres, feiticeiros, escravos e forros. Gentes que, embora aparentemente obedecessem às autoridades eclesiásticas, desenvolviam em segredos formas peculiares de demonstrarem suas crenças, como por exemplo, invocarem seus deuses diante dos santos católicos, adorarem animais e vegetais, praticarem adivinhações, consultarem os mortos e praticarem encantamentos para promoverem ou separarem pessoas. Circularidade cultural própria de uma sociedade escravista, “*que estava, pois, fadada ao sincretismo religioso. Outorgado, talvez, num primeiro momento, pela camada dominante*” (MELLO, 2009, p. 128).

Acompanhando esse debate, Ronaldo Vainfas (1989), ao focalizar “*os caminhos trilhados pelo poder a fim de transformar pecado da carne em erros heréticos*”, chamou a

atenção para a necessidade de se historicizar os hábitos e costumes que foram tratados como crimes de heresia pela Inquisição lisboeta, que manifestando ostensivo repúdio ao prazer carnal, impunha a todos a observância absoluta do casamento legítimo ou da castidade permanente, intensificando a perseguição a sujeitos sociais suspeitos de homossexualidade, bigamia e concubinato. Para Vainfas (1989) falar desses personagens seria um primeiro passo dos pesquisadores nas lutas contra o poder, que excluía da história a voz das minorias sociais.

Foi buscando incluir as minorias na história que Luiz Mott, ao se debruçar sobre as confissões arroladas pela visitação do Santo Ofício no recôncavo baiano, realizadas pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça em 1591, evidenciou alguns dos comportamentos sexuais imorais de sacerdotes católicos. Entre esses, provavelmente, o mais assustador tenha sido o pecado de sodomia praticada por esses homens com escravos, crianças e adolescentes. No rol desses acusados destaca-se o vigário Matoim de 65 anos de idade, Frutuoso Álvares, que confessou ter cometido com jovens “*a torpeza dos tocamentos desonestos com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos, abraçando, beijando*” (MOTT, 2010, p. 28).

Muitos outros estudos também analisaram a indisciplina moral de alguns clérigos e as medidas adotadas pelas visitas episcopais e pelo tribunal lisboeta do Santo ofício para moralizar esse corpo clerical. Destaca-se entre esses, a tese de Pollyanna Gouveia Mendonça (2011), sobre os desvios morais do clero colonial registrados pela Justiça Eclesiástica do Maranhão, a de Aldair Carlos Rodrigues (2012), referente às carreiras eclesiásticas estabelecidas pelas estruturas hierárquicas da América portuguesa, e a tese de Bruno Guilherme Feitler (2011), sobre as representações do clero secular e da população indígena registradas nas visitas *ad limina* do bispado de Pernambuco.

Esses estudos usaram claramente o viés do poder para entender os crimes morais de alguns personagens do clero colonial e, assim, darem voz aos excluídos e marginalizados sociais. Contudo, seria inexato para a historiografia considerar apenas as ações desses religiosos que foram acusados em Tribunais eclesiásticos e Inquisitoriais de envolvimento em transgressões morais, como a sodomia, necrofilia e/ou roubos. De fato, havia esses maus exemplos de clérigos que tinham dificuldades em obedecer às exigências da religião. Mas, não podemos generalizar a ponto de negligenciarmos as ações de muitos outros que se responsabilizavam em pregar a reforma moral e de educar os costumes da população em

acordo com o direito canônico, como aponta o estudo, *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero secular no Brasil (1808-1828)*, de Guilherme Pereira (1997) das Neves, que procurou entender empiricamente como o sacerdócio católico se organizou espiritualmente e liturgicamente com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

Após essa obra, muitos outros trabalhos se dedicaram a analisar os símbolos indenitários do clero latino-americano, levando em conta as vivências eclesiais, as práticas sociais e representações culturais. Destaca-se, dentre esses autores, Leandro Karnal (1998), que explorou os elementos plásticos e gesticulares usados pelos clérigos nos teatros religiosos franciscanos e jesuítas, como músicas, autos, peças, imagens, oragos e tudo mais que foram utilizados para ensinar a massa ibero-americana a se comportarem como católicos; Luiz Carlos Villalta (2007), que analisou o recrutamento do clero secular a partir da experiência da diocese de Mariana; Maria do Carmo Pires (2008), que se debruçou sobre as questões referentes aos tribunais eclesiais; Anderson José Machado de Oliveira (2011), que analisou o processo de mobilidade social da população de cor e parda pelas redes de sociabilidades formadas a partir do clero secular; e José Pedro Paiva (2006, p. 10), que abordou as questões dos poderes manifestados nas encenações cerimoniais de entradas dos bispos de Portugal e do império em suas dioceses. Constatando que *“ser bispo era uma função onde se combinavam autoridade religiosa, poder político, estima social, rentabilidade econômica e várias formas de status e distinção, as quais se representavam ritualmente nas múltiplas cerimônias em que os prelados participavam”*.

Esses estudos utilizaram uma variedade de novas fontes e métodos que permitiram ler os jogos de ajustamentos sociais espaços-temporais. Avançando muito na visão problemática e documental de assuntos em história da Igreja colonial, como hierarquias eclesiais, recrutamento sacerdotal, símbolos indenitários e relações de poder entre Igreja e Estado.

Percebe-se, no entanto, a ausência de trabalhos que explorem as estratégias individuais e redes sociais de clérigos diocesanos que na época moderna mantinham relações globais de trocas e de finanças. Apensar de recorrentes menções dessas práticas nas fontes do período colônias, estudos sobre elas são escassos. Após pesquisa bibliográfica em várias bibliotecas nacionais e bancos de teses em universidades brasileiras não tivemos acesso a nenhum autor que tratasse diretamente do tema. Apesar da

importância dos clérigos para se compreender o *tráfico aéreo* da época moderna, essas redes ainda não tem tido a atenção merecida da história social.

Neste sentido, cabe ressaltar que está na ordem do dia, em nossa *fin de siècle*, a adoção do conceito de *tráfico aéreo*, enquanto metáfora para compreendermos as problemáticas que envolvem o conhecimento das interações, redes de trocas comerciais, fluxos migratórios, o universo do imaginário e os espaços culturais que se solidificaram na época moderna. Segundo Charles H. Paker (2010, p. 13), esse tráfico é,

um conjunto de interação e de movimento entre as pessoas de todo mundo. Novas redes comerciais incluídos, fluxos de migração em grande escala, intercâmbios globais e biológicos, e a transferências de conhecimento através dos oceanos e continente. Estes, por sua vez, entrelaçaram as principais regiões do mundo, em uma época de grande cultura, político, militar e econômico entre em contato, uma série de indivíduos, empresas, tribos, estados e impérios estavam em concorrência. No entanto, ele também cooperou com o outro, levando finalmente, para a integração do espaço global.

A opção por essa abordagem vem se enunciando a partir da perspectiva de que diferentes circuitos geográficos do globo se relacionavam por conexões econômicas, políticas, administrativas, manifestações artísticas, arquitetônicas, literárias e religiosas, decorrentes de redes comerciais, incursões missionárias, campanhas militares e administrativas. É, pois, dentro dessa abordagem que nossa pesquisa pretendeu preencher essa lacuna, para, assim, podemos rever alguns pontos referente à atuação social, educacional, política, cultural e econômica desses religiosos que seguiam carreira eclesiástica.

Mas, antes de iniciarmos essa discussão é necessário destacarmos algumas das características do bispado de Mariana utilizadas enquanto critérios de balizamento de pesquisa. Isto, porque, como afirma Geovani Levi (1993, p. 15) poderíamos escolher qualquer outro centro religioso da América portuguesa para traçarmos essas redes sociais, visto que “[...] *lo ideal es no tener ningún interes específico por la localidade que se estudia. Es uma tarefa instrumental, se busca uma escala reducida como laboratório, para devenir al problema general*”.

A primeira dessas características diz respeito à identidade cultural da Igreja católica nas Minas Gerais, que, supostamente, por causa da exploração de metais preciosos, teria sido constituída dentro de um estilo de vida típico dos mineiros, ligado a mitos e crenças, costumes e mentalidades próprias de um catolicismo mineiro, marcado por manifestações

religiosas repletas de faustos, luxo e ostentação. Em geral, dentro dessa religiosidade, o clero tinha pouca atuação, limitando-se, em grande parte, a celebração dos sacramentos em datas específicas (HOORNAERT, 1995, p. 93, REIS, 1991, p. 49).

Nessa situação, portanto, outra característica a ser considerada diz respeito à situação do clero, que devido ao patronado real, que permitia o rei exercer controle sobre nomeações de bispos e prelados, esteve situada na atuação dos clérigos diocesanos, cujo número e despreparos limitavam em muito o alcance das obras pastorais, que, em geral, eram pouco expressiva, em parte pelos limitados recursos enviados pela coroa, a deficiência de formação e a grande dependência com leigos, que organizados em confrarias, eram os maiores agentes do “catolicismo mineiro”. Já a atuação do clero regular, mais preparado para disseminar a ortodoxia da religiosa tridentina, foi afastada desde os anos de 1711. (HOORNAERT, 1995, p. 93). Por isso, como destacou Luiz Carlos Villalta (2007), a atuação dos sacerdotes na região foi, em sua esmagadora maioria, secular e reduzida aos papéis de capelães de confrarias, rezas de missa, administrador de sacramento, pregadores oficiais. Assim sendo, para entendermos esse estilo de vida desses seculares, no capítulo que segue, procura-se, por meio da reeducação da escala de observação conhecer um pouco mais sobre a atuação e especificidades desse seguimento eclesiástico da época colonial. Para tanto, procuramos localiza-los nos contextos das casas, zonas rurais e mercados, lugares onde tais clérigos se encontram e produzem racionalidades de ação ordinária, astuciosa e dispersa, mas ao mesmo tempo em que se insinuam “ubiquamente, silenciosa e quase invisível” (CERTEAU, 2003, p. 39).

## Capítulo II

### **Batinas “inventariadas”: Cultura Material e Condições de Vida no Termo de Mariana**

Feita em tecido de linho escuro, costurada em linha reta, com 33 botões na parte central, simulando a idade de Cristo, cinco em cada manga, representando suas chagas, sete nos braços, remetendo aos sacramentos católico, presa na cintura por uma faixa, enquanto modo de controlar a castidade (isso, porque, desde a alta idade média acreditava-se que o libido sexual do clérigo estava relacionado aos rins), e estendendo-se até os calcanhares, a batina é uma roupa da vida cotidiana eclesiástica que ao longo de séculos procurou identificar e homogeneizar os membros do clero secular. Ao tempo, de conferir o *status* e a distinção do grau eclesiástico desses indivíduos, que ao vestire-la fazem um “pacto” silencioso de comprometimento e adesão às normas católicas. Segundo os cânones do Concílio de Trento apregoavam que as batinas fossem usadas apenas por clérigos seculares enquanto forma de externalizar a opção religiosa, manifestar o pudor, a higiene, a vida santa e simples, eliminando o destaque do corpo, a sexualidade, a vaidade, o luxo e a ostentação Possibilitando, com isso, o disciplinante e o controle do corpo, da conduta e da mentalidade eclesiástica (BOURDIEU, 1998, p. 35).

Nas Minas setecentistas, após se constituir e se organizar a diocese de Mariana, a confecção, o modelo, o número e à época de se coser a batina seguiam as diretrizes estabelecidas por um grupo de padres que formavam a alfaiataria da Sé. Pelas suas normas, a primeira batina de um clérigo deveria ser costurada pelo seu padrinho, eleito por afinidade pelo aspirante para o vesti-lo no ritual da ordenação presbiteral. Essas roupas deveriam ser ricamente ornamentadas com bordados “*coloridos, com mil e um adereços propostos para honrar o hábito e a vida santa e simples do religioso secular*”. E após ser usada no dia festivo de ordenação, esses trajes deveriam ser guardados com zelo pelo clérigo secular, que em testamento deveria indicar o local onde tais vestes se encontravam. “*Não podendo, sob pena de excomunhão perpétua do corpo, ao sacerdote ser enterrado*

*nessa diocese com vestes diferentes das que foram presenteadas pelo seu Padrinho*".<sup>21</sup> Já para o dia a dia, o secular deveria usar somente roupas e sapatos simples, feitos pela alfaiataria da Sé de Mariana nos dias do tempo comum. Tendo os padres matriculados nessa diocese o direito de mandar confeccionar até seis batinas por ano litúrgico.<sup>22</sup>

Os documentos de contas da Sé de Mariana também nos informam que essas vestes eram feitas por um número restrito dos matriculados, devido aos altos valores dessas veste, que giravam em torno de dois contos de reis.<sup>23</sup> O que fez com que muitos seculares enviassem ao Concelho Ultramarino pedidos de auxílio e aumentos de cômguas para poderem custear as batinas. Tal fato despertou a curiosidade dos administradores do poder temporal da capitania, que inferiram que essas vestes eram ricamente ornamentadas com o ouro extraído diretamente das lavras, sem pagamento de tributo imediato de quinto real a Casa dos Contos, em Vila Rica, demonstrando a vaidade e o apego aos bens materiais dos clérigos seculares, que na região vestiam-se "*superior aos príncipes*", e com isso, "constrangendo a população com roupas que receberam muito ouro em seus bordados e marcas de pouca caridade dos padres, que não perdoam as esmolas da mais miserável criatura".<sup>24</sup>

Além dos bordados em ouro feitos na frente da batina, os documentos indicam que elas também recebiam significativo banho desse metal no forro localizado por dentro, isto é, na parte em que não era vista publicamente. Para isso, o metal extraído nas minas era triturado até virar pó. Em seguida, usando uma cola feita com a gordura de carneiro, ele deveria envolver uma linha de seda, entrelaçada para compor o forro da batina. Permitindo-se, com isso, que essas vestes além do valor religiosas tivessem valor de mercado e fosse usado em transações comerciais de muitos seculares. Por exemplo, podemos citar os contratos de compras de escravos, especiarias naturais e artefatos, feitos pelo padre Miguel Carneiro diretamente a mercadores ingleses, em que, para providenciar esses contratados, o secular entregou algumas de suas batinas para certificar a segurança

---

<sup>21</sup> MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* – Livro de Registro Geral de registro Cúria, 1748.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* – Livro de contas, 1756-1776.

<sup>24</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; CEHC, 1999. p. 896.

dos mercadores. Entre elas, a usada no dia de sua ordenação sacerdotal, impedindo, com isso, que o mesmo fosse enterrado no altar da igreja de S. Pedro dos clérigos.<sup>25</sup>

Tudo indica, portanto, que para além dos valores espirituais, a batina era uma espécie de carta de crédito, usada pelos clérigos para dialogarem com mercadores de diferentes produtos, com a prata, vinda da América, as sedas e as especiarias, de Goa, o ébano, o marfim e o coral, da África Oriental, escravos, da África Ocidental. Ligando os seculares em “*rede global de trocas de mercadores que ia desde Danzing ao Zambeze, e de Mato Grosso a Manila*” (RUSSEL-WOOD, 2006, p. 200).

Partindo da pressuposição que os clérigos seculares estabeleceram relações de comércio que propiciavam a circulação de produtos originários das principais praças de comércio situadas em diferentes partes dos quatro continentes, ligados pelas grandes navegações, esse capítulo tem por finalidade lançar luz sobre esses bens comerciais e como os mesmos foram introduzidos no viver cotidiano desses moradores de Mariana. Busca-se, assim, analisar os significados que o comércio e a posse de bens naturais, como especiarias, metais preciosos, cereais e grãos, bens de raiz, como a terra, bens moveis, como armas, porcelanas, adornos, vestuários, ferramentas e utensílios, e bens semimóveis, como animais e negros escravos, tiveram na cultural material dos clérigos seculares e nas suas necessidades básicas, como descanso, alimentação, vestimenta, abrigo e higiene, construídos nos pequenos contextos dos espaços das casas. Para tanto, foram consultados alguns processos de inventários *post-mortem*, na medida em que são caracterizados por conterem um rol de descrição minucioso dos bens pertencentes a um indivíduo, permitindo-nos reconstituir os mais diversos aspectos da vida social, cultural e econômica de um passado (FARIA, 1998).

Esses processos de inventários, aos quais nos referimos, são documentos oficiais de uma compilação jurídica, descritivos e objetivos da riqueza material de um indivíduo, legado no fim do ciclo doméstico de acumulação. Foram instituídos na América portuguesa em 1595 com as *Ordenações Filipinas* (Livro Primeiro, Título LXXXVIII), para assegurar economicamente os parentes menores de idade de uma pessoa no *post-mortem*. Era, justamente, a existência de órfãos menores de 25 anos de idade que justificava copilar, avaliar e distribuir os bens materiais deixados pelo indivíduo em razão

---

<sup>25</sup> MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana* – Epistolário/Padre Miguel Carneiro, 1593/1747. Ouro Preto/Queixas.

da morte. No entanto, a produção desse tipo de documento avolumou-se a partir de 1730, em função do recolhimento de impostos pela Coroa portuguesa a partir do selo pago para a abertura de processos. Por isso, temos da época um significativo número de inventários de solteiros e de pessoas pobres que nada tinha a declarar como bens (SOUZA, 2006).

Além disso, os inventários de clérigos seguiam as orientações descritas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Livro 4º. Tit. 37), que via na doação dos bens acumulados durante a vida um gesto de esforço prodigioso e heroico, que permitia a alma ter acesso aos bens do sobrenatural. Para isso, na hora da confecção dos testamentos, os padres deveriam premiar os economicamente menos favorecidos, tais como escravos, para que esses pudessem comprar a alforria, ou meninos impossibilitados financeiramente, para que estes tivessem acesso à formação sacerdotal.<sup>26</sup> A doação da riqueza patrimonial era, assim, uma forma de alcançar alguns méritos aos olhos de Deus. Por isso, os clérigos aos distribuírem seus bens acumulados por meio das cômputas, das atividades como advogados, professores de primeiras letras, “[...] *criação de gado ou algum tipo de comércio*” (AZZI, 1992, p. 20), eles buscavam edificar “*a alma no caminho da salvação [...]*”.<sup>27</sup>

No *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana* estes documentos encontram-se arquivados em *códices*, em formato manuscrito em papel fosco, na dimensão 310 milímetros de altura e 208 milímetros de largura, com aproximadamente 120 páginas, encadernadas em costura sólida com aproximadamente 12 milímetros de espessura.

Estes documentos estão organizados em aproximadamente sete partes, entre fixas e diversificadas, e ocupam entre menos de meia página até quinze. Tais partes são: a) “*capa*”, em que consta a data de abertura do processo, acima centralizada na página; na linha seguinte há a identificação do defunto e de quem abriu o processo, o chamado inventariante; após isso é incluído o dia do óbito, a existência de testamento e herdeiros menores de idade. Em seguida temos a: b) “*Abertura do Processo*”, em que se repetem as informações da capa juntamente com subsídios sobre o local de abertura do processo, das testemunhas e do pagamento do selo à coroa portuguesa. Após isso se inicia a: c) “*Nomeação de Louvados*”, nesta parte está à relação dos nomes de indivíduos

---

<sup>26</sup>VIDE, Sebastião Monteiro. **As constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**, 79 ed. Brasília, Senado Federal, 2007.

<sup>27</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Padre José Botelho Borges, 1795. Códice: 14. Auto: 453, p. 20.

encarregados de avaliar os bens deixados pelo defunto. Em geral, os indivíduos listados são influentes na câmara do senado local. Posteriormente temos: d) “*Juramento dos louvados*”, em que há o registro de um ritual no qual os homens nomeados como louvados colocam a mão direita sobre uma Bíblia e juram pelas almas procederem com justiça na avaliação dos bens que lhes forem apresentados. Após, temos o: f) “*Título de Herdeiros*”, onde estão listados os nomes dos indivíduos que tinham direito a herança. Neste sentido, o direito igualitário do Reino estabelecia a divisão dos bens deixados de duas formas; em ordem crescente e ascendente para o cônjuge, denominado de meeiro, e de forma igualitária para os filhos. Segue a essa parte a: g) “*Descrição de Bens*”, onde são listados os bens com seus respectivos valores estabelecidos pelos louvados. Por fim, temos a: h) “*Aceitação da Herança*” e “*Partilha*”, que corresponde à transferência dos bens aos herdeiros.

Ricos em informações sobre bens, objetos, ativos e passivos financeiros, os inventários representam importantes fontes para descortinarmos a realidade material e cotidiana de homens e mulheres da época colonial. Eni Samara e Ismênia Tupy (2009, p. 92-93) ao tratar do uso dessa documentação como fonte de acesso a história social apresentou a seguinte explicação:

[...] os inventários e os arrolamentos, notadamente quando analisados em séries, constituem ricas fontes de informações sobre temáticas as mais variadas, tais como: níveis de riqueza; condições de mercado e de consumo; sistemas e formação de produção; tramas de negócios; redes de sociabilidade; hierarquias sociais; cultura material, vida privada e outros. E, assim sendo, em qualquer época, ao fornecer ricas e inúmeras informações sobre as transformações sociais e as condições materiais da sobrevivência cotidiana, demanda a criação de um eficaz banco de dados que permita agrupar e correlacionar algumas categorias de análise.

Desse modo, entende-se que os inventários são fontes adequadas à quantificação e seriação histórica, nos permitindo reconstituirmos a heterogeneidade das práticas sociais, as relações de autoridade, as inter-relações pessoais, as condições de vida e as mais variadas estratégias individuais representadas nos mais variados tempos e espaços. No entanto, esse tipo de documentação é marcado por múltiplas *bias*, em especial a presença maciça das elites econômicas e sub-representação das camadas menos favorecidas da sociedade colonial (MATTOS, 1995). Por isso, essa documentação pode contribuir para

uma imagem distorcida da realidade passada. Isso, embora, seja um problema de pesquisa pode ser mitigado a partir da estratificação da amostra por trajetórias individuais, o que remete a sensação de estarmos “afogando em nomes” (FRAGOSO, 2002).

Feitas essas considerações, cabe apresentarmos inicialmente algumas características do nosso recorte espacial.

## 1. Algumas Perspectivas do Termo de Mariana Séculos XVIII

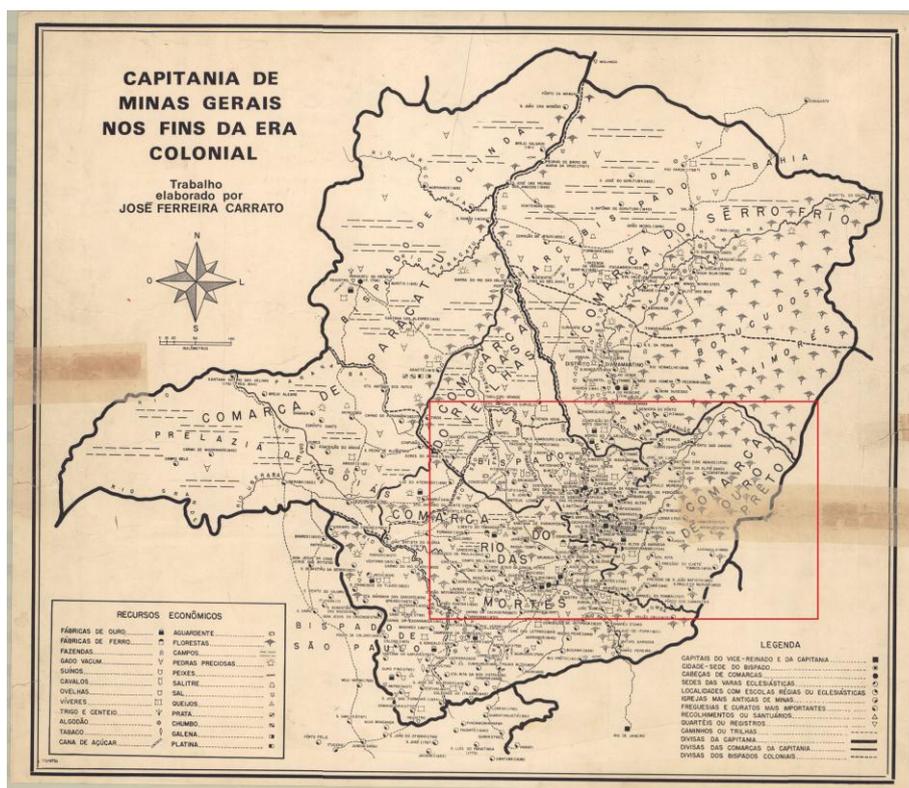


Figura 1 Mariana no mapa da Capitania de Minas Gerais

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Disponível em

<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/index.php?num=16&pos=1314](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/index.php?num=16&pos=1314)>. Acesso em 22/12/2013.

No século XVII, as expedições das bandeiras em busca de índios que servissem ao trabalho involuntário, escravos fugitivos e de metais preciosos percorreram extensas áreas, encontrando em 1695, na região de Caeté e Sabará, as primeiras pepitas de ouro. Estes achados auspiciosos, que tradicionalmente são atribuídos aos exploradores paulistas Borba Gato e seu genro Fernão Dias Pães Leme (FAUSTO, 1995, p. 95-98)00, motivaram um grande fluxo de aventureiros que se dirigiram a paragem, com “*sede insaciável do ouro*” (ANTONIL, 1997, p. 167), principalmente durante os primeiros sessenta anos do século

XVIII, época em que zarparam de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas (FAUSTO, 1995, p. 98).

A época, a travessia *de grande mare oceanu innavigabilee*, em busca de metais preciosos nas terras encontradas abaixo da linha equatorial, era uma aventura extremamente perigosa para a civilização europeia, que suscitava o medo ao mesmo tempo que fascínio de encontrar monstruosas criaturas sem cabeça (blêmios), seres com hipertrofia das orelhas (panotos), seres com um único pé gigantesco (ciópodes), de duas mãos, dois pés, duas cabeças, dois corpos ligados, quatro asas, dois bicos (duplos), gigantes em contraposição aos pigmeus, anciãos, as galinhas lanosas, as plantas carnívoras, andróginos, híbridos, homens com cabeça de cão (cinocéfalos). Além, é claro, do temor de confrontos com os índios, os desastres das embarcações, as doenças, a fome e tantos outros riscos que permeava o imaginário europeu do universal maravilhoso (TODOROV, 1982).

Para evitar esses riscos, os recém-chegados à colônia se inseriam em expedições organizadas por sertanistas integrados a clérigos particulares.<sup>28</sup> Entre as várias dessas expedições que penetraram o oeste da grande cordilheira da serra do mar em busca de metais preciosos interessa-nos, de modo particular, a bandeira comandada por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e o padre Francisco Gonçalves Lopes, que em 1687 partiu de Taubaté, deu entrada nos sertões de Caeté, desceu a casa da Casca, seguindo as margens do rio Doce, posteriormente, desceu aos lugares de pouso (Itaverava), onde encontrou um pó amarelo no fundo do rio, e o seguiu pelo fundo do vale, cruzando as minas de Bom Sucesso (Ouro Preto), e chegando, no dia 16 de julho de 1696, as margens do rio Tripui, onde encontrou com facilidade o metal áureo nas encostas de um ribeirão a que deram o nome de Carmo (MAXUEL, 1992, p. 359).

Nesses confins elevaram uma simples cruz de madeira para tomada de posse das terras (GRUZINSKI, 2003), sob as quais formaram um arraial, erguendo moradas improvisadas em pau-a-pique, cobertas de palhas, palmeiras ou sapé. No cento desse aglomerado elevou-se uma rústica capelina em honra de N. S. do Carmo, com o intuito de sacralizar a região supostamente profanada pelos desagravos dos índios, que após serem

---

<sup>28</sup> Por Clérigos particulares entende-se os sacerdotes seculares ou religiosos, de diversos institutos, que não tinha na colônia convento ou casa paroquial. (ANTONIL, 1899).

catequizados e batizados foram inseridos aquela sociedade embrionária enquanto mão de obra na exploração do ouro e em outras atividades.<sup>29</sup>

As notícias de abundância e qualidade do ouro encontrado movimentou um intenso trânsito de pessoas para essa região. Muitos dos quais se enriqueceram rapidamente, sem grandes esforços. Passado algum tempo, os moradores descuidaram-se dos alimentos necessários à sobrevivência e logo a fome e a miséria começaram a assola-los, fazendo com que a região fosse abandonada entre 1697 e 1698 (VASCONCELOS, 1974, p. 62). Somente Francisco Fernandes e Manuel da Cunha permaneceram na localidade até que as notícias do sucesso da exploração empreendidas por Antônio Pereira atraíram os antigos moradores, que:

Recompuseram suas casas abandonadas no primitivo assento, e os recém-chegados derramara-se pela margem do rio, invadindo sem respeito, nem consideração às terras por Antônio Pereira compradas a Manuel Cunha. Embora ofendido Antônio Pereira fez cara de alegre por não pode lutar contra a onda, e a muitos concedeu trabalharem nas minas e morarem nas terras (VASCONCELOS, 1974, p.406).

Logo os antigos moradores repovoaram o arraial e chegaram novos aventureiros para explorarem o aluvião (TRINDADE, 1945). Quando esse se esgotou os desbravadores passaram a cavar minas nas colinas para acharem os veios auríferos dentro das rochas, sob as quais construíram casas e um espaço dedicado a uma igreja, seu adro e área a sua volta, dando início ao povoamento que “*que começou a ser denominado Arraial de Baixo, para se distinguir do de Cima (Mata Cavalos), que era dos bandeirantes, ou arraial velho*” (LIMA JÚNIOR, 1943, p. 68) E, com isso, a localidade foi promovida à condição de Paróquia de N. Senhora da Conceição (VASCONCELOS, 1974).

Após elevada a condição de paróquia a região continuou recebendo um amplo movimento migratório. Em pouco tempo os que chegavam tiveram que partirem para as encostas de morros, há algumas léguas de distancia das ocupações mais antigas, e construírem novos núcleos urbanos. Segundo a narrativa de Costa Matoso este processo foi importante meio de desbravamento da região:

Vim entrando pelo que chamam campo, deixando já o caminho a que chamam do mato. É chamado campo por descoberto, a respeito do mato, e na verdade é caminho excelente e desafogado; é igualmente subindo e

---

<sup>29</sup> “Levam seus capelães, carregam em costa de burro altares desmontáveis e não se esquecem de rezar a missa ao tomar posse de um novo descoberto. Como os navegantes portugueses que, dois séculos atrás, plantavam padrões de pedra com a cruz nas praias a que aportavam, também erigem o cruzeiro no morro contíguo à volta do no que pretendem lavar. (LATIF, 1978, p. 62).

descendo morros, [...] ainda estão de mato virgem e capoeiras aquelas que ainda são mato, mas é mais pequenos por cortado e tornado a crescer há pouco tempo.<sup>30</sup>

Essa transcrição, apesar de simples, revela a intensidade do movimento migratório promovido nessa região, onde se formou uma população enorme, composta por homens brancos vindos do Reino, da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras localidades. Além desse, o número de pessoas de cor era grande, principalmente de escravos que acompanhavam os seus senhores, já que “[...] *nem todos os invasores se entregaram diretamente ao trabalho das minas. Havia, além dos mercadores fixos ou ambulantes, uma grande quantidade de artífices, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros e outros que se estabeleceram no povoado*” (LIMA JÚNIOR, 1943, p. 141). Foi, assim, que começou a serem cavadas as minas na passagem da Paróquia da Conceição para montanha de Bom Sucesso (Ouro Preto). Nessa localidade formou-se um núcleo população em torno de uma ermitã consagrada a S. Gonçalo dos músicos, erguida pelo clero local.

Crescendo sua expressão populacional, econômica e edificada, terá aumentado sua aspiração a outra categoria institucional, a outro tipo de reconhecimento por parte da sociedade organizada, em meio à divisão territorial estabelecida pelos poderes constituídos, enfim, por parte do Estado. A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa, porém logo mais [...] seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, o seu termo (MAXUEL, 1992, p. 52) .

E, com isso, por volta de 1709-1710, a paragem passou a contar com uma população suficientemente numerosa, distribuída entre as habitações do Arraial de Cima, Arraial de Baixo e Freguesia de S. Gonçalo, com grande potencial de expansão para o sul, para regiões ainda cobertas pela mata virgem (Vila Rica, Guarapiranga, S. Antônio), em que residia a força indígena, que pouco a pouco foi sendo conquistada pelos aventureiros que buscavam melhores condições de vida (Vasconcellos, 1938).

Muitos dos que vieram pretendiam após alcançarem fortunas retornarem à terra natal, algumas vezes para cumprir antigos compromissos matrimoniais (ALMEIDA, 2006, p. 71). É o caso, por exemplo, do português Antônio Alves Ferreira que veio para esse lado

---

<sup>30</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; CEHC, 1999. p. 896.

do Atlântico deixando na freguesia de Ferreira, Arcebispado de Braga, a esposa Custódia da Cunha. Chegando aqui teve notícias que sua esposa ao ouvir um tiro de espingarda havia rolado um barranco, vindo a falecer. Após saber dessa fatalidade, mesmo sem nunca ter conseguido prova-la, ele decidiu se casar com Ana Cabral da Câmara, sua afilhada e filha de João Cardoso Lago Câmara, seu sócio em uma sesmaria localizada na fronteira sul do Arraial, na qual cultivavam milho.<sup>31</sup>

Dona Maria Francisca Pinta de Oliveira, moradora na freguesia de S. Gonçalo dessa paróquia, por sua vez, deixou a freguesia de Beira, em Portugal, juntamente com seu irmão, padre Joaquim Duarte Pinto, e o filho, Felipe, em busca de seu Marido, comerciante de escravos que veio para as minas na primeira metade do século XVIII e possivelmente foi morto ao chegar ao porto do Rio de Janeiro. Mesmo sem nunca confirmar se o marido estava morto, ela foi declarada viúva e casou-se com um dos sócios de seu irmão em terras de lavras de morro, o Sargento-Mor licenciado em cirurgia Antônio Duarte, com quem teve sete filhos, entre estes o padre Antônio Duarte Pinto, que sucedeu o tio na função de pároco da igreja de S. Gonçalo dos músicos.<sup>32</sup>

Antônio Gomes Sande também foi um desses portugueses integrados ao fluxo migratório em vasta escala para as minas. Ao lado de seus irmãos, o reverendo Jacinto dos Santos e Ana Tereza, deixou a freguesia de São Nicolau, concelho de Basto, Arcebispado de Braga, e veio para esta região em busca de melhores condições de vida. Inicialmente, fixou residência com seus irmãos em “casa de beco” de padre Manoel da Nobrega, onde vivia dos rendimentos de seu irmão, que empréstimos dinheiro a juros e administração as água potável de uma fonte. Passado algum anos, Antônio Sandes associou-se ao Capitão Joaquim Coelho de Oliveira numa juntada de gado em terras da Mata que fazia fronteira com a paragem. Relações que prevalente tenham estreitado ainda mais quando Sandes casou-se com a irmã de Oliveira, Clara Teresa Ubelina.<sup>33</sup> Neste sentido, cabe considerarmos a importância que a constituição de laços familiares estáveis teve para sobrevivência do indivíduo na colônia, onde pouco *“refere-se ao indivíduo enquanto*

---

<sup>31</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana** – Processo Matrimonial de Antônio Alves Ferreira, 1728.

<sup>32</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana** -- Processo Matrimonial de Antônio Duarte, 1728.

<sup>33</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Inventário do defunto Capitão Francisco Gomes Sandes, 1807.

*pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo*” (FARIA, 1998, p. 21).

Tratando-se de Antônio Sandes, sem dúvidas, a constituição de laços familiares representou fato importante no acesso a benefícios materiais: 52 escravos, uma fazenda de porcos Pirapetinga, duas sesmarias, dois moinhos de engenho de cana e lavras de morro. O que talvez tenha contribuído para sua fixação na região das minas (FARIA, 1998, p. 21).

No caso de Sande, o papel desempenhado pela família para facilitar o acesso a essa economia doméstica pode ser dimensionado por inúmeros fatores específicos, entre os quais vale ressaltar o tamanho da prole do casal, composta por cinco filhos: Dona Francisca Candida, Dona Teresa Antena, Dona Feliciano Isabel, Antônia Lemos e Antônio Gomes Sandes. Isso porque naquela sociedade o número de filhos era essencial para manutenção da propriedade, uma vez que aos 7 ou 8 anos estes se tornavam mão-de-obra dentro da propriedade familiar. Logo, ter mais filhos significava a ampliação de braços para o trabalho e, conseqüentemente, de ampliação das possibilidades de poupança para aquisição de terras e escravos (MATTOS, 1987). Ao mesmo tempo, ter uma prole numerosa ameaçava a fragmentação das propriedades no momento da divisão de terras e escravaria por herança (FARIA, 1998).

Para solucionar essa contradição e fazer com determinados bens fossem indivisíveis nos processos de *herança* e *sucessão*, as famílias arquitetavam mecanismos que conciliavam a igualdade entre os herdeiros e a não dispersão das riquezas (OLIVEIRA, 2005). No caso da família Sande, por exemplo, a fazenda e a escravaria da família foi transferida para Francisca Cândida de Oliveria Sandinha<sup>34</sup>, quando essa se casou-se com Antônio Pedro Vidigal de Barros, cirurgião mor, juiz de paz, lavrado e negociante, dono de 44 escravos. No entanto, ela veio a falecer após o parto de seu quinto filho, deixando todos os seus bens para o marido, que após viúves casou-se com a irmã de sua esposa, Teresa Altina Sande de Barros, com quem teve sete filhos.<sup>35</sup> Sua irmã Dona Feliciano Isabel, por sua vez, casou-se com o irmão de seu marido, Domingo Coelho, licenciado em cirurgia, negociante de secos e molhado, e herdou um engenho de casa, paióis de grãos e

---

<sup>34</sup>MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN* – Inventário do defunto Francisca Candida de Oliveira Sande, 1820

<sup>35</sup>MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN* – Inventário do defunto Antonio Pedro Vidigal de Barros, 1839.

sesmarias.<sup>36</sup> Já sua irmã Antônia Lemos permaneceu solteira para cuidar dos pais na doença e de seu irmão Antônio Gomes Sandes, destinado ao sacerdócio.<sup>37</sup> Ambos, por não constituírem famílias renunciaram a parte que lhes cabiam na derrama em favor de dois sobrinhos, que foram educados pelo padre em Mariana. Entretanto, apesar dessa renúncia, o padre Antônio Sandes tornou-se um dos maiores proprietários de escravos da região.<sup>38</sup>

A documentação da época colonial indica que destinar um dos filhos ao sacerdócio católico representava uma importante estratégia das famílias para resolver os problemas com a *herança e sucessão* da propriedade latifundiária. Uma vez que ao ingressar na carreira eclesiástica este não precisaria de terras para sobreviver, e legalmente não havia possibilidades de reclamar para si maior quinhão na herança, ou mesmo de disputar a sucessão patrimonial, visto que não constituirá família.<sup>39</sup> Em geral, o pagamento dos benefícios que cabia aos padres era transferido-lhe pela família na forma de dote para ingressar no seminário, como fica evidente no seguinte trecho do inventário de Manoel Leitão de Almeida:

Declarou ela inventariante que ela / com o dito seu marido doarão ao coher/deiro Padre Bento Leitão de Almei/da para este se ordenar umas terras com / Matas virgens e capoeiras citas nas / Margens de [ilegível] Xopotó e dois escra/vos por nomes Caetano e Domingos e / um Cavallo selado e enfreado.<sup>40</sup>

Essa prática de dotar um dos filhos para ingressar no seminário, apesar de eliminar um dos herdeiros beneficiários no momento da divisão da terra, representava perda de capital material do grupo, pois retirava parte da poupança familiar, investida nos estudos, e a mão-de-obra de um filho, necessária a reprodução da unidade doméstica. Ameaçando, assim, o nível de prosperidade material do núcleo doméstico. Também impossibilitava a participação desse filho no aumento das redes de parentesco via matrimônio, visto que ele não podia mais casar-se com alguém de igual ou maior fortuna, algo comum nas trocas sociais para concentrar e multiplicar das elites econômicas coloniais (FARIA, 1998). Entretanto, quando o filho tornava-se padre o capital simbólicos da família crescia, a

---

<sup>36</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Inventário do defunto Alferes Domingo Coelho, 1841.

<sup>37</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Inventário do defunto Reverendo Padre Antônio Gomes Sandes, 1839.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup>ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro 1: Título LXXXVIII Dos Juizes dos Órfãos; Livro 4: Título CII Dos Tutores e Curadores, que se dão aos órfãos, Título CIV Dos que se escusam de ser Tutores.

<sup>40</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Inventário do defunto Manoel Leitão de Almeida, 1626.

começar pela elevação do prestígio do grupo frete ao meio social pela pureza de sangue, que funcionava como uma carta de apresentação necessária para solicitar cargos públicos ou incorporação militar, ou comprar títulos de nobreza social (SAMPAIO, 2006, p. 51-70).

Naquela sociedade o reconhecimento social pela posse de títulos constituía-se como traço cultural, sendo fortemente influenciadas pelas tradições das hierarquias próprias do ordenamento corporativo, “[...] *essenciais para o reconhecimento do lugar social que cada um ocupava*” na região (FURTADO, 1999, p. 51). Assim, não bastava ter riqueza, era preciso investir nas estratégias individuais de inserção social para a construção de uma história particular bem sucedida nas regiões do vasto império, tais como casamentos, acúmulos de cargos de privilégios e diversificação dos negócios (ALMEIDA, 2001, p. 72-73). Além desses, pertencer ao clero secular era um privilégio e uma forma de distinção social. Isto porque os sacerdotes católicos eram parte da camada social que dominava a escrita e a leitura em meio a um contingente de analfabetos. Participavam, também, da “[...] *difusão dos saberes através da palavra*” (HESPANHA, 1993, p. 294). Além disso, eles distinguiam-se pelos “*bons costumes, provada sciencia*”.<sup>41</sup> Destacavam-se, ainda, por ministrar os ritos religiosos “*para Cura de almas*”, serem “*missionários zelosos, e confessores*”. Eram, portanto, homens de “*limpeza de sangue, vida e costumes*”, “*proporcionado no corpo, honesto, e inclinado na Igreja*”.<sup>42</sup>

Além do prestígio que elevava a posição da família, o parentesco com padres tornava-se ponte para o sagrado, possibilitando aos parentes galgarem lugares do céu. Essa questão fica explícito documento, tal como no seguinte trecho de um testamento:

[...] como le/gitimo Cristão que sou, temendo/me da morte como coisa natural e o infalível/ dela principalmente nesta infer/midade em que me acho desejando por / minha alma no caminho da salvação éter/na, faço este meu/ testamento na forma seguinte: Pri/meiramente encomendo a minha alma a santíssima Trindade que / a gerou e a nosso Senhor Jesus Cristo/ que a salvou e a bem aventurada e sem/pre Virgem Maria Nossa Senhora/ e a todos os Santos da Corte do céu. Rogo a Deus Pai que a criou que a conceda descanso no pa/raíso, tão merecido por meus atos em vida. Fui um bom cristão. Contribui para vinha do Senhor. Sacrifiquei meu único filho, Joaquim Correia a/ o seus serviços. Este filho, Reverendo Pároco/ da Capela da Imaculada Senhora da Boa/Morte, com seus dons nos orienta e nos ensina a sua Palavra de Salvação. Por esse sacrifício peço ao Senhor a Salvação de Minha Alma.

<sup>41</sup> Título LIV. Benefício Pensão, ou Patrimônio, que requer para os ordenados de Ordem Sacras. In: Sebastião Monteiro Vide. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**: propostas e aceitas em Synodo Diocesano, que dito Senhor celebrou em 12 de Julho do anno de 1707. Transcrição de Antônio Louzada Antunes, São Paulo: Ed. Senado, 2000, p. 96.

<sup>42</sup> Título L. Da primeira tonsura, e quatro ordens menores. In: Dom Sebastião Monteiro Vide. Op. cit., p. 87.

Dentro dessa visão, portanto, caso o parentesco com clérigos não servisse enquanto prestígio social familiar, os benefícios materiais destinados à formação desse filho seriam repostos por meio de benefícios simbólicos, permitindo membros familiares almejavam um “bom lugar” no plano espiritual.

Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande, casada com o cirurgião mor Antônio Pedro Vidigal de Barros, faleceu “pelas dores do parto” em 1820, deixando muitos bens e seis filhos. Entre esses, o varão Francisco Vidigal de Barros, de dois anos de idade, deixado aos cuidados do tio padre e destinado desde o nascimento ao sacerdócio. Isso, porque, dona Francisca era estéril, sendo aconselhada pelos parentes a fazer promessas à N. S. do Bom Parto, que caso engravidasse, além de rezar 50 missas na capela da sua fazenda, denominada Pirapetinga, enviaria para o seminário o primeiro filho homem que tivesse. Feita a promessa, aos 14 anos de idade, dona Francisca deu a luz a primeira filha, Maria, dois anos depois a outra, Teresa, e nove meses depois a Antônia. Preocupada com a dívida de ter um filho padre e temendo pela sua alma, fez novas promessas, que caso tivesse um filho homem destiná-lo-ia para o seminário ao qual doaria três escravos negros, muitas moedas de prata, casas de aluguel na cidade de Mariana, braças de terras em duas fazendas. Dois anos após essa promessa, ela deu a luz ao primeiro filho homem Francisco, comemorando com seu marido e todos os vizinhos na celebração de missas cantadas, Quitou todas as suas promessas a N. Senhora e alcançou o direito de ter seu corpo enterrado no Altar esquerdo da Sé de Mariana.<sup>43</sup>

Isso sugere, portanto, que o povoamento e constituição das famílias dessa região guardavam relações com o imaginário religioso de existência de um dever de apostolado por realizar e promover as vocações religiosas, necessárias para combater as temidas e abominadas forças satânicas que subjugavam as terras ao inferno.

No processo de ocupação paragem também devemos considerar os interesses de expansão das fronteiras políticas e mercantis da Coroa portuguesa, que, inicialmente, controlou as entradas na região por meio de órgãos do poder civil da Capitania do Rio de Janeiro. Do modo semelhante que fez com as Capitânicas do Sul, até a região do Prata, e São Paulo. Já em 1708, essa coroa achou por bem separar esse poder civil, criando, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, num governo distinto do Rio de Janeiro.

---

<sup>43</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN* – Inventário do dona Francisca Cândida de Oliveira Sande, 1820.

*“Realmente, a situação nas Minas era tal que dificilmente poderia um governo, com sede no Rio de Janeiro dar assistência aos seus moradores”* (BARBOSA, 1995, p. 195-196).

Para o cargo de governador da Capitania das Minas de Ouro e São Paulo foi nomeado o capitão geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que como importante ato criou três vilas em Minas: Rica (Ouro Preto), Sabará e Albuquerque (Mariana). Em Carta Régia de 1712, é confirmado pelo El Rei o pedido do governador geral de elevação do arraial do Carmo à categoria de vila.

Eu, El Rei, vos envio muito saudar. Viu-se a nossa carta de trinta e um de julho do ano passado em que dais conta de ser essa a primeira que erigio o Governador e Capitão geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho com nome de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, em que vos conceda os privilégios que tem a Câmara da Cidade do Porto. E parece-me dizer-vos que hei por confirmada essa vila, porém não há de ser com a denominação de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, mas somente Vila de Nossa Senhora do Carmo e vos concedo que possa intitular Leal Vila.<sup>44</sup>

A partir daí, a Vila de Ribeirão do Carmo prosperou. Em passo acelerado começaram-se as obras de novas igrejas, da praça, Largo da Matriz, da câmara, da cadeia, do palácio dos governos e a instalação do pelourinho. Os antigos aglomerados de casas improvisadas deram lugar a casas de moradas, onde *“as paredes foram rebocadas por dentro e por fora, pisos de madeiras ou pedras foram colocadas e telhas substituíram os telhados de sapé”* (BOXER, 2000, p. 172-173). Formava-se, assim, um espaço diferenciado, onde núcleos urbanos eram construídos próximos um dos outros, num *“[...] encantador efeito produzido na paisagem pela série de construções regulares, que contrastam com o aspecto selvagem e desértico das terras circunvizinhas”* (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 62).

A vila foi, assim, se desenvolvendo em importância, riqueza e esplendor. O que fazia dela uma espécie de grande corte, onde tanto homens quanto mulheres se vestiam com muitos enfeites, acessórios e roupas suntuosos, feitas de peles valiosas e sedas. Estas pessoas eram consideradas nobres ou de distinção sociais, tais como clérigos, grandes fazendeiros e comerciantes, que juntas ergueram 10 grandes igrejas, 60 capelas e 106 ricas residências. Todas construídas num período onde a arquitetura francesa tinha grande

---

<sup>44</sup> Documento da época. *Apud*: **Termo de Mariana**: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 153

importância cultural para a gente, que pouco conhecia à Europa, mas que queriam viver o seu luxo e o glamour (MELLO, 1985, p. 25).

Nesse cenário, portanto, o comércio intercontinental de objetos era fundamental para a solidificação do prestígio e hierarquia social. Havia na paragem várias pessoas que se dedicavam ao comércio de pequenas coisas, os chamados caixeiros-viajantes, e os grandes comerciantes, que se reuniam para fazer trocas de mercadorias em diferentes espaços portuários (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 155).

Esses espaços reuniam pessoas de pontos distantes e diferentes tratamentos sociais, que financiam e/ou organizavam empresas de oferta de metais preciosos, escravos, cereais e bens de luxo. Entre essas estava o padre secular Luis Jayme de Magalhães Coutinho, morador no Arraial de N. S. de Nazaré do Inficionado, em Minas Gerais, onde “*contratava em negros e mandava vir carregações deles para este arraial e quando foi ao Rio de Janeiro trouxe o mesmo vigário uma carregação deles, os quais lhe vendia um Francisco M. Iz*”. Para viabilizar esse comércio, o referido vigário “*trocava a batina por trajés de pessoas comum*”, uma capa preta, chapéu e uma máscara na altura do nariz. Nessa performance “*fazia diferentes contratos ou negócios com diferenciadas pessoas. Até mesmo escravos e índios, de quem o referido vigário contratava porções mágicas*”, capazes de “*seduzir amores ou curar enfermidade*”.<sup>45</sup>

Após essas aquisições, o vigário Jayme, “*montado no lombo de burro*”, percorria as ruas e estradas das minas, com escravos e baús cheios de utensílios, corte de tecidos e joias. Nas fazendas, recebia pouso por longas temporadas, de modo que as senhoras sempre podiam confessar seus pecados, os escravos serem batizados, missas celebradas e novenas rezadas. Aproveitava também para arrecadar “*esmolas para construções de igrejas e altares*” e contratar “*casamentos, para garantir que as moças das famílias não fossem seduzidas e raptadas*”. Exigia apenas participação na divisão de seus dotes. As porcentagens variavam conforme o noivo escolhido. Para casar as filhas dos fazendeiros com tios ele cobrava as mais altas taxas. Mas, caso os fazendeiros não tivessem capital necessário para comprar seus produtos, ou pagar pelos casamentos, ele concedia-lhes empréstimos ou trocava esse por participação nas colheitas da fazenda, ou de parcela da escravaria.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPHAN** – Processo de Devassa Inficionado, trinta depoimento, contra o reverendo Jayme de Magalhães Coutinho, 4 de julho de 1743.

<sup>46</sup> Ibid.

Assim como o reverendo Jayme de Magalhães Coutinho, muitos outros seculares se destacaram naquele território por combinar atividades espirituais com transações comerciais. Muitos desses conseguiram grandes margens de lucro e alcançaram prestígio enquanto grandes senhores de escravos, em desacordo a moral da Igreja de Roma, que, por normas, pedia a simplicidade e pobreza material no modo de vida sacerdotal. Mas, tudo indica que em Minas Gerais essas normas foram interpretadas pelos clérigos e religiosos ao seu bel prazer, desprezando os antigos sinais externos de pobreza e se identificando com a riqueza do ouro da capitania, resultando num verdadeiro fracasso do projeto vocacional do Sr. D. João da Cruz, a ponto desse bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro qualificar o clero como “*desprovido – necessitado - indigente*”, fruto próprio desse “*Mizeravel Paiz!*”<sup>47</sup>

Além do desrespeito as normas de pobreza, para ajudar os clérigos e religiosos a se identificarem com o digno modo de vida sacerdotal de Roma, havia outros sinais externos que mostravam os desprezos dos clérigos mineiros aos cânones da Santa Sé, tais como os descaminhos de ouro, compra e venda de escravos negros, práticas de curas sem licenciatura da coroa, porte de armas de fogo, jogos de bola, seduções e raptos de donzelas. Crimes morais que podemos mapear alguns na tabela:

ANO	LOCAL	NOME	CARGO	CRIME	SANÇÃO
1708	Rio das Velhas	Francisco de Menezes	Vigário	Falta de cumprimento das ordens régias/descaminho de ouro	Preso/Exilado
1719	Vila Carmo	Francisco de S. Jerônimo	Capelão	Roubo de Esmolas de igrejas	Absolvido
1719	Rio das Velhas	Phelipe de la Contria.	Desocupado	Fugitivo/Assassinato de um homem em Paris	Fugiu para o Mato
1738	Vila Rica	André Álvares Rainho	Desocupado	Roubo de cavalos	Fugiu para o Mato
1738	N. S. de Baependi	João de Matos	Vigário	Tentativas de sedução de mulher/casada	Absolvido/Agredido

<sup>47</sup>MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Secção de Manuscritos Pastorais, 1727, folha 8-10, prateleira 1.

1738	Pousos Altos	Filipe Pinto	Vigário	Tentativas de sedução e Rapto/ donzela	Absolvido/As sassinado
1739	Vila do Carmo	Luis Falcão	Padre Auxiliar	Prestar-se ao serviço de revelar segredos de confissão	Preso
1740	Ouro Branco	Romão Furtado de Mendonça	Vigário	Sedução de Mulher/ duas irmãs	Absolvido
1743	Vila do Ribeirão do Carmo	Jose Ribeiro Souza	Padre Auxiliar	Porte de Arma/Assassinatos/ Venda de Escravos/Roubos	Fugiu para o Mato
1744	Rio das Mortes	Bento Ferreira	Capelão	Tentativa de sedução de mulher/ negra e escrava	Absolvido
1745	Barra	João Nunes Gama	Capelão	Viver desonestamente com uma negra	Absolvido
1745	Vila do Carmo	Bernardo José de Matos	Padre Auxiliar	Cópula com meretrizes	Absolvido
1749	Vila do Príncipe/Vila Rica	Martinho Alves/ Francisco Lugo	Vigário/ Vigário	Descaminhos de diamantes	Preso/Morte

Fonte: **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana** – Processos Crimes

Essas e outras denúncias de “imoralidades” de clérigos levaram ao El Rei, dom João V, a expedir em 1711 cartas nas quais proibia o envolvimento dos seculares e religiosos em trabalhos da terra, criações de animais, vendas de escravos, jogos de bola, garimpo de minerais e demais atividades de enriquecimento pessoal, além, é claro, da instalação ou permanência de clérigos regulares que se encontrasse sem emprego ou préstimo missionários. Também achou por bem proibir que os seculares sássem de suas residências ou recebessem nelas pessoas após a oração da Ave Maria, com o risco de, descumprindo-se tais determinações, serem condenados por crimes de traição à coroa.<sup>48</sup>

<sup>48</sup> ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo **Diocesano de Mariana** – Subsídios para sua História – I Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929.

Após sancionar tais ordens, os problemas com os clérigos cresceram ainda mais nas minas várias “rebeliões” contra a coroa começaram a ser encabeçadas por esses, que aspiravam à libertação da região e da religião, acusando o El Rei de ser afeito a seitas secretas. Diante dessa circunstância, dom João V achou por bem condenar os que o acusava, bem como achou necessário criar naquela região sedes do poder vigilante, autorizando, em 1721, a criação da capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica, e as obras de um bispado, em Vila do Carmo, para moralizar e controlar a população e disciplinar o corpo de 435 eclesiásticos.<sup>49</sup>

Após 25 anos, esses planos da coroa, de criar uma sede do poder episcopal para atender a região das Minas, obtiveram êxito, com autorização e reconhecimento da Sé de Roma desse novo bispado. Para sediar-lo, a Vila do Carmo foi emancipada e elevada à condição de leal cidade de Mariana, nome dado em homenagem à rainha Dona Maria Anna D’Áustria, esposa de dom João V, como podemos constatar no seguinte trecho de um documento datado de 23 de abril de 1745:

Eu El-Rey vos envio muito saudar. Atendendo a que a Villa de Ribeirão do Carmo é a mais antiga das Minas Gerais, e que fica em sitio muito cômodo para a ereção de uma das duas Catedrais, que tenho determinado pedir a S. Santidade no território da Diocese do Rio de Janeiro: Fui servido criar Cidade a dita Villa do Ribeirão do Carmo, que ficará chamando-se Mariana; e assim vos ordeno o façais praticar, e publicar.<sup>50</sup>

A partir desse ato a região passou a prerrogativa de se subordinar diretamente à coroa, tornando-se centro de funções religiosas, educacionais, administrativas e das circunstâncias jurídicas de uma vasta área geográfica. “*Lá estavam os tabeliões e os advogados que registravam e resolviam os conflitos e também tornavam legítimos testamentos e inventários, terras, ajustes, processos crimes*” (LEWKOWICZ, 1995, p. 49). Podemos mapear os povoamentos e distritos que compunham a extensão territorial jurídica do termo de Mariana na seguinte figura.

---

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Documento da época. *Apud*. Diogo de Vasconcellos. Op. cit. 1935

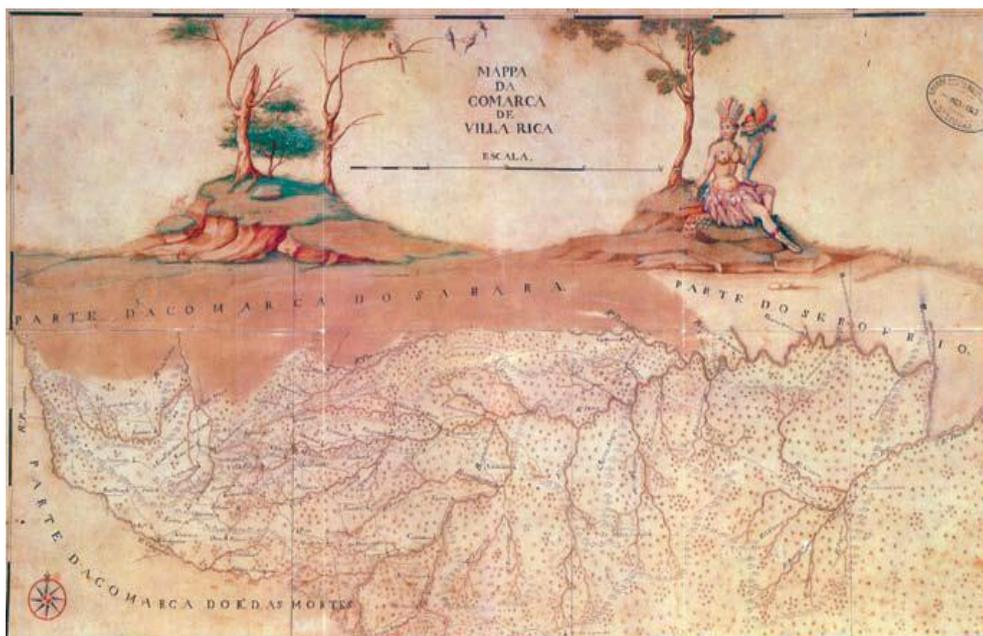


Figura 2: Mariana no Mapa da Comarca de Villa Rica  
 Fonte: “Mapa da Comarca de Villa Rica”, de autoria de José Joaquim da Rocha.  
 Disponível em: cart1090210.tif – www.bn.br

Essa imagem, produzida por José Joaquim da Rocha em 1777, exibe a demarcação territorial do termo de Mariana, “situado a 20 gr. 21 mim e 27 segundos de latitude meridional na margem do rio chamado Ribeirão do Carmo” (COELHO, 1852, p. 271), com uma população de 50.191 habitantes, comportado em 50.000 Km de extensão territorial, que tinha o seguinte conjunto de arriais, aplicações, povoados e distritos: Aiuroca, Antônio Dias (Ouro Preto), Vila Rica (Ouro Preto), Antônio Pereira, Baependi, Borda do Campo (Barbacena), Cachoeira do Campo (Ouro Preto), Caeté, Camargos (Marina), Carijós (Conselheiro Lafaiete), Carrancas, Casa Branca (Ouro Preto), Catas Altas do Mato Dentro (Santa Bárbara), Congonhas do Campo, Congonhas de Sabará (Nova Lima), Curral Del Rey (Belo Horizonte), Furquim (Mariana), Guarapiranga (Piranga), Itaverava, Inficcionário (Santa Rita Durão), Itabira do Campo (Itabirito), Morro Grande (Barão de Cocais), Ouro Branco, Pilar de Vila Rica (Ouro Preto), Prados, Raposos, Rio Acima, Roça Grande (Sabará), Sabará, Santa Barbara do Mato Dentro (Santa Bárbara), São Caetano ( Monsenhor Horta), São Bartolomeu (Ouro Preto), São Sebastião de Mariana (Mariana), Simão Pereira, Vila do Príncipe (Serro) e Sumidouro (Mariana).



Uma imagem dessas moradas fica explícita no documento de inventários datado de 28 de fevereiro de 1782, de dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira<sup>51</sup> que era casada com o licenciado Domingo Coelho. Aparece arrolados entre os bens do casal uma morada de casa de sobrado, coberta de telhas com quintal, mobiliada com “*duas mesas huma redonda e outra cumprida, dous bancos hum grande e outro pequeno, huma guarda roupa e oito tamboretos torneados*”.<sup>52</sup> Havia também outra morada coberta em telhas e capim. Além de uma fazenda de engenho denominada de Nossa Senhora da Conceição, localizada a meia légua de distância do Arraial de Piranga, onde o casal viveu com seus dez filhos. Essa morada era coberta de telhas, com senzala coberta de capim, onde vivia 107 cativos. Também havia duas roças, uma lavoura de cana madura, engenho real de cana e de pilões, e um moinho coberto de telhas. A mobília da residência, por sua vez, era simples, compostas por “*dous espriguseiros*”; “*huma mesa lisa sem gaveta*”; “*quatro caixas*”; outras “*quatro caixas*”; “*dous estrados*”; “*hum baú*”; “*quatro bancos*” e “*onse tamboretos*”.<sup>53</sup>

O Alferes Antônio Dias dos Anjos, viúvo de uma única esposa, Antônia Nunes da Assunção, quando faleceu em 1787, no Arraial das Pedras, na Freguesia de Itaberava, morava em casa de vivência, que tinha “[...] *payol senzallas munjollo moinho tudo coberto de telhas*”.<sup>54</sup> Na senzala moravam seis cativos de nação Benguela, outros dois de nação Angola, e mais 18 de nações distintas. Alguns desses com ofícios de barbeiro e tecelão. Na morada da família, onde viveu o casal com seus nove filhos, havia uma valiosa mobília, composta por caixas grandes com guarnição em jacarandá, outras de guarnição de tampa, outras pequenas, frisqueiras e lisas. Havia também caixas de guardar farinha e mantimentos, mesas, algumas com gavetas, bancos, tamboretos lisos e torneados, uma preguiceira, dois catres de jacarandá e “*huma rede de algodão*”, Também havia “*hum tear de panos lisos*” e “*hum tear de tesser coxas e toalhas com dous pentes sous lessos*”.<sup>55</sup>

Na morada localizada na aplicação da Barra do Bacalhau, o Alferes Antônio José de Castro e dona Maria do Espírito Santo e Cunha, tinham roças, terras com águas

---

<sup>51</sup>MARIANA. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN. Inventário do Defunto Dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, 1782. Caixa 74. Auto 1569. 1º ofício.

<sup>52</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, 1782. Caixa 74. Auto 1569. 1º ofício, p. 26.

<sup>53</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, 1782. Caixa 74. Auto 1569. 1º ofício, p. 19-20.

<sup>54</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Alferes Antonio Dias dos Anjos 1787. 1º ofício.

<sup>55</sup> Ibid, p. 19-21.

minerais, uma casa de vivência, com paiol, moinho e senzala, na qual residiam 44 cativos, de nacionalidade Benguela, Angola, Congo e América portuguesa, alguns eram ferreiros, barbeiros e tecelão. Já a mobília era composta por catres torneados e lisos, camas, armários, mesas com e sem gavetas, caixas, baús, cadeiras de pau, tamboretas e bancos de madeira. Além disso, “*unidas as casas digo Sansalas ermida de Santo Antonio com nove Imagens castiça/is Pau tudo coberto de telhas / Alvas e toalhas da mesma Ermida*”.<sup>56</sup>

Nota-se nessa residência a presença de um local dedicado aos rituais religiosos católicos, próximo à morada da família e da senzala. Isto remete à busca daqueles indivíduos em estabilizar as relações sociais, pois, a vida na colônia era repleta de incertezas, o isolamento das moradas, as dificuldades de comunicação entre os diferentes habitantes, além dos mitos de selvagens e crimes, levavam aos moradores da paragem a buscar no catolicismo seguranças espirituais.<sup>57</sup>

Desse modo, muitos dos habitantes das minas acreditavam na presença constante de Deus. O trabalho e as atividades ordinárias tinham que ser abençoadas por um sacerdote católico. As festas e momentos de sociabilidades nos arraiais aconteciam por motivos religiosos, como dias santos; a participação nas missas ordinárias, que duravam “*quarto e meia hora mais ou menos*”, assim como nas missas dominicais, onde havia muitos cantos e procissões com imagens de santos, que saía das igrejas pelas ruas circunvizinhas às paróquias. Além disso, os habitantes dessa paragem participavam da reza do terço nas “*terça, quintas e sábados*” e do rosário “*entoado a hora completo*” aos domingos.<sup>58</sup> A vivência nas minas era, assim, marcada pela religiosidade, por rituais e discursos que afirmavam a religião católica como caminho a ser seguido por todos.

Na paragem as preocupações com o céu se fez presente no pensamento de muitos habitantes. Em véspera da morte muitos procuravam registrar em testamento a fé e a obediência a Igreja católica. Nicolao Martins, por exemplo, quando fez seu testamento em 16 de novembro de 1800, no Arraial da Conceição de Nossa Senhora de Guarapiranga, preocupado com sua alma deixou instruções sobre a mortalha que iria cobrir seu corpo, os padres e irmandades que deveriam acampá-lo, o número de missas, rezas e ofícios

---

<sup>56</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Alferes Antônio José de Castro, 1803. Caixa 63. Auto 1367. 1º ofício, p. 9-16.

<sup>57</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livro de Registro Geral da Cúria.

<sup>58</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Visita Pastoral de Dom Frei Domingos da Incarnação Pontével à Freguesia de Borda do Campo. 1781, Livro C, Folha 18, p. 71.

necessários para sua salvação. Também deixou registrada sua devoção aos santos, a virgem Maria e a madre Igreja:

[...]Temendo / me da infestera da morte e o infalível / della principalmente nesta infer-/midade em que me acho desejando por / minha no caminho da salvação Éter-/na paa que foi creada faço este meo / testamento na foma seguinte Pri-/meiramente encomendo a minha / alma a santíssima Trindade que / alreou e a nosso Senhor Jezus Christo / que aremio a bem aventuanda e sem-/pre virgem Maia Nossa Senhora / e a todos os santos da corte do ceo inter-/cedão por mim sempre e na hora da / minha morte paa que va a mi-nha alma para a Benaventuran-/ça [...]Decla-/ro que meo corpo será amortalha-/do em hum abito preto ou a eleição / de meo testamenteiro e acompanha-/do pelo preo reverendo Paocho ou / quem suas veses fiser e mais oito / Reverendos, sacerdotes e dirão Missa de / corpo presente de esmola de huma / oitava de ouro e se dara a fira necessa-/ria tudo a eleição de meo testamen-/teiro e tão bem acompanhado pela / Irmandade de Nossa Senhora da Boa / Morte de quem sou irmão e sepulta-/do na Capela de Nossa Senhora digo / da capela da mesma senhora. Decla-/o que meo testamenteiro manda-/ra diser por minha alma quatro / Missas de esmola de meia oitava de / ouro cada huma no tempo de seis / meses aonde muito lhe parecer.<sup>59</sup>

Como Martins muitos outros habitantes dos campos mineiros deixaram registradas as práticas devocionais, seja através dos testamentos ou pelos objetos domésticos de religiosidade. Alguns desses objetos podem ser mapeados no inventário do Alferes José Alves Moreira, falecido em 26 de abril de 1803, onde aparece arrolado “*hum oratório grande de sedro*”; “*huma imagem do Senhor Cruseficado*”; “*huma dita do Santo Anna*” “*huma dita de San Sebastião*” e “*huma dita de Santo Antonio*”.<sup>60</sup> As imagens sacras domésticas também fez parte do patrimônio de dona Maria Angélica Gonçalves<sup>61</sup>, que tinha “*hum oratório com o suas imagens e resplendores de prata*”. Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande, por sua vez, tinha várias imagens em forma de jóias, entre elas um cordão com “*huma Senhora da Conceição todo que pesa sinco oitavas*”; “*hum Cordão com hum menino Jesus pesa sinco oitavas*”; “*huma dita com Nossa Senhora da Conceição tudo de Ouro que pesa tres oitavas e meia*”; “*hum crucifixo que pesa oito oitavas e meia*” e “*huma cruz em topazios brancos cravados em ouro francês*”.<sup>62</sup>

<sup>59</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Nicolau Martins. 1800. Códice: 88. Auto:1908 2º Ofício, p. 14-15.

<sup>60</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Alferes Jose Aves Moreira. 1803. Códice:134. Auto: 2797. 1º Ofício, p. 8-9.

<sup>61</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto dona Marianna Angélica Gonçalves, 1813. 1º. Ofício, p. 10.

<sup>62</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Dona Francisca Cândida de Oliveira Sande, 1820. Códice: 97. Auto: 2032. 1º Ofício, p. 5-6.

Tudo isso indica o fervor religioso daquela sociedade, na qual os clérigos marcavam presença constante nas práticas triviais da maioria dos habitantes, ensinando as primeiras letras e os evangelhos aos habitantes do território, ministrando os “[...] *Sacramentos aos seus Freguezes e o cuidado de aparta-llos dos vícios*”.<sup>63</sup> Entretanto, não se deve pensar que a atuação desses eclesiásticos se esgotavam no plano social. É necessário ampliar o espaço desse estudo para o universo privado da vida doméstica, que, nas palavras de Maria Odila (1984, p. 8) “*incorpora à história tensões sociais de cada dia [...] a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder, às vezes, do próprio processo produtivo*”.

## 2. Vida Cotidiana

Lançando um olhar sobre a sociedade colonial mineira podemos observar que parte dos indivíduos viveu na condição de celibatados. É o caso de Izabel Thomazia de Almeida, natural do Arraial de Bacalhau, filha do Capitão Manoel Alves da Costa e Dona Felipa de Alvarenga. Ela declarou em testamento: “*que sempre fui sol-/teira por isso não tenho herdeiros nem / ascendentes nem descendentes*”. Quando morreu deixou aos sobrinhos, Maria Magdalena e Antônio Joaquim, créditos em dinheiro, terras de plantio, escravos, criações de animais e um colheita de milho. Tudo indica que se tratava de uma mulher de muitas posses.<sup>64</sup>

A parda Anna Gonçalves dos Anjos também faleceu na condição de solteira e deixou seus bens para o sobrinho Padre Manoel Gonçalves Carneiro. Ela não era rica, como herança ficou apenas 53\$83 reis em dinheiro e algumas dívidas contraída no valor 115\$20 reis com os escravos José Crioulo e Vicente Crioulo.<sup>65</sup>

Teresa Marcelina Claudia de São Jose, natural da cidade de Mariana, filha do Doutor Manoel da Guerra de Sousa Leal Castro e dona Margarida de Jesus Maria, irmã professa da Ordem Terceira de São Francisco “[...] *a trinta annos / de que não há assento por descuido*”, também declarou em testamento ser solteira, por isso teve como herdeiro

---

<sup>63</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Visita Pastoral à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo, aos 16 de dezembro de 1727. Livro 1,8/ f. 1,2,3, p. 1.

<sup>64</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Izabel Thomazia de Almeida, 1826. Códice: 145. Auto:3036.

<sup>65</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Anna Gonçalves dos Anjos, 1816. Códice: 48. Auto: 1102, p. 6.

“Antonio / Jose Marianno, que esteve sempre / na minha companhia desde a idade de tres annos”. Entre seus bens arrolaram sete escravos e uma morada de casa.<sup>66</sup>

A solteirice leiga era uma realidade social, principalmente tratando-se de mulheres, que conseguiam acumular extensos patrimônios e alcançar respeito local enquanto senhoras de posses (SAMARA, 2003). Para Júnia Ferreira Furtado (2003) ao se tratar das forras a realidade era um pouco diferente, estas carregavam estigmas de cor, gênero e da condição de ex-ecravas, por isso, na maioria das vezes, só desfrutavam de respeitos sociais e riquezas materiais ao lado de homens brancos importantes, como é o caso da lendária Chica da Silva.

Entretanto, a solteirice não era exclusividade feminina, entre os inventários analisados podemos perceber que alguns homens viveram na condição de leigos celibatos. O licenciado João Coelho Duarte, por exemplo, foi um desses rapazes que “*havia fallecido com / testamento no estado de solteiro*”, mas não de abstinência das relações sexuais. Quando foi aberto o inventário de seus bens em 19 de fevereiro de 1788 tornou-se público pelo Juizado dos Órfãos que ele teve um filho natural, fruto da juventude de aventuras, em especial de um dia em que se encontrava embriagado após uma festa de casamento. Os nomes do filho e da mulher foram mantidos em segredos pelo Doutor Ignacio Jose de Sousa Rebello, pois se tratava de uma senhora casada da cidade, mãe de um respeitável membro do clero. Por tal motivo, os seus bens foram distribuídos entres seus sete irmãos. Entre eles havia um relógio de algibeira, instrumentos de selaria e alguns peças de roupa, tudo somava o valor de 58\$400 reis.<sup>67</sup>

Francisco Joze Alvez de Figueiredo, português do Arcebispado do Braga, também faleceu na condição de solteiro, mas, manteve a castidade. Em seu testamento ele nos revela que seu desejo era ser religioso, porém, foi recusado quando jovem na congregação dos jesuítas em Portugal. Apesar disso, ele manteve a castidade “[...] *na vida como nosso senhor Jesus Chisto*”. Para isso, contou com o auxilio da “*Santissima Virgem da Conceição compaeira em vida*”. Veio para o lugarejo chamado Xopotó, em Minas Gerais, para fazer companhia ao tio, que queria os “*parentes ao pé de si*”. Possuía entre seus bens uma imagem da Senhora do Rosário, louças, ferramentas de ferreiros, tachos de cobre, uma

---

<sup>66</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Teresa Marcelina Claudia de São Jose, 1819.

<sup>67</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Licenciado João Coelho Duarte, 1788. Códice: 46. Auto: 1032. 2º Officio, p. 3.

mula velha, um cavalo muito velho, 338\$788 reis de crédito, dois escravos velhos, metade de uma fazenda denominada Santa Maria.<sup>68</sup>

Como se percebe, os homens leigos celibatados não tinham empreendimentos econômicos de destaque e importância na região. Através da representação dos homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais, produzida em 1749, isso se confirma, pois não há nenhum solteiro listado.<sup>69</sup> Tudo indica que os leigos solteiros alcançaram pouca prosperidade econômica. Por outro lado, os clérigos eram solteiros de posses e prosperidade econômica. O documento de inventário do Cônego Jacinto Ferreira dos Santos, juntamente com outros do mesmo período e região, nos permite estabelecer essa relação.

Natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, filho legítimo do Capitão João dos Santos e dona Maria Ferreira da Anunciação, Cônego Jacinto era um homem de posses, dono de terras de mineração “*no lugar da chapada caminho que vai para São Sebastião*”, de plantio de milho, produção de cachaça, rapadura e criação de porcos. Também era Senhor de doze escravos: “*Narcizo crioulo (130\$000 reis)*”, “*Manoel Criolo (120\$ 000 reis)*”, “*Ugnacio Criolo (85\$000 reis)*”, “*Thomas Criolo (120\$000 reis)*”, “*Matheus Banguella (80\$000 reis)*”, “*Joaquim Banguella (120\$000 reis)*”, “*Alexandre crioulo (100\$000 reis)*”, “*Laureano Criolo (40\$000 reis)*”, “*Christovão Benguella (130\$000 reis)*”, “*Manoel Banguella (100\$000 reis)*”, “*Elena Criola (70\$ 000 reis)*” e “*Thereza crioula (100\$000 reis)*”. Possuía uma biblioteca com mais de quarenta livros, “*hum anel com hum camafeu cercado de Diamante*”, “*outro dito com hum cristal cercado de grizolitas*”, “*hum dito de pingos de água com servulo de granada*” e “*outro dito de pingos de água com o mesmo servulo*”. A irmã inventariante, Anna Thereza de Jesus, também declarou haver ouro em barra, louças das índias, vidros do porto, roupas em linho, bordadas em fios de ouro, peças em prata e uma morada de casa “*sobrado coberto de [palha?] [?], arvores de espinho e [?cara] fronteiro ao Palácio do Exelentissimo Senhor Bispo*”.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Francisco Joze Alvez de Figueiredo, 1807. Códice: 129. Auto: 2708. 1º Ofício.

<sup>69</sup>MINAS GERAIS. Representação dos homens mais ricos de Minas Gerais. **Arquivo Histórico Ultramarino**, 1749. Caixa: 54. Doc:86, p. 1-6.

<sup>70</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Jacinto Ferreira dos Santos, 1814. 1º Ofício.

O que se percebe é que o sacerdócio católico foi à opção de grande parte dos homens que escolheram o celibato enquanto projeto de vida. Numa amostra de 45 processos de inventários de solteiros (100%) 35 eram padres (77,7 %) e 10 leigos (23,3 %). Tudo indica que a Ordem sacerdotal era um importante projeto de autonomia, respeito e ascensão social para os homens da época. Seria, assim, falso considerarmos que a vocação sacerdotal fosse apenas um projeto família. Na busca da ordenação havia, também, um importante projeto individual de ascensão social e econômica, em especial, por parte dos meninos oriundos as regiões rurais da capitania, que ao ingressarem no clero tinham acesso a uma vida cheia de aventuras, descobertas, viagens, fantasias reforçadas pelas histórias, lidas no seminário, de missionários na África e Ásia.

Além de se configurar como projeto individual de alguns meninos destinado ao celibato e uma solução social para reprodução da herança e sucessão das famílias de elites locais, a vocação sacerdotal também era uma opção construída pela Igreja católica, que, enquanto instituição, precisava se reproduzir materialmente e simbolicamente. Por isso, ela precisava evitar os “[...] *extravagantes, ordenados sómente a título de patrimônio [...]*” (Livro 3º. Tit. 1), para assim haver “[...] *o bom governo do Arcebispado, direção dos costumes, extirpação dos vícios e abusos, moderação dos crimes, e recta administração da justiça*” (Livro 3º. Tit. 5).<sup>71</sup>

A definição do celibato como principal símbolo de identidade do clero latino foi instituído no alto medievo, no Concílio de Niceia, tendo suas primeiras medidas reformadoras e moralizadoras nos Pontifícios de Gregório VII e Inocêncio III. Já pelo Concílio de Trento ele foi reforçado como forma de estabelecer uma superioridade dos eclesiásticos em relação aos leigos e aos sacerdotes de outras doutrinas. Manter-se no estado de solteiro era, assim, símbolo indenitário e excludente da hierarquia eclesiástica. Fato que levou a legislação católica e a monárquica portuguesa a penalizar o concubinato e o casamento de padres na América portuguesa, como é evidenciado na correspondência do bispo Manuel da Cruz do ano 1747, em que ele tenta impedir um padre “[...] *que teve*

---

<sup>71</sup>VIDE, Sebastião Monteiro. **As constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**, 79 ed. Brasília, Senado Federal, 2007.

*depois de sacerdote, três filhos” institui-los como herdeiros do patrimônio “abundante dos bens temporais”*.<sup>72</sup>

Além de não se casarem, as legislações canônica e portuguesa esperavam que os clérigos mantivessem a castidade. A esse respeito às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Livro 3º. Tit. 3) determinava que os regulares “*ficão já totalmente dedicados, e consagrados a Deos assim pelo voto, que fazem de castidade*”. Já se tratando dos seculares, que não faziam votos de seguirem as regras de pobreza, castidade e obediência, esperava-se que eles se comprometessem a não contrair ou ter relações sexuais de qualquer natureza. Afinal, a Igreja necessitava de “[...] *Clerigos para cura de almas, Missionarios zelosos e Confessores*”<sup>73</sup>, e não de “*homens devassos, que sem escrúpulos se deitam com negras ou mulheres de dignidades duvidosa. Temos sabido que muitas destas são casadas. Deixamos mais triste ainda sabermos que muitas são mães de alguns de nossos padres. Não temos escolha. Melhor consagrar os portugueses pobres do que aos ricos imorais*”.<sup>74</sup>

No mais, eles eram regulados pelos costumes sociais que projetavam no estado sacerdotal católico a imagem do Cristo e seus apóstolos, fundamentada no ideal de pureza e de separação do comportamento dos fiéis. A ligação entre o sacerdócio católico e um estilo de vida de recusa do poder, sexo e dinheiro, é explicitada em um documento enviado ao conselho ultramarino no ano de 1708:

Foi vossa Magestade Servido Mandar por-/ rezoeni Conviniente, ao Seu Real Serviço, que/ se pussa retirar desta, Minas, os padres que/ ouver nelas: Rezolucao que Vossa Magestade/pudera tao bem tomar por serviço de Deos; pois/ vivem nesta partes tao abstraidos da sua/ religião, e tao desobrigados dos votos que pro-/feçarão, quam abservantes, e contraditos nos/ vicios de suas dezordenadas vidas: e de/ vendo com o bom exemplo dos seus costumes/ e de suas, e restringir a altura de muitas/ consciencias,e cauzão escândalo geral a este povoa reincidência, cobitinação sem/ temor dos vícios: e como vossa Magesta/de toda tenha mandado cita ordem tao suplicadas/ poza, sim, que tenha e [?] a sua

---

<sup>72</sup>MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**. Carta de Dom Frei Manoel da Cruz ao De Genere. Arquivo da Cúria de Mariana, armário 10 e pasta 716. ei de Portugal, 1755. Caixa: 63. Doc: 68.

<sup>73</sup> VIDE, Sebastião Monteiro. **As constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**, 79 ed. Brasília, Senado Federal, 2007.

<sup>74</sup> MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**. Carta Pastoral de d. f. Manuel da Cruz de 12/05/1759.

Execussão e na/ temos que nunca o terá: [...] que ellez se vão destas minas [...].<sup>75</sup>

A denúncia dos vícios de clérigos demonstra que os leigos estavam atentos ao ideal de sacerdócio de Trento, fundamentado nas características de negação ao estado humano, tais como castidade e pobreza, doravante eram esses aspectos que levavam os mineiros a denunciarem para Sé as suspeitas de quebra da castidade.

À castidade de padres, como forma de negação dos prazeres sexuais, foi citado desde a filosofia patrística, em especial pelo pensador Agostinho, que inspirado nos evangelhos atribuiu a mesma a Cristo e seus apóstolos. Ela fundamenta-se na quimérica de sacrifício e pureza do celibato como sagrado, oposto a impureza do matrimônio, alternativa aos atos profanos da promiscuidade, lascívia e fornicção (RICHARDS, 1993, p. 137).

As primeiras medidas institucionais para torna a castidade obrigatória aos padres teve sua primeira menção na história da Igreja no Concílio de Elvira (295-302), que sugeria que os “bispos, presbíteros, diáconos e outros que ocupem uma posição no ministério devem abater-se totalmente de reações sexuais [...] Se alguém desobedecer, seja ele privado do estado clerical (cânon. XXXIII)”.<sup>76</sup> Para que isso fosse garantido, o primeiro Concílio de Niceia (323) estabeleceu que “todos os membros do clero estão proibidos de morar com qualquer mulher, com exceção da mãe, irmã ou tia (cânon III)”.

Apesar dessas normas, a castidade foi descumprida por vários clérigos, como por exemplo, o papa Adriano II (867-872), que argumentou em defesa do casamento, alegando que S. Pedro, o primeiro papa da Igreja, fora casado. Mas, apesar desses argumentos, o alto clero se defendeu e no governo do papa Inocêncio III promulgou-se rigorosas leis que condenavam a visível quebra da castidade.<sup>77</sup>

Para às legislações da diocese de Mariana<sup>78</sup>, manter a castidade era obrigatória para todos os padres que ocupassem ou se candidatassem aos cargos clericais de missa. Exigia-se desses que a cada ano, na véspera da páscoa, apresentassem a Sé testemunhas de que nunca foram visto saírem de casa à noite, bêbados, residirem em casa com mulheres, que não fossem suas parentas, e que nesse caso resguardavam “*hum metro de distância*”

---

<sup>75</sup>RIO DAS VELHAS. Carta dos ministros das minas para Dom João V. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Minas Gerais, 1708, Fevereiro. Doc: 12. Código 251, p. 1.

<sup>76</sup>Conciliares. In: Roma. **Associação Cultural Montfort**. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010

<sup>77</sup>Ibid.

<sup>78</sup>MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Primeiro Regimento da diocese, cópia feita em 1828.

dessas. Os que tinham licença para consultar doentes, não podiam examinar mulheres longe da presença do marido, e nenhum clérigo estava autorizado a confessar essas fora do confessional. Caso o padre não apresentasse testemunhas confiáveis, ou fosse descoberta a quebra da castidade, a Sé estabelecia a expulsão das minas após severas punições públicas, como açoites dos corpos em praça pública, especialmente a decapitação dos órgãos genitais, e sequestros de bens. Contribuindo, com isso, para que os clérigos que não mantivesse a castidade fossem denunciados e sofreram severos ataques dos populares.<sup>79</sup>

Em 1801 a Vila de São João Del Rei foi palco de uma dessas rejeições as práticas de desrespeitos de clérigos à castidade. Os segredos de Padre Domingos Carvalho, de “*vive/excandalosamente em cuncubina/to com huma mulher cazada*”, tornou-se público. Quando o marido soube da traição da esposa forjou planos de “*matar, mandando contratar hum/ seu Escravo*” para fazer os serviços, e, assim, castigar o referido clérigo “imoral”. Mas, como o mesmo iria “*comete vá crimes*”, os moradores da paragem trataram de avisar as autoridades locais, para que o referido ato não fosse “crime”, mas castigo necessário aos “*excandalosos concubinos*”.<sup>80</sup>

Além dessas questões, o secular que se envolvia com mulheres corria riscos de serem castigados por escravos especializados em “*matar padres*”, como Pedro Mina, que em troca de algumas moedas saqueava a residência desses padres que seduzisse donzelas, retalhando os corpos dos imorais e pendurando suas cabeças na porta da Sé. Já o escravo João Barbudo, a mando de senhores da região, capturava esses imorais e após abusar de seus corpos amputava-lhes os órgãos genitais. É o que aconteceu ao frei Raymundo da Santa Cruz, que em missão a cidade de Mariana ficou enamorado com Dona Ana Catarina Ribeiro. Quando o marido soube das traições da esposa, contrato esse seu escravo, que sequestrou o religioso levando-o para a Mata dos Cavalos, onde foi estuprado por três homens e castrado. Na época, esse crime foi tratado com naturalidade pelas autoridades do poder religioso e secular, que acreditava que isso era um castigo necessário aos padres corruptos.<sup>81</sup> Contribuindo, com isso, para criar um estilo de vida para os clérigos

---

<sup>79</sup> VIDE, Sebastião Monteiro. **As constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**, 79 ed. Brasília, Senado Federal, 2007.

<sup>80</sup>SÃO JÃO DEL REI. Requerimento de Agostinho Marques. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Minas Gerais, 1801. Catálogo: 12037, p. 1-2.

<sup>81</sup>MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Processo de Epistolário dos crimes contra padres, 1759.

incompatível com o comportamento dos cristãos leigos, obrigando-os a respeitarem o celibato e a castidade, símbolos de renúncia dos prazeres e de elevação da “alma”.

Na sociedade mineira os padres além de manterem a castidade tinham que renunciar a tudo que poderia profanar o estilo de vida sacerdotal, principalmente o enriquecimento pessoal, símbolo de prestígio e poder para os leigos, mas para os homens de Igreja era vício, “*sendo tão escandaloso ao povo semilantes pro/cedimento*”<sup>82</sup>

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Livro 3º. Tit. 4. 5.6.) proibiam qualquer envolvimento dos seculares em gestões de atividades profanas, como trabalhar a terra, criar animais, traficar dinheiro e jogar. No entanto, algumas vezes, a disciplina eclesiástica foi relaxada, os bispos “[...] *não exerceram como deveria Ordem/da Paz*”<sup>83</sup> e alguns clérigos desempenharam profissões profanas, principalmente nas minas, onde o enriquecimento fácil era possível, “*daí, vários iludidos e apegados aos vícios são dominados pela ganância ao ouro. Nem digas que alguns eclesiásticos ficam imunes nesta desonra*”.<sup>84</sup>

João Alves da Costa foi um desses clérigos que se dedicou a atividades profanas. Natural de Santo Antônio do Bacalhau, filho do Capitão Manoel Álvares da Costa e dona Felipa Alvarenga, ele morava em casa de beco junto de sua irmã Izabel Thomazia de Almeida, onde emprestavam dinheiro a juros. Entre seus devedores estavam Manoel Francisco da Silva, que em outubro de 1789 pegou de empréstimo com o reverendo ouro em barra no valor de 87\$255 reis, passado vinte e seis dias, mais 24\$000 reis, e em 1790 mais 78\$842, tudo com acréscimo de 8\$842 reis ao ano. Quando faleceu em 30 de janeiro de 1811, já em idade avançada, o reverendo não deixou dívidas.<sup>85</sup>

Outro padre que viveu na região foi Manoel Dias Braga, morador na Rua da Boa Morte no Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Possuía também outra morada de casa e terras de plantio no córrego do catonho. Também era dono de um cativo: “[...] *Caetano de Nação Benguela de idade de trinta e oito annos (100\$000 reis)*”. Em

---

<sup>82</sup>MARIANA. Requerimento dos moradores de Catas Altas, termo da cidade de Mariana, solicitando providências contra os vexames de que são vítimas por parte do bispo, D. fr. Manuel da Cruz, e outros padres da referida cidade. **Arquivo Histórico Ultramarino**, 1755. Caixa: 67. Doc: 38, p. 1.

<sup>83</sup>VILA RICA. Carta de D. Lourenço de Almeida, governador e capitão-geral de Minas Gerais, informando D. João-V sobre as perturbações cometidas pelos clérigos e frades da referida Capitania. 1731. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**. Minas Gerais, Catálogo: 1459.

<sup>84</sup>MARIANA. **Caderno Histórico do Arquivo Eclesiástico de Mariana**: As Visitas Pastorais do Século XVIII. Transcrição/Tradução Mons. Flávio Carneiro Rodrigues. Mariana: Editora Dom Viçoso, S/d, p. 73.

<sup>85</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre João Alves da Costa, 1811. Códice: 23. Auto: 613. 1º Ofício, p. 11.

1813, quando faleceu deixou móveis de madeira, terras, utensílios domésticos, peças de enxoval, livros e muitas dívidas.<sup>86</sup>

Padre Joaquim da Cunha Ozório<sup>87</sup>, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, filho de Manoel da Cunha Ozório e Maria do Espírito Santo, por sua vez, viveu em “*hum grande morada de conviveu neste Arraial com frente para o norte com um bom quintal, tanque de peixe, pomar, e mais pertences*”, onde se achava trinta cabeças de gado vacum, nove bestas e uma senzala com oito escravos. A casa, de pé-direito duplo, piso em pedras, telhado de telhas e paredes pintadas, tinha cortinas de “xitas” nas janelas e uma valiosa mobília em jacarandá, composta de duas poltronas em folhas de ouro, dois tamboretas, doze bancos, três mesas com gavetas, três camas, três colchões e um guarda roupa. Este era recheado por quatro casacas e um robiron, sete coletes, “*hum [cadarão?] e hum xombre*”, “*hum capa de vestir*”, “*cinco siroulas e hum camisa*”, luvas, carapuça de seda, dois sobrepeliz, um corte gigante de “xita” da Irlanda e cinco vestes sacerdotais, sendo duas seminovas, compostas por loba, chimarra, cabeção, casaca e chinela.

O vestuário sacerdotal descrito no inventário de Padre Ozório servia para externalizar a opção pela vida religiosa. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Livro 3º. Tit. 31) ressaltavam que tais vestes deveriam demonstrar o pudor, a higiene e simplicidade evangélica, eliminando das mesmas o luxo e ostentação de riquezas, cânone que não impediu que os religiosos fossem acusados publicamente de usarem roupas como forma de destacar o corpo e demonstrar a vaidade. Em 1755, por exemplo, os moradores de Catas Altas solicitaram providências contra os “*costumes exorbitantes principalmente nos expediente da Camara Ecleziasti/cao*” do bispo Manuel da Cruz. Segundo o relato os clérigos, especialmente José dos Santos, viviam ostentando riquezas, com vestes luxuosas, em linho, bordadas em fios de ouro, vitimando os moradores, obrigando-os a pagarem pelo alto padrão de vida dos seculares, o que demonstrava “*à pouca Caridade*”, mesmo com “*as pessoas mais/mizeraveis*”.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Manuel Dias Braga Códice: 121. Auto: 2534. 1º Ofício.

<sup>87</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Joaquim da Cunha Ozório, 1812. Códice 49. Auto 1109. 2º ofício.

<sup>88</sup>MARIANA. Requerimento dos moradores de Catas Altas, termo da cidade de Mariana, solicitando providências contra os vexames de que são vítimas por parte do bispo, D. fr. Manuel da Cruz, e outros padres da referida cidade. **Arquivo Histórico Ultramarino**, 1755. Caixa: 67. Doc: 38, p.2.

Já na cozinha de Padre Ozório, o fogão à lenha aquecia os momentos em volta da grande mesa de jacarandá rodeada de sete cadeiras. Uma simples sopa era apresentada em uma grande sopeira de porcelana vinda das índias, com concha de prata, acompanhada de toalha de renda e guardanapos de linhos, servida em pratos de estanho, manuseada com colheres de cabo de chifre de boi ou em uma das três de prata. Os alimentos eram preparados em uma panela de pedra ou em uma de barro. Além disso, um delicioso chocolate quente era aprontado na chocolateira, servido em bandeja de prata no luxuoso aparelho de porcelana vindo das índias, ou, mesmo em uma das suas xícaras de pó de pedra.

Naquele período, utensílios como colheres, garfos e facas eram escassos. No inventário do licenciado João Coelho Duarte não se encontra nenhum desses bens descrito.<sup>89</sup> Na casa da viúva Rosa Dias dos Anjos havia oito colheres e quatro garfos de latão.<sup>90</sup> Já na casa do licenciado Domingos Coelho e dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira encontramos:

sete colheres e sete garfo de prata que pesão cento e secenta e oito oitavas, Duas facas com seus cabos de prata, Hum florete de prata, Vinte e tres pratos de estanho fino, Seis ditos grandes finos, Tres ditos de [mesmo?] [estanho?], Desaseis ditos de guardanapos inferiores, Hum jarro e bacia de estanho, Quatro taxos que pesarão seis arrobas pouco mais ou menos, Hum taxo de cobre que pesa desasete libras, Hum dito [velho?], Hum funil e hum [remunhol?] que pesão seis libras, Hum lambique de cobre com seua copena, Hum taxo de cobre que pesa doze libras, Hum dito que pesa quatro libras, Louça fina e grossa, Sinco pires e sinco xícaras da Índia, Sinco pratos e sete tigelas de louça grossa, Hum prato de pó de pedra.<sup>91</sup>

Em média arrola por inventários entre quatro e seis talheres, feitos em latão ou em prata, o que fazia desses objetos itens de adorno e de luxo, muitas vezes utilizados para ostentar a posição econômica e social, como se percebe na casa do casal Coelho e Oliveira, onde havia utensílios sofisticados trabalhados em prata, utilizados provavelmente em jantares típicos de uma sociedade de corte, como era as Minas Gerais.<sup>92</sup> Com isso,

---

<sup>89</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Licenciado João Coelho Duarte, 1788. Códice: 46. Auto: 1032. 2º Ofício.

<sup>90</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Rosa Dias dos Santos, 1802.

<sup>91</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, 1782.

<sup>92</sup>Laura de Mello e Souza. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

podemos inferir que a presença de utensílios luxuosos na casa de Padre Ozório, vindos das índias ou trabalhados em prata, era uma tentativa de aproximação aos padrões domésticos das famílias ricas daquela paragem, onde aconteciam jantares nos quais tais itens serviam para ostentar a riquezas e a posição de senhores de terras e escravos.

Além de esmerada a decoração da casa de Padre Ozório permitia o aconchego nos momentos de leitura. À luz natural, de velas nos candeeiros de pratas e flandes, ou de óleo de baleia na iluminaria de latão, ele se sentava tendo uma mesa escrivaninha de jacarandá de pés torneados para apoiar seus livros. Em sua biblioteca, de duas estantes e um armário, havia mais de 109 volumes, entre gramática portuguesa, latim, moral eclesiástica, manuais religiosos, práticas medicinais e romances.

O inventário de Padre Ozório também faz referência a duas peças de lavabo, uma toalhas de mão em linho e a um espelho, o que demonstra o refinamento e preocupação desse com a higiene, prática comum naquela sociedade, onde antes das refeições e da hora de deitar às escravas levam aos senhores uma jarra com água, bacia e toalha para a realização das escaldas mãos e pés, um “[...] *hábito atribuído aos paulistas desde os primórdios da colonização, para evitar o bicho de pé*” (ALGRANTI, 1997, p. 136).

Todos os elementos indicam que Padre Ozório era um homem de importância econômica na região. Tudo indica que ele reproduziu em vida a posição econômica e social de seus pais, grandes proprietários de escravos e terras. Porém, para manter esse elevado padrão de vida tal clérigo precisou contrair dívidas. Quando faleceu em 19 de outubro de 1812 deixou débitos em São Joze da Barra Longa, Paropeba, Barroso Rego, Congonhas, Fuquim, Vila Rica e São João Del Rei, seus 65 fiadores eram padres (11), viúvas (9), parentes de padres (17) e outros (29).

As trajetórias desses clérigos nos contam muito sobre a circulação de riquezas e das condições em que viveram os seculares em Minas Gerais na época colonial. Observa-se que muitos se ocupavam de atividades temporais, como tráfico de dinheiro, criação de animais e gestão da terra. Alguns viviam como grandes senhores de terras e escravos. Sendo necessário algumas vezes recorrer ao crédito com parentes, autoridades locais e com Irmandades.

Por outro lado, a pobreza material fez parte da trajetória de muitos eclesiásticos. Um exemplo pode ser verificado no inventário aberto em 1807 de Padre Alexandre Gomes

Carneiro<sup>93</sup>, em que “[...] *não ficara ouro, ou dinheiro em especie alguma [...]*”. Falecido em 16 de abril de 1807, deixou para seu afilhado Narciso Gomes Carneiro uma morada de casa de sobrado, térrea na frente, coberta de telhas, com pátio murado de pedras e quintal na rua direita do seminário, próxima ao chafariz aberto da cidade de Mariana. Entre seus bens havia dois garfos de prata, um banco de madeira de jacarandá, três tamboretos velhos, um catre de madeira branca, um armário de botica, uma escrivaninha de estanho, uma mesa de pés de jacarandá, seis cadeiras velhas, uma estante de livro, uma túnica de baeta preta sem capa, uma rede de algodão branca e alguns livros. Na relação de seus bens não havia escravos ou peças em ouro, dinheiro, ou algo que demonstrassem a produção de riquezas. Tudo indica que ele viveu modestamente.

Padre Antonio Joaquim da Cunha Castro, apesar de ser de família abastarda, também viveu modestamente, em casa de sobrado, telhado de telhas e piso de pedra, mobiliada por um leito em jacarandá, uma esprigueira, uma cômoda pintada, uma dúzia de cadeira de campanha, uma mesa de jacarandá com gaveta, baús e caixas. Não tinha escravos nem ouro.<sup>94</sup> Já seus pais, o Alferes Antonio Jose de Castro e dona Maria do Espírito Santo, moravam em uma “*fasenda denominada o Uba freguesia de Piranga*”, onde eram grande proprietários de escravos, com um plantel com 43 cativos.<sup>95</sup>

No ano de 1803, quando o Alferes Antonio de Castro faleceu, o Padre Cunha Castro tinha idade de 43 anos. Como um dos 12 filhos legítimos ele tinha direito igualitário, decrescente e desentende a herança. No entanto, no dia nove do corrente ano ele renunciou a parte que lhe cabia da derrama, por não necessitar de excessos de bens terrenos:

[...] o Padre Antonio Joaquim da Cunha e Castro por elle foi dito e o referido Ministro em presença das teste/munhas ao diante nomeadas e asigna/das que muito de sua livre vontade sem constrangimento de pessoa algum/ma como herdeiro do falecido seo Pai Alferes Antonio Jose de Castro se abstem da herança do mesmo com os bens que recebo para patrimônio em quantia de oito contos e des mil reis e nada mais que herdar do dito seo Pai contentando se com seo patrimônio e lhe requeria fosse servido mandar escrever a sua desistência para o que tenha sido sido citado o que ouvido por elle Ministro mandou que se escrevesse a

---

<sup>93</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Alexandre Gomes Carneiro, 1807. 1º Ofício.

<sup>94</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Antonio Joaquim da Cunha Castro, Alexandre Gomes Carneiro, 1827. 1º Ofício.

<sup>95</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Antonio Jose de Castro, 1803, Códice: 63. Auto: 1367. 1º Ofício.

sua desistencia E do referido faço este termo em que asigna elle Reverendo herdei/ro e as testemunhas o Capitão Francisco Luis de Carvalho e o Alferes Ricardo Jose de Freitas e Ministro depois de lido por mim Joaquim Jose de Sousa Escrivão de orfaons que o escrevi e declarou elle reverendo co-herdeiro em presença das mesmas testemunhas que se desista da herança do que lhe possa tocar no presente inventario eu dito Escrivão o escrevi e declarei.<sup>96</sup>

A opção pela pobreza monetária fez parte do comportamento de Padre Castro, um homem que procurou viver somente com os recursos necessários a suprir a alimentação, vestuário e o alojamento.<sup>97</sup> Tal virtude moral de pobreza era legislada pelos cânones do Trento (Cap. 10. 910 Concílio de)<sup>98</sup>, seguido por muitos eclesiásticos na época colonial como forma de superação da condição terrestre e edificação de um “lugar” no céu.

Para confirmar a pobreza material, em vésperas da morte os padres confeccionavam meticulosamente o testamento, pois “[...] *o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruísem sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos*” (REIS, 1991, p. 92).

O testamento era um modo de expressão de pensamentos profundos, confirmação da fé religiosa, apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, assim como expressava as precauções do enfermo com a salvação de sua alma e o repouso de seu corpo. É como nos explica Ariès (1987, p. 213-214):

O testamento reproduz pela escrita os ritos orais da morte de outrora. Fazendo-os entrar no mundo da escrita e do direito, retira-lhes um pouco do caráter litúrgico, coletivo, habitual [...] Personaliza-se. [...] Apesar de todas convenções que sofre, o testador exprime, desde meados da Idade Média, um sentimento muito próximo do das *artes moriendi*: a consciência de si, a responsabilidade do seu destino e o dever de dispor de si, da sua alma, do seu corpo, dos seus bens, a importância dada às últimas vontades.

Padre Alexandre Gomes Carneiro, presbítero secular do hábito de São Pedro, por exemplo, procurou confirmação através desse documento a simplicidade em que vivera na

---

<sup>96</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN.** Inventário do Defunto Antonio Jose de Castro, 1803, Códice: 63. Auto: 1367. 1º Ofício.

<sup>97</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN.** Inventário do Defunto Padre Antonio Joaquim da Cunha, 1827. 1º Ofício.

<sup>98</sup>Roma. Associação Cultural Montfort. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010

terra. Neste ele revela que sempre viveu humildemente, sem luxos ou riquezas materiais, por isso, seu último desejo era que seu corpo quanto perdesse a expressão fosse envolto nas vestes sacerdotais e revestido de suas joias, as mesmas usadas no dia de sua ordenação, mas, era necessário que nessas vestes fossem feitos belos bordados e acabamentos refinados em fios de ouro, pois na ocasião em que foram usadas pela primeira vez não foi possível para sua mãe, que era viúva, oferecer-lhe tais “mimos”. Além disso, desejava que seu corpo fosse conduzido pela cidade de Mariana, saindo o caixão do Seminário de Nossa Senhora de Boa Morte, acompanhado pela banda de música e pelos seminaristas, caminhando até a capela da Ordem Terceira de São Francisco, onde o bispo da diocese diria missa de corpo presente, ao fim da mesma se diria sermão. Por fim, seus restos mortais seriam depositados ao lado dos pais na capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Tudo “[...] *sem pompa alguma*”.<sup>99</sup>

Essa simbolização da morte representa um aspecto de longa duração corriqueiro entre os clérigos seculares daquela época, que em sua maioria compartilhavam da cultura do barroco, que em Portugal teve o auge no reinado de d. João V.

### **3. Cultura do Barroco**

A palavra barroco designa uma pérola de forma irregular, impura, uma falsa jóia. Na lógica teológica da escolástica<sup>100</sup>, este conceito designa uma deformidade no equilíbrio do raciocínio que se estrugiu na Europa a partir do século XVI, com a solidificação dos princípios éticos e morais dos protestantes no norte do continente (ÁVILA, .1980). Contrários às doutrinas e práticas do catolicismo romano, os religiosos protestantes proibiam em seus templos excessos ornamentais, representações de divindades ou de santos, justificando que esses distraiam os fiéis durante os ritos contemplativos (BOSCHI, 1988).

Em campo oposto, acuada pela Reforma Protestante, em defesa da doutrina romana, a Igreja católica propôs uma maneira de pensar os valores da fé exatamente adversa a esses traços, implantando uma linguagem artística funcional, rica e suntuosa em ornamentações de músicas, perfumes, palavras, pinturas e esculturas, dentro e fora dos seus tempos.

---

<sup>99</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Alexandre Gomes Carneiro, 1807. 1º Ofício.

<sup>100</sup>No dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora, escolástica é definida enquanto uma teologia cristã que visava conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, dando forma a pensamento crítico que dominava o ensino universitário nas escolas monástica da Europa entre os séculos XII e XVI.

Mobilizando, para isso, diversos recursos artísticos, industriais, arquitetônicos, morais e políticos que deixavam em suspense todo possível afastamento dos dogmas da fé católica. Dessa mobilização de recursos capazes de coagir e atrair as massas, ao tempo que proporcionar uma ação tranquilizadora aos redutos do cristianismo, emergiu o estilo artístico que dá-se o nome de barroco (SALIN, 2010).

Do final do século XVI até aproximadamente a metade do século XVIII, esse estilo artístico italiano cobriu com diversificadas formas de expressões as manifestações culturais na vasta extensão geográfica da Europa, alastrando-se pelas terras coloniais espanholas e portuguesas da América, onde, de forma impar e particular, em acordo com as dimensões materiais, ritualísticas e simbólicas de cada uma dessas demarcações geográficas, se desenvolveu por meio de edificações de igrejas e obras de artes sacras (DRUMOND, 2000).

Na América portuguesa, as manifestações do barroco chegaram, em sua maior parte, pelos missionários jesuítas, que trouxeram imagens e desenvolveram sua literatura com o intuito de catequizar os índios e, posteriormente, incentivar a possível conversão dos africanos. Inicialmente, empregaram esse estilo na construção de igrejas e solares na Bahia, onde também estimularam a escrita de peças de teatro baseado na bíblia, em função do caráter lúdico expresso nos gestos, na música e na dança. Posteriormente, essa técnica foi empregada no Rio de Janeiro, Pernambuco e S. Paulo, onde a arte do barroco floresceu em igrejas modestas (VASCONCELHOS, 1992).

Em Minas Gerais, por sua vez, onde os religiosos jesuítas atuaram de forma indireta, esse estilo alcançou farto destaque e originalidade, mesclando-se com o rococó, gótico, palladiano e o gosto pessoal de artistas e arquitetos da região, como Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho) e Manuel da Costa Ataíde. Nessa região ergueram-se riquíssimas obras de artes, carregadas de imponência, suntuosidade e traços devocionais (ARANTES, 2005). Entre esse fabuloso conjunto arquitetônico merece destaque a igreja de S. Pedro dos clérigos de Mariana, que foi projetada para ser a maior suntuosidade de todo o império português.

Cogitada por Antônio Ferreira Calheiros, seguindo orientações do clero local, que na ocasião queria construir no prazo de cinco anos uma imponente igreja para receber a visita do Papa Bento XIV, as obras tiveram início em 1752 e não foi completada. Entre os vários motivos específicos que explicam esse abandono da edificação podemos destacar os

muitos “suicídios” de escravos durante a construção das torres. Neste sentido, cabe ressaltar que, como suspeitava padre Diogo, provavelmente os negros não se jogavam das torres, mas, deslizavam pela umidade das pedras molhadas pelas constantes chuvas. Além desses, os vários homicídios de padres ocorridos nas margens do santuário exigiram escavações de tunes para esconder os seculares dos ataques e que as paredes fossem reforçadas. Por fim, a queda de um raio, supostamente mandado pelo bispo, atingiu a torre da direita e levou a construção a ser abandonada no alto do morro.<sup>101</sup>

Esse morro era o ponto mais alto da região (BAZIN, 1983), visto em qualquer parte da cidade. Por esse motivo, foi seu topo escolhido pelo clero para erguerem a sede de sua confraria (RAMOS, 2002), que foi construída mesclando a técnica de taipa de pilão com o levantamento de blocos de pedras, cobertas por telhado côncavo na frente, lembrando o casco de uma tartaruga, e voluta retangular ao fundo, assemelhando-se a uma caravela, e nas laterais duas torres de linhas retas com abóbada gótica<sup>102</sup>, como podemos evidenciar na seguinte representação:



Figura 4: Igreja de S. Pedro dos Clérigos de Mariana

---

<sup>101</sup>MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Livro Geral da Irmandade de S. Pedro dos Clérigos, 1759.

<sup>102</sup> Ibid.

Fonte: ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929

Por dentro, a igreja tem as paredes revestidas em madeira de cedro, entalhada com florais, ramos e querubins, revestidos por uma suntuosidade de ouro. Sobre os altares, as várias esculturas completa o majestoso cenário dourado, dividido em três partes. A primeira é as tribunas, ponto elevado onde as pessoas de maior prestígio social ficavam durante as missas. A segunda era a nave, onde as pessoas do povo ficavam, mas, em filas hierárquicas por algumas honrarias. Negros, mulatos, pardos ou índios não tinham o direito de entrarem nessa igreja. Já as mulheres que tinham acesso a nave não podiam assentarem-se nos bancos. A terceira parte era o ponto mais alto, separado por um arco do cruzeiro, onde ficava a nave do altar mor. Nesse os clérigos inscritos na pessoa de Cristo podiam ficar durante as cerimoniaes realizadas. Excluáam-se, assim, dessa parte da igreja os inscritos no nome de Cristo, isto é, padres pobres ou descendentes de nações impuras, como negros, cristãos-novos. Índios ou orientais. No centro dessa nave ficava 13 tronos, com espaldares distintos, para separem os membros do clero por algumas horarias. Por fim, temos o altar-mor pintado em ouro, que fazia os clérigos se sentirem ainda mais poderosos, como podemos observar na figura:

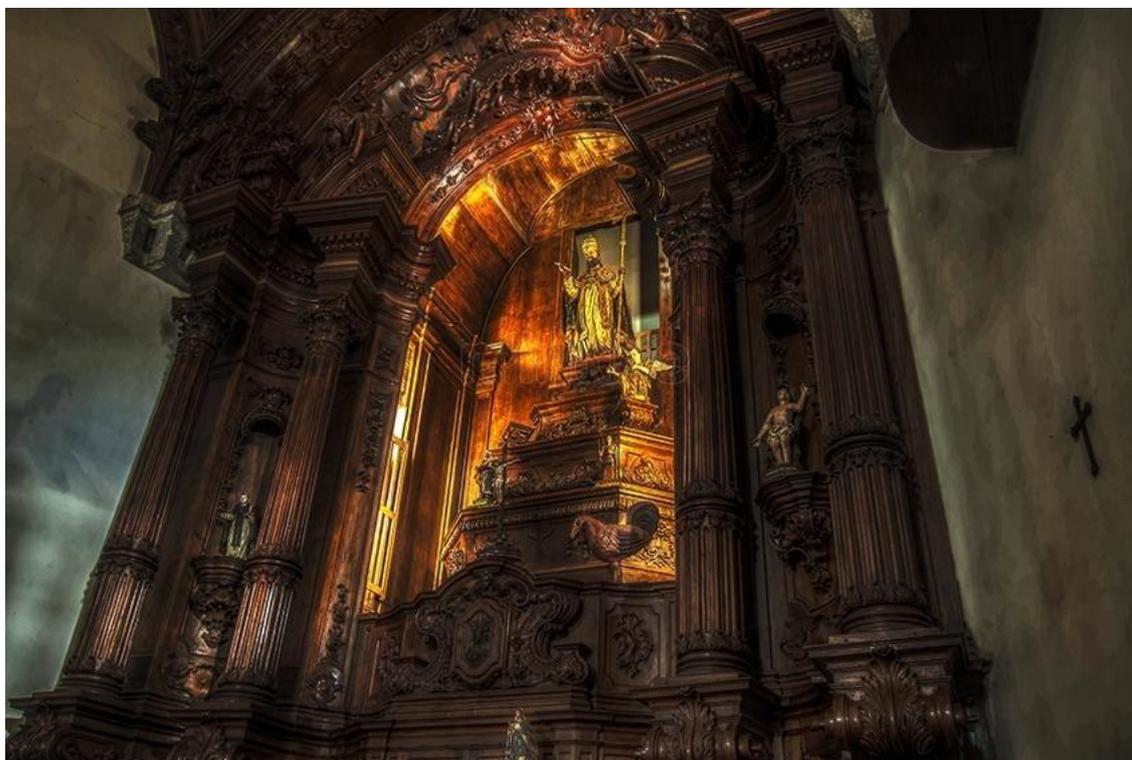


Figura 5: Altar-Mor de S. Pedro dos Clérigos

Fonte: ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana –Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929

O altar-mor segue o estilo barroco italiano. É revestido por madeira escura, sob a qual foram esculpidos detalhes em formas de medalhões, ramos, flores e espinhos, e adornado com peças folheadas em ouro. As laterais são em forma de arcos em volutas e colunas romanas, que sustentam dois altares. No da direita há uma escultura de S. Thomas de Aquino e no da esquerda a de S. Sebastião. Na parte inferior, tem-se no centro um crucifixo, ao seu lado direito encontra-se uma imagem de S. José de Bota e no esquerdo N. Senhora da Natividade, abaixo tem-se um majestoso galo. No centro da cúpula está posicionada uma grandiosa imagem retabulare, esculpida em madeira de cedro, oca, com 2,13 metros, contendo uma abertura na parte posterior. Tratar-se de um esboço masculino adulto, em pé, olhando diretamente para o expectador enquanto esboça a salva litúrgica, com o corpo e rosto acompanhando esse movimento. O rosto esboça sutilmente uma tristeza: a testa é alta, o queixo pequeno, o nariz é longo, com narinas afiladas, as sobrancelhas bem acentuadas, a barba é grisalha. Já o corpo sugere elegância, prestígio e poder: o braço direito encontra-se levemente flexionado para cima, num gesto de exaltação da bíblia que trás na mão, que tem no dedo anelar um anel de pescador. Já o esquerdo encontra-se levemente estendido para frente, apoiado na férula talhada em ouro. Em relação ao vestuário, a figura usa peças em cores claras: uma alva branca, palão no peitoral, bordado em vermelho com ponteiras em frisos dourados, e uma casula marfim ornamentada em bordados de ramos, ouro e vermelho. Essa imagem foi produzida em 1760 e faz parta das muitas obras realizadas pelo primeiro bispo para dar destaque e promover o culto a S. Pedro príncipe dos clérigos na diocese de Mariana.

A devoção a S. Pedro, príncipe dos clérigos, remonta ao imaginário *copta* do início do cristianismo. Os trechos mais extensos a esse respeito correspondem as narrativas presentes no evangelho de Mateus (16:18), que a partir de coleta de memórias variadas, coligidas de diferentes maneiras, interpretou que o Cristo havia escolhido esse apóstolo para alicerçar sua Igreja: “*tu és Pedro, e sobre está pedra edificarei minha Igreja*”, fazendo-o seu primeiro clérigo ao pedir-lhe: “*apascenta os meus cordeiros*”. A partir daí, Simão Pedro teria, por primazia supremacia, tornando-se autoridade central de toda a Igreja e, mais tarde, a transferido por sucessão apostólica aos que recebessem lugar em sua

cadeira. Esse direito a sucessão papal foi então instituído em 314, pelo papa Silvestre no sínodo de Arle.<sup>103</sup>

Durante o pontificado de Silvestre, a devoção à Simão Pedro tornou-se o principal símbolo institucional de identidade do clero, consolidando simbolicamente e hierarquicamente a formação dos primeiros grupos organizados de padres para propagarem, especialmente pelas pinturas, gravuras, esculturas e edificações de igrejas, o culto a esse santo protetor. No entanto, essas manifestações foram enfraquecidas a partir do terceiro Concílio de Constantinopla (680-681), que reprimiu o culto das imagens ou relíquias de santos. Vigorando novamente após o segundo Concílio de Niceia (787), que legitimou a veneração aos santos e viabilizou o surgimento das confrarias e irmandades. Entre as quais prosperaram as confrarias de S. Pedro dos clérigos pobres, S. Pedro Príncipe de Roma, S. Pedro dos Clérigos, S. Pedro do socorro dos clérigos. Diferentes confrarias que difundiram para vários países a partir da basílica de S. Pedro de Roma.<sup>104</sup>

Essas confrarias de S. Pedro eram associações com finalidades de socorrer clérigos em dificuldades, compartilhar solidariedades e fortalecer os valores específicos do sacerdócio. Através dessas, por exemplo, o papa Pascoal I conseguiu recolher e proteger em mosteiros de Roma padres de diferentes países que sofreram perseguições de hereges. Durante vários séculos elas funcionaram com essa meta de agregar, compartilhar e fortalecer a construção indenitária do sacerdócio, ancorada nas representações de vida apostólica atribuída a Pedro, pescador de homens. Mas, Pedro era um apóstolo “soberbo, impulsivo, egoísta, inconstante interesseiro e casado”, visto que morava com sua sogra em Cafarnaum.<sup>105</sup> Por tais motivos, no pontifício de Inocêncio III (1198-1216) as representações de S. Pedro sofreram severas críticas que enfraqueceram as práticas de devocionários a sua figura. Principalmente, após esse papa ter um sonho no qual teria visto sua igreja desabando por causa do estilo de vida desleal, imoral, rebelde e aventureiro dos sacerdotes de S. Pedro, isto é, padres casados ou envolvidos em escândalos sexuais. Práticas que levaram a vários tumultos e manifestações de oposição a Igreja de Roma, que diante dessa conjuntura, estabeleceu por meio do quarto Concílio de Latrão a excomunhão

---

<sup>103</sup> Conciliares. In: Associação Cultural Montfort. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> Ibid.

aos escândalos de padres envolvidos na quebra do celibato e da castidade.<sup>106</sup> No entanto, apesar desses muitos esforços das elites clericais de Roma em enfraquecer o culto ao Santo pescador, essa devoção embasou aos séculos, sendo apropriada, reproduzida e memorizada enquanto identidade dos eclesiásticos de Mariana, onde os clérigos não se designavam enquanto clérigos seculares ou regulares, mais enquanto irmãos e religiosos do hábito de S. Pedro dos pobres (amarelo) do socorro (azul) ou príncipe (vermelho).

Em Vila do Carmo, essa confraria de S. Pedro do socorro dos clérigos foi organizada 1729, pela pastoral do bispo frei Antônio de Guadalupe, que por essa medida visava disciplinar, organizar e fortalecer a hierarquia do clero local ao redor do culto ao santo patrono. Promovendo também a assistência material e os progressos apostólicos dos membros da irmandade, que se reunião na realização de procissões ao santo varão, auxílios aos padres e familiares pobres, perseguidos e enfermos, além de promoverem os funerais dos irmãos e arrecadar verbas para construção de uma igreja, repassando parte para a basílica de S. Pedro de Roma. Nos primeiros anos essa confraria ocupou uma lateral da igreja de N. S. da Imaculada Conceição da Virgem Maria. Tinha 227 irmãos inscritos, entre capelães, vigários, coadjutores, fabriqueiros e sacristãos, e estatuto regulamentado pelas *Ordenações do Reino*, que subordinava essa confraria aos poderes civis.<sup>107</sup>

Em 1740, essa confraria foi reorganizada pelo incentivo de d. frei Manuel da Cruz, que queria apartar os vícios dos sacerdotes, que procuravam “[...] *libras não livros, sujeitam-se as moedas não as monições, servem alguém com preço e não com prece*”.<sup>108</sup> Para isso, reviu os compromissos, em relação às estruturas e funções definidas, e os submeteram as autoridades do Arcebispado da Bahia. Após aprovação, formou-se uma nova irmandade de clérigos, a confraria de S. Pedro Príncipe dos Apóstolos que acabaria logo por juntar capital próprio para construção de uma igreja basílica, “de *maior magnificência sacra, que se edifica artisticamente segundo arquitetura romana*”.<sup>109</sup> É, pois, como relata o cônego Raymundo Trindade (1945, p. 163):

Devia estar o sodalício em situação de extremo desalento ao entrar em Mariana o primeiro bispo diocesano. É o que se infere do livro de matrícula, único existente, cujo termo de abertura parece indicar haver

---

<sup>106</sup> MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** — Visitas de Ad Limina de d. f. Manoel da Cruz, 01-VII-1757.

<sup>107</sup> MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Livro Geral da Irmandade de S. Pedro dos Clérigos, 1759.

<sup>108</sup> MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Visitas de Ad Limina de d. f. Manoel da Cruz, 01-VII-1757.

<sup>109</sup> Ibid.

sido ele o primeiro que teve a irmandade. Nele figura à frente de todos os irmãos, o bispo Dom Frei Manoel da Cruz, ao qual acompanham os ministros da Câmara eclesiástica, as dignidades e cônegos do cabido, o clero da cidade e o paroquial, muitos sacerdotes e um bom número de irmãos seculares. Tem-se, diante disso, a impressão de que Dom Frei Manoel da Cruz compreendeu o alcance daquela instituição – capaz de estreitar em união íntima e santificadora os padres do seu bispado. Certas medidas por ele tomadas a favor da irmandade convencem-nos de que nessa esperança foi que procurou reerguê-la de seu abatimento, comunicando-lhe vigores novos e tomando-a com ternura sob sua proteção.

Para construção dessa igreja, a nova irmandade estabelecia valores de admissão e anuidades em oitavas de ouro e a doação de pelo menos cinco escravos. Além disso, exigia donativos dos leigos que faziam uso das águas da fonte situada no adro da igreja, em forma de terrenos, escravos ou colheitas. Conseguindo, com isso, significativo capital para erguerem a igreja, que em 1752, mesmo inacabada, permitia que os 116 irmãos se reunissem diariamente às nove da manhã para as práticas devocionais, e esporadicamente para tratarem dos mecanismos de assistencialismo material e das normas administrativas, como a eleição dos padres confrades responsáveis pela direção da irmandade: Juiz (1), Tesoureiro (1), Escrivão (1), Capelão (1), Sacristão (2), Andador (2) e Ministro (4).<sup>110</sup>

O ministro era o cargo de menor prestígio na direção da irmandade, ocupado por quatro membros: dois ministros mais moços e dois ministros mais velhos. Suas funções eram a ornamentação dos altares, fiscalização da limpeza e organização dos espaços litúrgicos. Durante o período de 1752 até 1759, Francisco Vieira Alves ocupou o cargo de ministro mais novo. Nessa época ele era camarista da tributação do senado de Mariana (1749-1757). Posteriormente, ocupou o cargo de ministro da arrecadação do real quinto de Vila Rica (1757), ocasião que também foi eleito para a função de andador da irmandade dos clérigos.<sup>111</sup>

O andador era um cargo de prestígio baixo e dividido entre um andador mais novo e outro mais velho, que eram responsáveis por prover a lâmpada, fiscalizar os descuidos dos ministros na ornamentação dos altares, fazer avisos aos sacristãos. José Alves de Almeida, camarista e ministro da arrecadação do real quinto em Vila Rica, também ocupou esse

---

<sup>110</sup> MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Livro Geral da Irmandade de S. Pedro dos Clérigos, 1759.

<sup>111</sup> Ibid.

cargo, na condição de andador mais velho. Já seu primo paterno, Felipe Padro Vilas, na época era sacristão mais novo.<sup>112</sup>

O sacristão era um cargo de prestígio médio, devido à visibilidade nos rituais litúrgicos. Era ocupado por dois membros encarregados de zelar pelos altares e auxiliar o capelão no cumprimento dos rituais litúrgicos, como conduzir a cruz dos clérigos nas procissões. Manoel de Couto Ribeiro, cônego e escrivão da Sé, ocupou durante longo período o cargo de sacristão mais velho, enquanto o também cônego, Antônio Freire de Paz, escrivão da Sé e advogado das auditorias de Vila Rica e dos foros mistos, era capelão da irmandade.<sup>113</sup>

O capelão era um cargo de reconhecido prestígio, com função de prestar assistência na realização dos cultos litúrgicos e organização das festividades das ordenações sacras, podendo ser indicado a padrinho dos ordinandos. Assim, como o tesoureiro, que nesse período era ocupado pelo cônego José Botelho Borges.<sup>114</sup>

O tesoureiro era um cargo de prestígio elevado, com função de cuidar da arrecadação e administrar as finanças da confraria, registrando as contas e as obras executadas no livro da irmandade. Durante todas as ordenações sacras, eles tinham que ser nomeados a padrinhos. O que elevava o prestígio social do clérigo. Até 1772, esse cargo foi ocupado pelo cônego Borges, que também era o tesoureiro da Sé de Mariana. Deixou a gestão da confraria após algumas denúncias de fraudes, em especial de desvio das verbas destinadas a construção das capelas para o seu inventário. Ato que poderia ser confirmado após subtração dos livros oficiais, que ficavam sob a guarda do escrivão da irmandade.<sup>115</sup>

O escrivão era um dos cargos de maior prestígio, com responsabilidade de informar na reunião sobre as causas da mesma e redigir por escrito as decisões dos irmãos. Também ficava sob seu encargo a leitura dos evangelhos e promover a biblioteca dos clérigos, fiscalizando as obras, relatando ao juiz causas de roubos ou de posses de obras proibidas. Cabia a ele também organizar o ritual das ordens sacras. Sendo sempre indicado a padrinho do ordinando de maior destaque nas letras. Até 1772, Antônio Dias Delgado de Carvalho, escrivão do bispo, da auditoria crime de Mariana e do real quinto de Vila Rica, ocupou

---

<sup>112</sup> Ibid.

<sup>113</sup> Ibid.

<sup>114</sup> Ibid.

<sup>115</sup> Ibid.

esse cargo. Sua gestão foi interrompida por acusações de desvio de verbas da irmandade. Algo que exigia do juiz das confrarias exames, discussão e decisão.<sup>116</sup>

O juiz era o cargo de maior prestígio dentro da confraria, por sua importância no exame, discussão e decisão na irmandade. Tinha por função presidir a irmandade, vigiar e defender os interesses do bem comum entre os confrades, como os valores dos sacramentos e dos vínculos. Até 1764, esse cargo foi ocupado pelo bispo frei Manuel da Cruz, que teve a gestão interrompida pelo óbito.<sup>117</sup>

Após essa fatalidade natural, a confraria foi conduzida na incerteza, num “*sombrio, de tibieza moral e espiritual, digno da regurgitação apocalíptica*”. Interromperam-se as obras da igreja e o caráter comprometido da irmandade, que passou a inadimplir a ortodoxia das regras de seu estatuto. Em parte, pelo desapontamento dos irmãos ao saberem das imoralidades dos dirigentes de sua confraria, que encaminhavam as verbas arrecadadas para cofres particulares. Com isso, a confraria não conseguia mais promover e realizar os rituais das ordenações sacerdotais e os enterros de clérigos, que dentro da cultura do barroco exigiam faustos e esplendor (CARRANTO, 1963, p. 85).

Tornando-se público a pobreza nos cofres da confraria de S. Pedro Príncipe dos clérigos de Mariana, entrou em cena em 1769 uma nova irmandade de clérigos, a confraria do bom Jesus pastor dos clérigos, que nessa época tornou-se a mais rica irmandade de capitania, financiando medidas pastorais, educacionais e obras de artes para promoverem as vocações sacerdotais, como a última ceia do senhor, principal símbolo disciplinador da estrutura moral, doutrinal e hierárquica da Santa Sé<sup>118</sup>, como vemos nos próximos capítulos.

---

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> MARIANA. Arquivo **Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Livro Geral da Irmandade de S. Pedro dos Clérigos, 1759.

## Capítulo III

### *Sanctorum Patrum: O Sacramento Sacerdotal na Diocese de Mariana*

Na concepção católica romana de Igreja, o sacerdócio representava um sacramento que, supostamente, foi instituído por Jesus Cristo durante sua última refeição ao lado de seus apóstolos. Naquela oportunidade, teria ele erguido um cálice com vinho, do que havia sobre a mesa, e o distribuído aos amigos afirmando ser seu sangue. Posteriormente, teria levantando-se da mesa, pego uma toalha, posto água numa bacia e lavado os pés dos presentes. Retornado a mesa, teria abancado um pedaço de pão, dado graças e o repartido dizendo tratar-se de seu corpo entregue em sacrifício. Por fim, teria instituído que em sua memória esse ato fosse repetido até a chegada do reino de Deus.<sup>119</sup>

Essa narrativa, construída por meio de coleta de memórias variadas pelos evangelistas Lucas (80dc.), João (100dc.) e Mateus (80dc.), traçou a base doutrinal usada no Concílio de Trento – Sessão XXII-XXIII – para elaborar a espiritualidade do sacerdócio e justifica-lo enquanto modelo excludente de vida social, identidade, santificação e missão religiosa superiora de seus membros em relação aos leigos e aos sacerdotes de outras doutrinas. Reafirmava-se, com isso, a Ordem enquanto graça concedida a um grupo seletivo de homens, que após comungarem desse sacramento transfiguravam-se *in persona Christi*, intermediando as relações entre o profano e o sagrado (ELIADE, 1992). Homens que “*apresentam no modo de vestir, na atitude, no andar, no falar e toda outra coisa, nada que não seja grave, modesto e cheio de religião*”.<sup>120</sup> Elementos usados para delinear a silhueta moral e física dos padres dos tempos modernos (VAINFAS, 1986, p. 28).

À essa época, as transformações oriundas de uma nova maneira de conceber o mundo, com a laicização da cultura superior, novas invenções, descobertas geográficas e

---

<sup>119</sup>BÍBLIA DE JERUZALÉM, A. São Paulo: Paulinas, 1995 (S. Lucas 22:11; S. João 13:14; S. Mateus 26:21).

<sup>120</sup>CÂNONES SOBRE O SACRAMENTO DA ORDEM, Os. Roma. Associação Cultural Montfort. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

científicas, os progressos políticos, revoltas sociais e a Reforma protestante (HILL, 1987), vieram a intensificar a certeza que uma profunda reforma espiritual dos costumes, visando à moralização e reativação da piedade do clero diocesano e religioso, se fazia necessária para cristandade católica (DELUMEAU, 1989). Ainda não haviam cessado as críticas a excessiva riqueza da Igreja; o acúmulo de benefícios (bispado, abadias ou curatos) nas mãos de poucos, a caça às prebendas (rendimentos) e a cobiça de alguns eclesiásticos, curiais e cortesãos, que iludiam a boa-fé dos cristãos, vendendo relíquias “sagradas” (simonia) e indulgências “plenárias” (CHAUNU, 1993). Para piorar essa situação, alguns desses desconheciam a doutrina católica e demonstravam falta de preparo para as funções religiosas, desobedecendo ao celibato, vivendo com mulheres e tendo filhos. Acrescenta-se a isso o declínio moral de muitos papas como Inocêncio XVII (1484-1492), Alexandre I (1492-1503) e Júlio II (1503-15013) (DUBY, 1988, p. 47).

Para conter esses “abusos”, o Concílio de Viena<sup>121</sup> (1311-1312) já havia instituído medidas que proibiam o relaxamento das tarefas sacerdotais, o envolvimento de eclesiásticos com a vida mundana, acúmulo de benefícios, a excessiva multiplicação das reservas (direito reservado ao papa de nomear pessoas para cargos eclesiásticos) e provisões papais. No entanto, mesmo após essa tomada de consciência eclesial, a penúria de padres zelosos, instruídos e de elevado nível moral estava na ordem do dia, e muitas eram às vezes que clamavam por mudanças espirituais e morais desses homens (LIMA, 1990, p. 168-169).

Enquanto essas vozes ganhavam força, surgia em terras flamengas a *Devotio Moderna*, espiritualidade compartilhada por uma pequena célula de leigos, apoiados por alguns padres, e animada pela meditação pessoal da bíblia, com vista à imitação de Cristo. Os principais representantes dessa espiritualidade foram Van Ruysboek, Gerd Goote e os Irmãos de Vida Comum (VAUCHEZ, 1995). Apareceram ainda novos grupos religiosos, como a ordem das brigidinas na Suécia (1346), os jesuatos na Itália (1366), os jerônimos na Espanha e Portugal (1373) e a ordem dos Mínimos na Calábria (1460). Ao mesmo tempo, produziu-se vasta literária devocional, como a *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis<sup>122</sup>, e a *Vida de Cristo*, de Ludolfo da Saxônia<sup>123</sup>. Difundiram-se ainda as missões

---

<sup>121</sup>CONCILIARISMO. Roma. Associação Cultural Montfort. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

<sup>122</sup> Tomás Kempis. **A Imitação de Cristo**. Disponível em: < <http://www.culturabrasil.org/zip/imitacao.pdf>>. Acesso em: 22 Mai. 2014.

religiosas humanistas para renovação espiritual, visando popularizar a piedade pessoal, de Marsílio Ficino, Gaspare Contarini, Sadoletto, Erasmo e, especialmente, Tomás More. Além disso, houve algumas reformas dos costumes do clero diocesano (MULLET, 1985). Em terras latinas, por exemplo, o Cardeal Francisco Jiménez de Cisneros revitalizou os sínodos, incrementou os estudos eclesiásticos, pela fundação da Universidade de Alcalá, e apoiou as missões humanistas (CONTRERAS, 1997). Em relação ao clero religioso, por sua vez, houve algumas reformas parciais, com vista à disciplina mais estrita. Entre os dominicanos, por exemplo, isso se deu com a criação da congregação da Holanda; entre os carmelitas pela adoção da prática de solidão absoluta; entre os franciscanos pela restituição dos ideais de pobreza e desprendimento e a criação na Itália dos capuchinos (CHATELIER, 1995).

No entanto, esses movimentos espirituais e reformas internas não resolveram os problemas dos “abusos” eclesiásticos, que voltaram a serem discutidos nos Concílios de Constança (1414-1418), de Basiléia (1431-1437) e de Latrão V (1512-1517) (ALBERIGO, 1995, p. 331-332). Nestas oportunidades, as altas alas da Igreja tentaram impor novas medidas para conter as falsificações da escolástica e da cúria romana, e fazer cessar o grande número de libelos e sátiras, repletos de desprezos e ódio das massas para com a Igreja (TREVOR-ROPER, 1972). Situação que piorou ainda mais com o aparecimento dos Protestantes, em 1517 (WEBER, 1983). Com isso, criou-se um panorama de crise, em que o único recurso era à convocação de novo concílio geral para definições dogmáticas e medidas de reforma disciplinares ativas.<sup>124</sup> Algo evidente até mesmo para os poderes temporais de Louis XI, Isabel de Castela e Savonarola, que reclamavam um concílio para acalmar o povo cristão (JEDIN, 1972).

Os obstáculos para a realização de um novo concílio eram inúmeros. O impedimento maior consistia nas ameaças a supremacia do papado, pelas acusações de corrupção feitas pelos teólogos reformadores. Tentou-se ao máximo retardar a assembleia conciliar e, mais tarde, interromper os trabalhos. Inicialmente, usou-se a escolha da cidade como pretexto, impondo que o concílio reunisse em Roma, mesmo sabendo das intenções

---

<sup>123</sup>Ludolfo Soxônia. **Vida de Cristo.** Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/viewFile/187/336>>. Acesso em: 22 Mai. 2014.

<sup>124</sup>Na concepção do Cardeal Torquel o Concílio era “o último recurso da Igreja nas grandes crises”. Apud. Jean Delumeu. **História do medo no Ocidente**; 1300-1800 uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

das massas de realiza-lo em terras alemãs. Posteriormente, foram às dificuldades políticas dos conflitos nacionais de Carlos V e Francisco I que impediram o início dos trabalhos convocados para Mântua (1536) e em Vicenz (1537), adiados até a paz de *Crép* (setembro de 1544). Enfim, no terceiro domingo do Advento de 1545, as reuniões conciliares tiveram início em Trento, com a presença dos três legados papais, do cardeal de Trento, de quatro arcebispos, 21 bispos, cinco superiores gerais de ordem religiosas e 50 letrados (BOSSY, 1990).

O concílio, que durou dezoito anos, sofreu duas interrupções, dividindo-se, por isso, em três períodos (1545-1549; 1551-1552; 1562-1563), chegou ao fim 1563, aprestando a cristandade decretos que reagem contra as ideias protestantes, procuravam garantir a unidade da fé católica e revitalizar a disciplina eclesiástica. Neste sentido, reafirmaram-se pontos básicos da doutrina católica, como os sete sacramentos, a crença na infalibilidade do papa, o “monopólio” do clero católico na interpretação correta da bíblia e insistiu-se no poder distinto gerado pelo sacramento da Ordem (DELUMEAU, 1989).

Sendo manifesto pelo testemunho da Escritura, pela Tradição apostólica e pelo unânime consenso dos Padres, que pela sagrada ordenação, ministrada com palavras e sinais exteriores, se confere a graça, ninguém deve duvidar que a Ordem seja verdadeira e propriamente um dos sete sacramentos da santa Igreja. O Apóstolo é quem o diz: Admoesto-te a que ressuscites a graça que está em ti pela imposição das minhas mãos. Pois Deus não nos concedeu o espírito de temor, mas de virtude, de amor e sobriedade (2Tim 1,67; cfr. 1 Tim 4, 14). Se alguém disser que a Ordem ou sacra ordenação não é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo Nosso Senhor, ou que é uma invenção humana, excogitada por pessoas ignorantes das coisas eclesiásticas, ou que somente é um rito de eleger ministros da palavra de Deus e dos sacramentos — seja excomungado [cfr. n° 957, 959].<sup>125</sup>

Concluídas as assembleias conciliares, a Igreja passou a exercer uma função reguladora dos costumes sacerdotais<sup>126</sup>, os obrigando a celebrarem missas, pregarem os evangelhos, respeitarem a castidade e a abstinência sexual.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup>CÂNONES SOBRE O SACRAMENTO DA ORDEM, Os. Roma. **Associação Cultural Montfort**. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

<sup>126</sup> É como fala Lana Lima (1990, p. 333) “*Trento vai valorizar a figura do padre e insistir na castidade, procurando dessa forma, valorizar a formação do sacerdote mais digno em seus costumes, melhor preparado intelectualmente e mais obediente a Roma*”.

<sup>127</sup>CÂNONES SOBRE O SACRAMENTO DA ORDEM, Os. Roma. **Associação Cultural Montfort**. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

É, pois, nesse contexto mais amplo de transformações pela qual passou a Igreja católica na época moderna que devemos inserir as representações do Sacerdócio na diocese de Mariana do século XVIII (PIRES, 2008).

### 1. A entrada do primeiro bispo na Diocese de Mariana

Até 1745, o território mineiro, “*in spiritualibus*”, dava obediência aos bispos do Rio de Janeiro<sup>128</sup> e registrava grandes “abusos” de eclesiásticos, que viviam “*nestas partes tão abstraídos de suas/ religiões, e tão desobrigados dos votos que pro-/fessarão, quem observantes, e contraditos nos/ vícios de suas desordenadas vidas*”<sup>129</sup>, que se aproximavam cada vez mais daquelas levadas pelos leigos. Situação difícil que causou vários tumultos na paragem, como a expulsão do primeiro vigário vitalício, Cônego João Vaz Ferreira, em razão da administração irregular dos sacramentos, cobranças excessivas de propinas e pouca disciplina espiritual e moral. Revoltados com essa situação os fregueses se reuniram na noite de 15 de fevereiro de 1725, usando máscaras e portando tochas, dirigiram-se até a residência do vigário, que sem saída teve de abandonar a região.<sup>130</sup>

Após essa embaraçada situação, pela primeira vez um bispo esteve pessoalmente em solos mineiros, frei Antônio de Guadalupe, que na ocasião visitou Vila do Carmo, Catas Altas e Congonhas do Campo, onde constatou,

A pouca reverencia que nestas Minas se tem as Igrejas/ e lugares sagrados, entrando nelas os pallaquinhos/ dizemos, os palaquins e redes para se desmontrarem nelas/ as mulheres que usão carruagens, o que não parece de católico nem de pessoas/ que devem saber a veneração que nestes lugares se devem [...] Alguns Escravos principalmente da costa de Mina/ retem em si ainda relíquias da sua gentilidade ajuntando-se de noite/ em vozes com instrumen-/tos em sufrágio de seus falecidos [...] em algumas/ tabernas se sentão comprando comidas e bebidas que depois/ de comerem e beberem lanção por terra/ em cima das sepulturas dos defuntos [...] Algumas pessoas eclesiásticas se costumão vestir com Murça e trajes por Direito concedido a algumas pessoas.<sup>131</sup>

Nesta oportunidade procurou-se disciplinar a sociedade nos valores espirituais, estabelecer a decência nos costumes, no respeito à sagrada instituição da família e defender

<sup>128</sup> Cônego Otávio Raymundo Trindade. **Archidiocese de Marianna**: subsídios para a sua história. Tomo I. São Paulo: Alameda Barão de Piracicaba, 1928.

<sup>129</sup> SÃO JÃO DEL REI. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Minas Gerais, 1801. Catálogo: 12037, p. 1-2.

<sup>130</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Cx. 6, doc. 34, cd 2, fl. 1.

<sup>131</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livros Manuscritos/Pastorais/Armário 6/ Prateleira 1.

o catolicismo do sincretismo religioso. Dezesseis anos depois, a região recebeu novamente a visita pessoal de seu bispo, dom frei João da Cruz, que em segredo foi até a região de Catas Altas e N. S. do Inficionado para punir fisicamente eclesiásticos envolvidos no comércio de escravos, bruxas e concubinas.<sup>132</sup> Deixou recomendado:

Ao R. do Pároco tenha especialíssimo cuidado em todas as práticas que fizer a seos feguezes/ que devem ser continuas para exercitar bem o seo officio/ que quando acordarem do repouso da noite, antes deque façao alguma acção, adorem a Santísssima Trindade e façao actos de fé, esperança e caridade, ensinando-lhe o modo de bem dias fazer e que antes de se recolherem a dormir tenham algum tempo ocupado em examinar a consciência, em se lembrar e considerar a morte, em incerteza dellam que poderá não chegarem ao outro dia e se no dito Arraial ou Capellas ouver Alguma Pessoa Ecclesiastica que seja remissa e negligente para estes Santos Exercícios ou, que Deos não permita, oposto a eles assim o declare o R. do Pároco [...].<sup>133</sup>

Parecem ter sido estas as últimas recomendações dos bispos fluminenses aos clérigos mineiros. Logo em seguida veio à criação dos bispados de São Paulo e Minas Gerais, “*a fim de que aqueles, que foram, antes trevas e agora são luz no Senhor, andem vigilante como filhos da luz e, pelas obras, tornem efetivas sua vocação e eleição*”.<sup>134</sup>

Elegeu-se como primaz silvestre desse novo bispado frei Manuel da Cruz, religioso português da Ordem de S. Bernardo, “*varão tão santo, virtuoso, prudente e experimentado como devia ser para lançar a pedra fundamental na espiritual edificação daquela nova diocese*”.<sup>135</sup> A época, governava o bispado do Maranhão, onde instalou o Cabido, inaugurou a catedral, realizou visitas pastorais, empenhou-se na disciplina do clero e chegou a ordenar 110 sacerdotes. Despediu-se dessa região em suntuosa festividade, ocorrida em três de agosto de 1746.<sup>136</sup>

Sobre essa festividade relata-se que por volta do meio-dia a população se reuniu na frente do colégio dos jesuítas, na praça de N. S. das Vitórias, para se despedir do religioso de S. Bernardo, que chegou ao local em uma carroça ornamentada por muitas flores. Em torno dela posicionaram-se mais de mil cavaleiros, o Ouvidor da Comarca, clérigos,

---

<sup>132</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.** Seção Governo Episcopal/Arq1/Gav1/Pasta 2.

<sup>133</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.** Seção de Livros Manuscritos/Pastorais 1727/FI 8-10/ Arm. 6, Prateleira 1.

<sup>134</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.** Condor Lucis Aeternae. Trad. Mons. Flávio Carneiro Rodrigues.

<sup>135</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopal.** In: O Viçoso. 07/09/1897. p.2 c.1,2, 3 e 4.

<sup>136</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopal.** In: O Viçoso. 14/09/1897. p.2 c.1,2, 3 e 4.

oficiais das Ordenações portuguesas, seminaristas e os fiéis, que formaram duas filas, dando início a um cortejo pelas ruas da cidade. Durante o percurso o clima foi de alvoroço. Alguns diocesanos se manifestam por meio de lágrimas, rezas e cânticos, já outros se prostram de joelhos diante do epíscopo, beijando-lhes as mãos e os pés. “*Em todas as partes daquelle Bispado não se ouviam mais que lágrimas e suspiros, com que lamentavam a eterna ausência do Exm. Prelado como pai suave na correção, inflexível na Justiça, compassivo na caridade*”.<sup>137</sup>

Após longo cortejo chegou-se ao porto de São Luiz, onde o bispo embarcou ao lado de seus sobrinhos, sete escravos, alguns seminaristas, dois cônegos e dos onze melhores pregadores do Maranhão. “*Ao primeiro movimento de bater os remos, e largar as velas, se repicarão o sinos da Sé, e das mais igrejas da cidade*”. Nesse momento, várias preocupações cercaram o bispo, “*não só pela consideração de seguir forçosamente uma derrota tão laboriosa, e arriscada, mas por deixar os antigos súbditos, que amava como filhos*”.<sup>138</sup>

Dois meses seguintes, à frota ancorou no Piauí, onde os tripulantes acuraram-se para tratar as enfermidades. Hospedaram-se na casa do Capitão Mor Gonçalves Jorge, onde o bispo recebeu, por meio do minorista Alexandre Ribeiro Couto, carta do clero mineiro pedindo-o que tomasse posse da diocese por procuradores, antes passasse dois anos de sua nomeação e, com isso, a Sé de Mariana fosse declarada vacante. Desta forma, escreveu a Lourenço José de Queirós Coimbra e a Manuel da Rosa Coutinho que eram, respectivamente, vigários de Sabará e de São João Del Rei. Nas cartas, ele pedia para que um dos dois tomasse posse em seu lugar até o fim de sua jornada pelos sertões. Foi o pároco de Sabará que aceitou a tarefa, “*distinguindo-se entre os mais súbditos com duplicados motivos: um pela felicidade geral do bispado na posse do próprio pastor; outra pela glória particular de ser o seu pároco devidamente eleito para ministério tão honorífico*” (ÁVILA, 2006, p. 370).

Embora eleito pelos monarcas, tendo os nomes confirmados pelo papado, à posse dos bispos em suas dioceses só aconteciam de fato após formalização do ato pelo cabido, que aceitando a indicação tocava os sinos da Sé, realizada uma missa cantada e uma procissão. Caso contrário, fechavam-se as portas da catedral, recusando o epíscopo. Por

---

<sup>137</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopalis**. In: O Viçoso. 21/09/1897. p.2 c.1,2, 3 e 4.

<sup>138</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopalis**. In: O Viçoso. 28/09/1897. p.2 c.1,2, 3 e 4.

isso, muitas vezes, para evitar conflitos, os bispos realizavam suas posses antes da chegarem as dioceses através de procuradores, como aconteceu com d. frei Manuel da Cruz, que teve sua posse efetiva por Lourenço José de Queirós, que além disso fez a sua entrada na diocese (PAIVA, 2006).

As entradas dos prelados em suas dioceses eram formas eficazes desses se mostraram pela primeira vez aos diocesanos, serem vistos e admirados. Sendo assim, quanto um bispo entrava na cidade sede, esperava construir uma representação de emergência deste como centro do poder diocesano, figura mais importante daquela localidade, onde ficara até morrer ou ser transferido para outra diocese. Foi por tal motivo que o cura Lourenço de Queiros fez sua entrada pública em Mariana, realizada com pompa e ostentação. O ápice foi à procissão de condução do padre pelas ruas da cidade, sentado em um trono centralizado sob um carro adornado por flores e puxado por cavalos luxuosamente vestido, “[...] e aplaudiu-se com luminárias e outras demonstrações públicas do gosto, e estimação daqueles moradores, que a festejarão estrondosamente” (ÁVILA, 2006, p. 370).

Em meio a essas festividades, que comemoravam a criação do bispado, alguns dos clérigos estavam preocupados com a gravidade da moléstia que assolava seu presbítero e, por isso, naquele mesmo dia, partiram para o Piauí, levando algumas erva. Chegando, encontraram o bispo sob a cama, frágil, pálido e imóvel. Então, padre Raimundo da Macena, que vivia da “sua arte de cirurgia”, operou milagres e ele foi curado, com alguns sinais de mudança fisionômica, aparentando “[...] *bons anos mais moço. Seus cabelos nasceram novamente. A pele ficou mais clara. Seus traços não são mais os mesmo. Ficou irreconhecível. Deve ser pela doença*”.<sup>139</sup>

Após a cura do bispo, sete meses depois de zarparem do porto de São Luiz, eles retomaram a viagem rumo ao porto de Santos, onde a espera estava cinco padres, cinquenta escravos e alguns oficiais portugueses.<sup>140</sup> Pouco mais de um mês dessa estadia prosseguiram de cavalo rumo a Mariana, em longo percurso pelos sertões, no qual enfrentaram confrontos com índios, que vitimaram 30% dos escravos, fortes chuvas e doenças que mataram nove padres e três oficiais. Enfim, em 15 de outubro de 1748,

---

<sup>139</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana (AEAM)**– Carta de padre Francisco enviada a Lourenço José de Queirós Coimbra, 1748.

<sup>140</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso. 28/09/1897. p.2 c.1,2, 3

quatorze meses após ter deixado São Luiz, o bispo conseguiu chegar ao arraial de cima da cidade de Mariana, gravemente enfermo, com febre e diarreia.<sup>141</sup>

As notícias da chegada do bispo, provavelmente, causaram intenso tumulto naquela cidade, que ainda se recuperava das recentes enchentes que haviam destruído boa parte da Rua do Piolho e da Direita.<sup>142</sup> Mesmo com esses problemas, os camaristas do Senado da Câmara de Mariana publicaram editais em que ordenavam a limpeza imediata das ruas e a pintura das casas para o trajeto do dia da posse oficial do prelado em seu bispado, que ocorreu em 28 de novembro de 1748.<sup>143</sup>

Nesta circunstância o altar da igreja de N. S. da Assunção<sup>144</sup> foi ornamentado por muitas flores, cruz e treze cadeiras sobre um tapete de adamasco vermelho.<sup>145</sup> Ali, as autoridades locais e o clero acolheram o dignitário, dom frei Manuel da Cruz, que chegou revestido de sobrepeliz, pluvial precioso e descoberto (cabeça sem o barrete), beijou a cruz, genuflexo, colocou incenso no turíbulo e caminhou em direção as cadeiras, incensando-as, e sentando na central. Então, os padres da Academia do Áureo Trono entoaram cantos gregorianos, proclamaram poemas, discursos e sermões (ÁVILA, 2006, p. 571). Enfim, revestiram o bispo por capa magna, mitra chapéu e bago<sup>146</sup>, e conduziram seu trono até o centro de um carro alegórico de vinte e sete palmos de cumprimento, ornamentado com sereias, delfins e anjos.<sup>147</sup> Na frente da luxuosa e pesada alegoria foi posicionada uma cruz do clero, as autoridades eclesiásticas do Rio de Janeiro e civis da Capitania.

---

<sup>141</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso. 15/12/1897. p.2 c.1,2, 3 e 4.

<sup>142</sup>TERMO DE MARIANA: **História e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 153

<sup>143</sup>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; CEHC, 1999, p.742

<sup>144</sup>O Nome da Igreja foi mudado pelo Sumo Pontífice “o título da Conceição, que tinha a igreja paroquial antiga, no da Assunção da Virgem Santíssima, que deu à Nova Sé: ‘Lia representa a uma Igreja Catedral, visto que é Igreja com Prelado; porque da Cadeira Pontifícia é que se chamam Catedrais, ou Sés as Igrejas, em que residem Bispos’””. MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso. 28/09/1897. p.2 c.1,2, 3

<sup>145</sup>**Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana**.

<sup>146</sup>“Logo o Mestre de Cerimônias com vários Capelães de sobrepelizes presentou os paramentos ao Reverendíssimo Doutor Governador, que servindo de Presbítero assistente, os ministrou a S. Excelência, o qual se revestiu de Sobrepeliz, Amicto, Alva, Cíngulo, Cruz peitoral, Estola, Capa, Pluvial, Anel, e Mitra”. MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso.

<sup>147</sup>Acredita-se que o “templo grande e majestoso; mas que ficou pequeno para a multidão do concurso, que foi o maior que até então tinha visto em si. Estava rica, e primorosamente ornado; à entrada da parte da Epístola se via prevenido o lugar, em que havia de paramentar-se o novo Governador o qual foi recebido com toda a honra Eclesiástica, que o Cerimonial mandada. Tomou a cadeira, que lhe estava preparada sobre um estrado com seu espaldar de damasco carmesim, e a cadeira era de veludo da mesma cor”. MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso.

Acompanhando-os seguiu a banda de música e as confrarias da capitania. Assim, saíram em procissão às ruas da cidade.

Atrás dessa enigmática e brilhadora cavalcata rodava suntuoso, e rico o segundo carro triunfal, tão magnífico, e majestoso, como o ânimo de quem o aprontou. Era ele o remate de tão glorioso aparato; não podia ter outro lugar para ser, como foi, a excelsa coroa de tão vistosa magnificência. Neste, pois, o trono portátil se via muito de assento a majestade da Igreja, a qual, para parecer coisa do Céu, se já não era triunfante, sua triunfadora e triunfando Igreja Mariana, por conseguir a venturosa companhia do seu novo e amado Esposo espiritual (ÁVILA, 2006, p.486-484) .

Para a procissão, os moradores vestiram-se com luxuosos trajes, enfeitaram as ruas com iluminação de óleo de baleia, arcos, tapetes e posicionaram-se nas sacadas de suas casas, adornadas com toalhas de adamasco e flores. Ali esperaram pela passagem do bispo, que sob seu trono lançou bênçãos sobre as residências mais abastardas. Em seguida foi conduzido até a Casa da Câmara, onde as autoridades seculares estouraram fogos e lançaram sobre o trono chuvas de pétalas de rosas. Os mulatinhos dançavam em jocosidade, os cavaleiros simularam uma batalha e o bispo auxiliar do Rio de Janeiro fez-lhe lindo sermão, deixando as multidões em lágrimas. Após isso, seguiram pelos templos erguidos pelos leigos, pelas assobradas residências até retornarem a Catedral<sup>148</sup>, onde no centro foi posicionado o Trono Episcopal de dom frei Manuel da Cruz circundado por doze cadeiras, entalhadas e estofadas em adamasco, com pernas arqueadas e os assentos recortados. O bispo ergueu-se do trono e pôs-se diante do altar-mor, sem mitra e de costas para o povo, e rezou, com voz moderada e sem canto, posteriormente dirigiu-se à frente do altar e chamou os prelados para compor sua “corte”.<sup>149</sup>

Primeiro chamou a Francisco Gomes de Souza, teólogo pelo bispado da Bahia, Geraldo José de Abranches, bacharel em sagrados cânones pela Universidade de Coimbra, e Alexandre Nunes Cardozo, bacharel formado em cânones, e os entregou os parâmetros

---

<sup>148</sup>“Acompanhado de extraordinários applausos, chegou S. Excellencia à Sé, a cuja entrada da parte exterior estavam em duas alas as figuras de cavallo, e as duas carroças triunfaes, e na importante riqueza, de que se compunha tão vistoso concurso; já pelas muitas jóias de diamantes, e mais pedras preciosas, que ornavaõ as figuras”. MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso.

<sup>149</sup>“subiu ao trono, e nele recebeu geralmente a obediência de todo o estado, assim Eclesiástico como Secular; e rezando S. Excelência as orações na parte da Epístola, tomou a Mitra, e Bago, e no meio do Altar deu a bênção Pontifical ao povo [...]. Enquanto S. Excelência se restituiu ao trono, onde se despiu dos paramentos, e tomou a capa magna [...]. S. Excelência, que depois de orar subiu ao trono, e com uma prática gratulatória, doutrinal, e elegante, exortou ao nobre Cabido”. MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso.

de cor preta, nomeando-os a Arcediagos, transferindo-lhes as responsabilidades pela administração do tesouro da Sé Catedral.<sup>150</sup>

Em seguida chamou Manoel Ribeiro Soares, bacharel em Artes pela Universidade de Coimbra, João Martins Cabrita, bacharel formado em cânones, e Simão Caetano de Moraes Barteto, bacharel formado em cânones, e os entregou os parâmetros de cor branca, tornando-os seus Arcipreste, responsáveis por organizar os presbíteros nas funções das missas, a confecção da escala para celebrações litúrgicas e demais rituais conventuais.<sup>151</sup>

Posteriormente, chamou Jorge de Almeida, bacharel formado em cânones, Antônio Freire da Paz, bacharel em teologia, e Francisco Xavier da Silva, os entregou os parâmetros na cor amarela, tornando-os cônegos Chantre, com as funções de gerir o coro, as participações do órgão e o ritual das celebrações de maneira mais imediata.<sup>152</sup>

Por fim, chamou João de Campos Lopes Torres, e o entregou o parâmetro vermelho, fazendo-o seu Tesoureiro-mor, responsável por lançar gastos e outros registros relativos à administração da Sé. Enfim, o bispo acomodou-se em seu trono, os sinos começaram a tocar e o sacristão da Sé deixou correr as cortinas.<sup>153</sup>

Essa cerimonia, minuciosamente relatada pelo Cônego Francisco Ribeiro da Silva<sup>154</sup>, serve para compreendermos como o governo episcopal ganhou forma e se materializou em Mariana por meio de gestos teatralizados, específicos do modelo de exercício barroco de poder da Igreja católica. É, pois, como nos explica José Pedro Paiva (1993, p. 120):

[...] uma das estratégias de ação da Igreja de Roma, tal qual foi definida no Concílio de Trento, passava pela edificação de um poder episcopal forte, de modo a que o bispo na sua diocese fosse uma autoridade capaz de levar a cabo políticas reformistas eficazes. Estas insistências no reforço e dignidade do poder episcopal encontra-se em vários escritos do tempo. [...] Depois de afirmar que o bispo é a mais alta dignidade e que precede a todos na sua diocese escreve e por tal se lhe dá melhor lugar e lhe chamam prelado presidindo porque nos atos públicos e particulares se lhe deve mais eminente e levantado lugar e mais autoridade que corresponde a sua dignidade e preeminência, como ensina o sagrado Concílio Tridentino e na mesma sessão se repreende o bispos que exercidos de seus estados deixa diminuir a autoridade que se deve a sua dignidade, como os ministros dos reis e como o senhor e títulos, deixando-se preceder, sendo que eles não de preceder a todos poque todas

<sup>150</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico de Marina**. Livro de Registro Geral da Cúria, fl. 6

<sup>151</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico de Marina**. Livro de Registro Geral da Cúria, fl. 5

<sup>152</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico de Marina**. Livro de Registro Geral da Cúria, fl. 5.

<sup>153</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico de Marina**. Livro de Registro Geral da Cúria, fl. 5.

<sup>154</sup>MARIANA. **Áureo Throno Episcopal**. In: O Viçoso.

as grandezas e excelências se encerram em sua dignidade episcopal se deve expressar em todos os gestos públicos que o prelado participa.

Assim sendo, podemos identificar os elementos simbólicos construídos pelos membros da Igreja para firmar seu poderio, numa época onde esse se fazia acompanhar de complexas tramas de negociações, resistências e compromissos com o governo de Portugal, que só podem ser compreendidos mediante o entendimento do padroado.<sup>155</sup>

## 2. O Padroado Régio português e o discurso do bispo de Mariana

O padroado régio<sup>156</sup> consistiu-se num conjunto de direitos e deveres sucessivos e gradativos estabelecidos ao longo de séculos entre a Sé e o Governo de Portugal para assegurar a expansão do catolicismo nas conquistas ultramarinas.<sup>157</sup> O processo histórico pelo qual esses acordos firmaram-se encontra suas origens em 1455. Momento em que, pela *bula Inter Coetera* o Papa Calixto III concedeu aos soberanos ibéricos os privilégios de exercerem jurisdições sobre a administração e organização das dioceses em seus domínios, além das faculdades de benefícios da taumaturgia, como a cura das almas e operação de milagres.<sup>158</sup> Em 1551, o Papa Júlio III ampliou esses poderes, concedendo aos reis portugueses o título perpétuo de Grão-Mestrado da Ordem de Cristo, acrescido das Ordens de Santiago e São Bento de Avis, colando a organização política de Portugal *In temporalibus* com *In Spiritualibus*.<sup>159</sup> Benefícios que foram ampliados às terras sujeitas aos

---

<sup>155</sup>Hornaert (1979, p. 160) explica que “as origens históricas do padroado devem ser buscadas ainda no século IV. Nos três primeiros séculos da era cristã a Igreja Católica viveu marginalizada da vida pública e social, quer dentro do próprio judaísmo, quer na civilização helênica. O mundo romano não aceitou os cristãos com suas práticas e instituições”.

<sup>156</sup> Segundo Charles Boxer (1981), “o padroado real Português pode ser definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil”.

<sup>157</sup> Para Hornaert (1979, p. 163) “o direito do padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os direitos políticos da realeza os títulos de grão mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal”.

<sup>158</sup>BULA INTER CAETERA QUAE NOBIS. **Arquivo Digital da Torre do Tombo**. Disponível em <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>. Acesso em 23/06/2013.

<sup>159</sup>BULA AD PERPETUAM [...] FELICI REGIMINI. **Arquivo Digital da Torre do Tombo**. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/error?file=~/GenericErrorPage.htm>>. Acesso em 23/06/2013.

domínios dessa coroa em 1516, com a *bula Dudum siquidem supplicationem*, do Papa Leão X.<sup>160</sup>

Foi através desses privilégios que o catolicismo se estabeleceu em Portugal enquanto religião oficial e, posteriormente, se estendeu as terras conquistadas na África, Ásia e América, onde por força de lei todos tinham que ser católicos, respeitarem os dogmas da Igreja e obedecerem à autoridade religiosa dos sacerdotes (BOXER, 1981).

Além de controlar a vida religiosa, o patrono tinha que pagar as cômguas pelos trabalhos eclesiásticos, construir igrejas e as conserva-las. Em contrapartida, podia recolher o dízimo ofertado pelos fiéis e os transforma-los em impostos administrativos (CARRARA, 2007), rejeitar bulas ou breves papais, criar dioceses, mosteiros, enviar missionários, nomear vigários e apresentar os nomes dos bispos escolhidos, cabendo a Sé de Roma apenas aprovar os nomeados (AZZI, 1987). Desse modo, “*a Igreja colonial estava sob o controle direto e imediato da respectiva Coroa, salvo em assuntos referentes ao dogma ou a doutrina*” (BOXER, 1981, p. 100). Para defendê-los, a Santa Sé designavam os núncios apostólicos, isto é, o representante diplomático do papa junto a coroa portuguesa, que além de exercer as relações entre a Igreja portuguesa com a Sé romana, tais figuras representavam o poder do papa sobre o governo.

A partir dos anos de 1740, essas relações entre a coroa portuguesa e a Cúria romana mostravam sinais de desgastes, diante das novas necessidades “[...] *da sociedade e do poder político para uma concepção do poder no Estado*” (SILVA, 2006, p. 33). A esse respeito, nota-se no governo de d. João V algumas medidas de limitação do poder das nunciaturas, como a elevação da capela real à basílica patriarcal, caracterizando, com isso, o monarca português enquanto padroeiro, em sua feição ainda medieval, numa clara tentativa de criação de uma Igreja portuguesa independente de Roma, como descreve José Pedro Paiva (2000, p. 168):

A cruzada pelo reforço dos poderes da Coroa materializou-se, de igual modo, em relação à Igreja portuguesa através da interferência numa série de áreas que já vinham de trás: obtenção de rendas, reformas das ordens religiosas e tentativas de limitação de novos ingressos, reorganização da geografia eclesiástica motivada pela elevação de Lisboa a patriarcal e criação de novas dioceses no Brasil e na China.

---

<sup>160</sup>DUDUM SIQUIDEM SUPPLICATIONEM. **Arquivo Digital da Torre do Tombo**. Disponível em <<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/embaixada-de-d-manuel-i-ao-papa-leao-x/>>. Acesso em 23/06/2013.

Porém, para defender as nunciaturas, o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé, o alto clero português buscou flexibilizar o beneplácito régio, como podemos observar no seguinte trecho de um documento do arcebispo da Bahia, d. Sebastião Vide:

Ainda que os Bispos em suas Dioceses pertence, conforme direito Canonico, a provisão collação e instituição da Igrejas, e Benefícios nelas, com tudo (1) esta regra se limita nas Igrejas, e benefícios do Padroado; (2) e como todas deste Arcebispado, e mais conquistas o sejam por pertencer á Ordem, e a Cavalaria de nosso Senhor Jesus Chisto, de que S. Magestade é Grão Mestre (3) e perpetuo Administrador, não incube aos Ordinarios Ultramariinos mais que colação, e confirmação dos Clérigos que S. Magestade (4) apresentar. **Mas porque S. Magestade com zelo, piedade e summa religião costuma, permiti-nos o uso desta regalia, atendendo mais ao útil da Igreja, e bem de seus Vassalos** (Título XXII).<sup>161</sup>

Nesse trecho aborda-se primeiramente uma visão geral da situação do clero português, onde os eclesiásticos estavam subordinados, pelo direito canônico, a instituição de Roma, que por acordo cedeu esse privilegio a Grão Mestre da Cavalaria de N. S. Jesus Cristo. Mas, diante dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos do século XVIII, forjaram-se condições necessárias para que os bispos introduzissem em suas administrações algumas visões da doutrina que buscavam em Roma sua principal referência de “[...] *para boa expedição dos negócios, e decisão das causas, que nelle se houvesse de tratar, conferindo-as com pessoas doutas em sciencia, e versadas na prática do doro, e governo Eclesiástico* (Título XXIII)”.<sup>162</sup>

Foi seguindo essas orientações que as políticas regalistas foram introduzidas na administração do primeiro de bispo Mariana, que para dar ao padroado uma coerência sagrada fez da história um auxilio heurístico da fé. Neste sentido, ele argumenta que este era um “mal” necessário, pois outrora os cristãos não tinham permissão para realizarem suas práticas livremente, mas, graças à força vigilante das milícias da divisa da cruz<sup>163</sup> (Bula da Ceia e da Santa Cruzada) estavam protegidos da devassidão dos costumes:

Este Reyno Sempre feliz em testemunho da promessa que ao [seu] prim[eiro] Rey fez o mesmo Deus no tempo de Henrique, Segurando lhe que elle e nos seus descendentes estabeleceria para si hum Im[pe]rio consignando hes as armas deque uzarião, euzando finalmente do mesmo

<sup>161</sup> Dom Sebastião Vide. Op. cit., p. 200. (Grifo Nosso).

<sup>162</sup> Ibid, p. 21.

<sup>163</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Seção de Livros Paroquiais/ Letra 1/ Número 8/ Fol. 6v-10. (Grifo Nosso).

primeiro Rey, e seus descendentes, como de instrumento p.<sup>a</sup> [debelar] as seitas, destruir as infidelidades, e propagar a nossa Santa fe catholica em todas as partes ainda mais Remotas do mundo, agora porem parece que demonstrando tan[to] amor, que Sempre mostrou â Nação portugueza em indignação bem merecida por nossos grandes peccados, do que Se pode justamente [recrear] nos Su ceda o mesmo que aConteceo ao povo Israelitico que tendo Sido o povo amado de Deus chegou depois por Seus depravados delitoz a Ser dos reprovados: ep.<sup>a</sup> que não nos aConteça assim justo he que com inter necidos suspiros nascidos de hua pura contrição, e verdadeiro aRependim.to procuremos [abrandar] a Div[ina]justiça pello que: Admoestamos a todos os nossos Subditos se Abstenhaõ, dos dilitos, que daõ occaziaõ â taõ justas vinganças procuran do Com ternissimas preces, sentidos gemidos, amargozas Lagrimas, e penitencias Corporais mitigar os eminentes Castigos q~ nos ameação Se continuarmos indurecidos na pervercidade das mesmas culpas; e mandamos a todos os Reverendos Parochos desse nosso Bisp.do,que Com catholico zello promovaõ nos animos dos Seus freguezes a piedade, para que incorporados Secongregue nas suas Parochias, ou Capellas distantes da Matriz mais de duas legoas em que houver Capacidade p.<sup>a</sup> Com decencia Se fazer Semelha[n]tefunção por espaço de nove dias q~ principiaraõ q.dodeterminarem os mesmosR.dos Parochos, aquem Recomendamos afação com brevidade nos quais Se espora oSS.moSaCram.to â porta do SaCrario, ediantedetaõ alta, e Suprema Magestade orem Com fervorosa devoção p[e]lla conservação, vida e Saude de Suas Magestade e seus Serenissimas, augmto d[a] Caza Real, perseverança detoda a Religiao Catholica principalm.te daNação Portugueza taõ oprimida de pre[--].te Com horrorozos Castigos: ep.<sup>a</sup>que Com mais fervor[a]f[ação], concede mos indulgencia plenaria, e Remissaõ de todos os peccados.<sup>164</sup>

Desse modo, o bispo entendia o padroado enquanto um pacto para promover a ordem social e o império de Deus. Acreditava, com isso, que graças a essa aliança a Igreja sobreviveu à miséria cultural e intelectual do ocidente antigo. Sobre a qual a história testemunhava a importância desse acordo na luta do “bem e o mal”. Entretanto, em alguns momentos os compromissos dos governos com a Igreja não estavam mais sendo cumprido “*como que Deos Nosso Senhor tem revelado que clamam as Almas no inferno, como mais miúda chuva do inverno, por culpa do Reyno*”.<sup>165</sup>

Assim sendo, as relações entre Igreja e Estado que deveriam “[...] *ser uniforme e ajudar-se mutuamente, conservando uma inalterável harmonia como Moises e Aron no Governo do povo*”<sup>166</sup>, em alguns momentos foram vistas pelo bispo de Mariana como intromissão, “*por muitos modos perturbadores, e inquietadores da boa paz, e harmonia, que desejo*

<sup>164</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livro W-41, fl.14, número 112.

<sup>165</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Sessão de Manuscritos/fls12v-15/Arm 6, pratel. 1.

<sup>166</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Seção de Manuscritos/ Gav. 1/ Pasta 8.

*estabelecer entre todos*".<sup>167</sup> Principalmente, quando essa política gerava redes de inserção e privilégios para alguns padres que viviam em desacordo com o ideal romano, e ao serem ameaçados de correção episcopal, procuravam proteção sob a capa de um determinado grupo de privilegiados. Como se queixa o bispo em 1753:

Estas são, Senhor, as inquietações que experimento e cada vez serão maiores e se não atalharem, e de todas são os principais agentes e motores o arcediogo Geraldo José de Abranches e Cônego Francisco Ribeiro Silva que, com as influencias e instruções que manda o arcipreste José de Abrande e Morais, seu procurador na corte, tudo perturbam e ainda aos mesmos dos quais sei certamente, que alguns os seguem ou por contemporização ou por temor. O arcediogo é de um gênio tão inquieto e arrogante que não só me deobedece mas persuade aos mais que façam o mesmo e com tal imprudência, como fez nesta cathedral na véspera da comemoração dos fiéis, e no seu dia, o que eu presenciei e conta da certidão justa e além disto dos temerariamento mandou na sacristia da mesma cathedral na véspera despir juntamente o sobrepeliz do sacristão que tinha nomeado por provisão [...].<sup>168</sup>

O religioso marianense confiava que por causa dessas redes de privilégios o castigo divino iria recair sobre o império português. Profecia que acreditava ter se confirmado em novembro de 1755, com o grande terremoto que quase destruiu a cidade de Lisboa.

A todos os fieis e cristãos nossos Subditos Saude,epazp<sup>a</sup>sempre/ em JhSus Xp.<sup>o</sup> nosso Senhor,/ quede todos he verdadeiro Remedio Luze/ Salvação fazemos Saber que chegandonos à noticia os lamentáveis/ eStragos, e irreparaveis Ruinas, que por occazião de terremotos, eincen/ dios/ exprimentou a Corte deLisboa com alguas partes do Reyno dePortu/ gal em oprimeiroDia do/ mez deNovembro do anno proximempaSSado,/ permitidos talvez pella Divina justica em demonstraçaõ dojusto castigo/ que merecem os multiplicados peccados comquetemos offendido aSu/ premo Deus, não podendo conter nos olhos as lagrimas, enopei-/ [to] o Sentim.to, nos rezolvemos a fazer publica esta nossa inconsolável/ magoa atodos os nossos/ subditos, paraque ajudandonos achorar comla/ grimas de verdadeira penitencia tem Sensiveis demonstraçois daindigna/ caõ Divina.<sup>169</sup>

Com esse acontecimento ele acreditava aproximar-se o Juízo Final. Isto, porque Cristo havia estabelecido sete sinais de sua vinda para o fim de saber-se quando este acontecimento estivesse próximo. Para ele esses sinais já tinham se cumprindo com um espetáculo de estrelas cadentes, terremotos, furacões, altos mares, pestes, fomes e devastação pelo fogo. Com isso, ele acreditava que o dia do juízo estava próximo. Neste

<sup>167</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Seção de Manuscritos/ Gav. 1/ Pasta 8, 1752.

<sup>168</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico Histórico do Concelho Ultramarino*. N.º Catálogo: 7749.

<sup>169</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. W-41, fl.14.

dia, todas as nações seriam reunidas para o julgamento das irrisórias e insípidas perdições humanas. Mas, todos os que atenderam as mensagens de advertência e obedeceram as ordens do Papa, escapariam dos castigos de Deus e seriam salvos. Como adverte o bispo:

Nação Portugueza taõ oprimida de/ pre[?]te Com horrorozos Castigos: ep.<sup>a</sup>que Com mais fervor[a]f[aça]õ, concede/mos indulgencia plenaria, e Remissaõ de todos os peccados naf[o]rma/ Custumada, et Authoritate Apostolica â Nos conCedida, aos que nos/ dittos nove dias Contritos, Confessados [e]Refeitos] com a Sagrada Communhão/ Vizitarem a Sua Igr.<sup>a</sup>Matriz, ou Capella, emque houver SaCrario, e Capa/ cidadep.<sup>a</sup> Se expor oSenhor naforma Sobredita, e no nono dia Sefara.<sup>170</sup>

Para o bispo ainda naquele século os homens iriam ver descer das nuvens do céu, com poder e grande glória, o Cristo. Esse dia seria de tristeza, ranger de dentes e lagrimas para os homens que só se preocupavam com beber e comer, plantar e edificar, casar e se dar em casamento, galgar posições e que se viam nos lugares noturnos de divertimento. Mas, para aqueles que vigiavam, aguardavam fiéis aos mandamentos de “*Benedito quatorze, majestade de Deos na terra*” seria um dia de júbilo. Estes iriam se juntar ao cortejo das multidões de anjos para exclamar: “*Eis que ê/ste é o nosso Deos, a quem aguardávamos, e êle nos salvará*”.<sup>171</sup>

Esse discurso, sobre o fenômeno da natureza de movimento das placas tectônicas que cobrem a terra que atingiu Lisboa, se insere em um conjunto de instâncias que funcionavam como mecanismos de representações para impor e legitimar o poder social e político das elites eclesiásticas tridentinas. Poder, este, que era simbólico, com capacidade “[...] *de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem*” (BOURDIEU, 1990, p. 167).

Sendo assim, mais do que persuadir o psiquismo da sociedade mineira, induzindo os leigos a obedecerem aos mandos do Papa, podemos observar um tipo de pedagogia cultural que ensinam que o Estado é que deve se submeter à Igreja, e não o contrário. Isto também pode ser observado em outros trechos de seu discurso, como no seguinte: “*fazemos saber, que o nosso/ Santissimo Padre Benedito xiiii. Felissimo é o único Reynante dessa Nação./ Todos devem obedecer às ordens de quem a governa com Paternal affecto para a Salvação de todos os fieis*”<sup>172</sup>

<sup>170</sup>MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. W-41, fl.14.

<sup>171</sup>MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Pastoral de 6/05/1756. W-1, Fl. 15, Número:115

<sup>172</sup>MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. W-41-. fl.8, número 108.

Nas entrelinhas desse discurso, observa-se uma visão oposta ao que se afirma com frequência na historiografia sobre o padroado régio, isto é, que o regalismo enfraqueceu a autonomia papal e fortaleceu o poder do rei, ao ponto dos espirituais ficarem “*desacreditados, desautorizados, desprestigiados e descrentes de sua verdadeira missão, os bispos marianenses deixaram-se acomodar à condição de funcionários régios*” (BOSCHI, 1986, p. 92/ Grifo Nosso). Mas, quando se analisa os documentos dessa época, percebemos que o clero de Mariana estava longe da passividade completa atribuída a essas elites, e agindo para reafirmarem o poder espiritual do Papa e o respeito à hierarquia católica de Trento, como pode ser evidenciado nas palavras do Cônego José dos Santos:

E como também o não fazerem os Pregadores a sua obrigação/ nos Pulpitos, cuydando só nas flores de conceytos aéreos e elevado não/ nos frutos dignos da penitencia que devem colher os ouvintes/dos seos sermoens, he a caua da condenação de muytas Almas, como o testificação muytos/ e lastimosos exem/-plos com que Deos Nosso Snr. tem revelado que cahem as Almas no Inferno [...] muy poucos os operarios de sua siara, pello que muitos/ exorto e admoesto em o Snr. aos Pregadores para que em todos os seos sermoens ainda penegiricos/misturem discurso ascéticos e dou/-triniais em que exagerem a virtude, enfeem o vício o pecado/ e aconcellem a pratica do santo exercício da oração mental e devoção de Nossa Senhora e se algum dos ditos Pregadores/ o que deus não permita/ daqui por diante assim não obatem, o R. do. Pároco nas certidoens que lhes passar para novamente recorrerem pela licenças [...].<sup>173</sup>

Nesse escrito percebe-se uma das principais preocupações do Concílio de Trento, o encargo da pregação adequada para que os fiéis fossem submetidos ao beneplácito do Sumo Pontífice (HANSEN, 2006). Tudo indica, assim, que a elite eclesiástica de Mariana aproximava-se dos valores reformadores de Trento, nos quais há o seguinte discurso sobre a importância da ação pastoral e soteriologia:

Portanto, declara o santo Concilio que, além dos demais graus eclesiásticos, primordialmente os bispos que são os sucessores dos Apóstolos, pertencem à ordem hierárquica, e que eles foram — como diz o Apóstolo S. Paulo, — *estabelecidos pelo Espirito Santo para governar a Igreja de Deus* (At 20, 28) e que eles são superiores aos presbíteros, conferem o sacramento da Confirmação e ordenam os ministros da Igreja, podendo exercer muitas outras funções que os de ordem inferior não podem exercer [cân. 7]. Ensina ademais o sacrossanto Concílio que na ordenação dos bispos e sacerdotes, e na administração das demais Ordens não se requer o consentimento do povo nem de qualquer poder ou magistrado secular, como se, faltando ele, fosse nula a ordenação; **antes estabelece que todos aqueles que chegarem a exercer estes ministérios, sendo chamados e instituídos só pelo povo, pelo poder e**

---

<sup>173</sup>MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro Pastoral C-18, 29v, p.33.

**pelos magistrados seculares, arrogando-se temerariamente estes poderes, não são ministros da Igreja, mas devem ser tidos por salteadores e ladrões, que não entraram pela porta (cfr. Jo 10, 1) [cân 8].** Isto é em resumo o que pareceu ao santo Concílio dever ensinar aos fiéis acerca do sacramento da Ordem. Resolveu também condenar as doutrinas opostas com os seguintes cânones expressos e determinados, para que todos, com o favor de Cristo, valendo-se da regra da fé, possam facilmente conhecer e conservar a verdade da fé católica no meio das trevas de tantos erros.<sup>174</sup>

Este fragmento revela o movimento tentacular da Igreja católica em busca do controle social, em especial de se firmar como único instituto responsável na condução dos costumes espirituais, reafirmando a sua hierarquia. Neste arquétipo, os bispos tinham o papel de centralizar o poder papal, para tornar possíveis as disposições de Trento. Para isso, o tal Concílio recomendava aos mesmos a realizarem visitas pastorais, com a finalidade de coletar informações sobre a situação da sociedade da época, para assim moldarem os valores populares conforme as orientações romanas.

Para seguir essas medidas, o referido concílio recomendava a formação de um clero suficiente em números e bem instituído, na doutrina e na moral, para cumprir os mandamentos de Cristo, que supostamente pediu em sua última ceia que seu supremo sacrifício fosse atualizado por meio dos padres, sob a forma de consagração do pão e do vinho. Mas,

O pão da Doutrina Cristã deve-o repartir o Pároco a estes ignorantes tão bem partido e esmiuçado, que o possam comer e digerir. Porém a isto faltam ordinariamente os Párcos, como o lamenta Jeremias. Os pequenos pediram pão, e não houve quem lho partisse, para que o pudessem comer.<sup>175</sup>

Assim sendo, para solucionar os problemas com o número insuficiente de sacerdotes preparados para administrar os sacramentos, catequisar e “salvar” almas, o alto clero colonial arquitetou distintas e intensas maneiras de recrutarem novas vocações sacerdotais. No caso de Mariana, a primeira elite clerical, considerando que “*a colheria é grande e são poucos os trabalhadores da vinha*”, lançou mão de princípios e critérios dominantes e periféricos para a formação, profissionalização habilitação sacerdotal.

---

<sup>174</sup>Concílio de Trento Sessão XXIII. Op. cit.

<sup>175</sup>Jorge Benci. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 95.

### 3. As Ordens Sacras na Diocese de Mariana

Durante a primeira administração episcopal de Mariana, a adesão as *Ordens Sacras in persona Christi capitis e in nomine Christi*<sup>176</sup> aconteciam em rituais festivos dedicados a S. Pedro.<sup>177</sup> Nessas circunstâncias, às nove da manhã, os sinos da Catedral tocavam 12 vezes. Quando silenciavam, os cavaleiros dos corpos auxiliares e das ordenações militares portuguesas se reuniam na porta do palácio episcopal, onde o Capitão-Mor mais ancião da cidade dirigia-se até o bispo e após beijar-lhe as mãos recebia a divisão da Cruz. Em seguida, portando tochas de fogos saíam em cortejo rumo à Rua da Olaria, onde as portas do Seminário de N. S. da Boa Morte se abriam e o reitor sai carregando uma cruz coberta por véu, seguido por filas de seminaristas divididos em ostiariatos, exorcizatos, leitoratos e acolitatos, que carregavam o estandarte de S. Pedro e cantavam em coro. Após esses, saíam os futuros subdiaconatos e diaconatos carregando o galo de S. Pedro. Por fim, saíam os futuros presbíteros carregando um andor com a imagem de S. Pedro. Em seguida todos se dirigiam a igreja da Sé.<sup>178</sup>

Quando chegavam a Catedral, os sinos repicavam e as portas eram abertas. O reitor do seminário entrava e se dirigia a lateral direita, onde depositava a cruz e subia ao púlpito para pronunciar o prelúdio de acolhimento dos futuros clérigos e seus padrinhos, que se acomodavam nas cadeiras da frente. O coro entoava a antífona inicial e o sacristão abria o enorme cortinado, vermelho, franjado, contido por cordões de torços dourados e arrematados por borla de franjas. Nesse momento, os presentes se ajoelhavam e podiam ver no altar o bispo sobre seu trono, com capa pluvial vermelha e mitra bordada em ouro, cercado pelo Cabido. Todos se silenciavam e o governo da Sé de pé osculará, abençoando depois o povo e dando início à missa das Ordens Sacras com a entronização e coroação da imagem de S. Pedro no altar-mor. Após isso, a cerimônia prosseguia em sete momentos: Eleição dos candidatos (tonsuras), vestição da toga e da casula, propósito dos eleitos, ladainha, imposição das mãos e prece de ordenações, unção das mãos e entrega do pão e do vinho, e oferta das dádivas<sup>179</sup> pelos padrinhos (padres).<sup>180</sup>

---

<sup>176</sup>CERIMONIAL DOS SACRAMENTOS DA SANCTA MADRES IGREJA ROMANA, O [1730]. **Arquivo do Seminário São José (Mariana)**. Sessão de Obras Raras. Cód. 515. Cax. 07.

<sup>177</sup>MARIANA. **Arquivo da Arquidiocese de Mariana**. Livro das Ordenações Sacerdotais (1749- 1762).

<sup>178</sup>Ibid.

<sup>179</sup>Segundo Marcel Mauss, dádiva é um sistema de oferendas contratuais que estende-se muito além da troca de elementos materiais. Marcel Mauss. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003, p. 194-195.

Antes, porém, após a leitura dos evangelhos eram realizadas as *Ordens não Sacras*. Nesse momento, o cônego mais jovem se dirigia ao pupilo e convocava pelos nomes os candidatos que após coleta de informações junto a pessoas fidedignas e desinteressadas (de *Genere*) foram considerados dignos de receber às Ordens Menores. Em seguida, esses eleitos caminhavam até o estandarte de S. Pedro para que o referido cônego realizasse no couro cabeludo de suas cabeças um corte circular conhecido por “*prima tonsura*”. Depois, entregava aos candidatos ostiariatos chaves, para que a partir daquele momento pudessem abrir e fechar as igrejas, tocar os sinos, cuidar dos vasos de plantas e impedir que os fiéis subissem nos altares das igrejas, encostassem-se a ele ou colocassem chapéus. Repetindo o gesto, o religioso segurando livros “santos” e dirigia aos leitoratos, a quem competia fazer leituras bíblicas na liturgia conventuais das matinas, ensinar o catecismo na comunidade, benzer pães e frutos. Por fim, retirava cruces e as entregavam aos acolitatos, atribuindo-lhes funções de tocar a sineta ou corrilhão e segurar a patena nas missas ordinárias.<sup>181</sup>

Terminado esse momento, o cônego mais ancião se dirigia ao pupilo e convocava os habilitados às Ordens Maiores de subdiaconato e diaconato, que se posicionavam diante da imagem do galo de S. Pedro e após tonsura recebiam de suas mãos os paramentos de seus graus. Os primeiros recebiam a batina, o amito, a alva, a tunicelha curta sem costura e o barrete preto, e após esse ato podiam preparar o pão, vinho e os vasos sagrados para as missas ordinárias, pingar água no vinho para eucarística e servir os diáconos. Aos segundos ao invés da tunicelha era entregue a estola transversal e a partir daí podiam cobrir o cálice com a pala na hora da consagração da hóstia, enxugar o cálice após as “abluições” e depois cobrir o cálice com véu e leva-lo para a “credência”. Concluído esse ritual, iniciavam-se cantos e o bispo dirigia-se a imagem de S. Pedro e a osculava no meio, encerrando a cantoria com o anuncio dos nomes dos habilitados à tonsura presbiteral in persona Christi capitis. Após isso, seguia-se na forma costumeira, com o ritual de vestimenta dos ordinandos com a toga e casula pelos padrinhos, que caminhavam até os pais (pai) para receberem as vestes litúrgicas a serem apresentadas ao presbítero para benção e aspersão. Em seguinte, as cortinas do altar se fechavam e iniciava-se a vestidura propriamente dita.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup>MARIANA. **Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Livro das Ordenações Sacerdotais** (1749- 1762). Cód. 515. Cax. 07.

<sup>181</sup>MARIANA. **Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Livro das Ordenações Sacerdotais** (1749- 1762).

<sup>182</sup>MARIANA. **Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Livro das Ordenações Sacerdotais** (1749- 1762).

No início, os padrinhos entoando castigos vestiam seus afilhados com a alva, uma túnica branca e longa, presa na altura da cintura por um tipo de cinto chamado de cingulo, colocava sobre o peito, atravessado pelo pescoço, uma faixa de tecido bordada chamado de toga, e, por fim, uma vestimenta bordada em ouro que cobria todo o corpo do ordenando, chamada de casula. Em seguida, cada padrinho beijava o afilhado e as cortinas do altar abriam-se novamente para que o ritual prosseguisse na forma costumeira com o propósito dos eleitos, onde os candidatos se postavam de joelhos aos pés do bispo e se comprometiam fidelidade ao ministério, a doutrina e as ordens do Papa, acima de qualquer mando temporal. Após esse ato, o bispo erguia-se e iniciava-se ladainha (Trento – Sessão VII)<sup>183</sup> lembrando os setenta sacerdotes mais velhos, de Moisés até Paulo.<sup>184</sup>

Terminada as invocações, aconteciam à imposição das mãos episcopais e a prece de ordenação. O bispo caminhava até o altar-mor, inclinava-se sobre o faldistório, deixado à frente do altar, de costa para o povo, e fazia oração. Em seguida, voltava até os ordinandos de joelhos, em silêncio e impunha sobre suas cabeças as mãos. Após esse gesto, os ordinandos prostravam-se durante longo silêncio, terminado com a oração da ordenação cantada pelo presbítero.<sup>185</sup>

Encerrada essa parte, iniciava-se a unção das mãos dos candidatos com sândalo e a entrega de alguns símbolos do ministério da Ordem. Nesse momento, os presbíteros ficavam de joelhos, o bispo fazia nova oração e amarrava as mãos dos ordinandos com doze nós, que eram desamarrados um a um pelos cônegos da Sé. Logo após, o presidente do Cabido trazia o pão na patena, o vinho e a água no cálice, para a celebração da Missa. O coro tocava a antífona da comunhão e depois os neossacerdotes recebiam dos padrinhos os anéis de pescador com 12 pedras coloridas. Por fim, esses rezavam diante do altar-mor e se dirigiam para o centro da nave da igreja, onde eram acolhidos pelo governador da capitania, que em nome do rei, os presenteavam, em geral com cavalos selados.<sup>186</sup>

Terminado esse momento, a chancelaria episcopal passava aos ordinandos células de ordenações de presbiterado e de missa, autenticadas pela assinatura do prelado celebrante, do padrinho e pelo sele da Sé, lançando os nomes dos neossacerdotes no

---

<sup>183</sup>CÂNONES SOBRE O SACRAMENTO DA ORDEM, Os. Roma. **Associação Cultural Montfort**. Disponível em: < <http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

<sup>184</sup>MARIANA. **Arquivo da Arquidiocese de Mariana**. Livro das Ordenações Sacerdotais (1749- 1762).

<sup>185</sup>Ibid.

<sup>186</sup>MARIANA. **Arquivo da Arquidiocese de Mariana**. Livro das Ordenações Sacerdotais (1758- 1762). Cód. 515. Cax. 07.

caderno das ordenações sacerdotais. Após isso, o bispo levantava-se do trono com o báculo em mão e, tendo as pontas da capa magna seguradas pelos mais dignos clérigos da diocese, os chamados cônegos silvestres, saíam em procissão até o adro da matriz, para assistir aos familiares dos ordinandos darem à liberdade a um de seus negros, do sexo masculino, maior de 14 anos, que em agradecimento a esse gesto de “misericórdia” participavam das ofertas e despesas das igrejas, capelas e matrizes do bispado.

Enfim, os sinos tocavam o meio dia, o bispo e sua corte retornava a catedral, as portas fechavam, e iniciavam-se as manifestações populares, tais como jogos, danças, comidas e bebidas, que durava até, aproximadamente, as 15:00 h/s. Nesse momento, os sinos tocavam novamente para início das ordens sacras *in nomine Christi*, isto é, dos ordinandos dispensados do *defectus natalium* (nascidos de matrimônio ilegítimos), da pureza de sangue ou do patrimônio material. Essa era celebrada às portas fechadas, tendo a participação dos ordinandos, seus familiares, amigos e os frades de S. Francisco de Assis ou de Paula, responsáveis por conduzir a liturgia no altar lateral da direita, como era de costume. Por fim, eram lançados, por norma, em pequenos cadernos os nomes dos ordinandos que aceitaram as ordens sacras do presbiterado ou de missa.

Como se pode perceber, o ingresso ao clero secular era ritualizado por gestos, atitudes, hábitos e discursos que atribuía significados de nobreza, honra e prestígio aos seus membros, criando-se, dessa forma, múltiplas hierarquias e gradações simbólicas baseadas, em primeira instância, em estratificações econômicas, como a propriedade da terra e de escravo, e extra econômicas, como a cor e o ideal de pureza de sangue, que reforçavam os mecanismos de dominações, ao mesmo tempo que permitiam aos indivíduos alimentarem sonhos de mobilização social dentro da ordem existente. O clero tornava-se, assim, reduto quase que exclusivo das camadas privilegiadas da região.

Entre 1749 e 1762 foram celebradas 13 rituais de ordens, nas quais receberam graus 454 vocacionados distribuídos da seguinte forma:



**Figura 6: Celebração de Ordens na Diocese de Mariana**

Fonte: Pasta dos processos de habilitação de Genere da Diocese de Mariana

Para ter-se acesso a esses graus no clero colonial era exigido dos vocacionados e de seus familiares a comprovação de sangue e respectiva de nunca ter exercido profissões mecânicas ou possuir lojas abertas, princípios que eram minuciosamente averiguados mediante inquirições conhecidas como processos de *Genere*.

#### 4. O Processo de Habilitação de Genere

Em Mariana, a habilitação ao clero secular passava por inquirições das origens sociais e dos antecedentes morais dos futuros membros ao clero, em acordo com o rígido processo de seleção definido pelo direito canônico e pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Pelos quais:

Mandamos que os que quizerem ser promovidos, assim a Ordens Menores, como Sacras, depois de examinados, e aprovados nos fação petição, declarando nella seu nome, e sobrenome, e os de seu pai, e mãe, e da terra d'onde são naturaes, e onde residem, ou residirão considerável tempo; o qual será a nosso arbítrio. E na sua petição se lhe porá por despacho, que se parte carta de vita, et moribus, a qual, passada em seu nome, irá por nós assignada, ou por nosso Provisor; e nella se mandará ao Parocho ou do Ordenando, e aos mais Parochos do lugar, onde ele residir, ou tiver residido tempo considerável, que no primeiro Domingo, ou dia Santo á estação da Missa denunciem, como natural de tal Freguezia [...] e que se alguma pessoa souber dos impedimentos abaixo declarados, se lhe manda com pena de obediência, e de excomunhão maior o diga [...] (Título LIII, p. 244).<sup>187</sup>

<sup>187</sup> Dom Sebastião Monteiro da Vide. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720.) Transcrito e impresso pela editora do Senado referencias de citação não costa, 1707, p. 92-93,

Como evidencia o excerto, por meio dos processos de *Genere* as autoridades eclesiásticas realizam um trabalho sumário de investigação das origens sociais e dos antecedentes morais dos futuros membros do clero. Sua institucionalização vincula-se aos estatutos de “*pureza de sangue*”<sup>188</sup> cominados em 25 de janeiro de 1588 pelo Papa Xisto V, através da breve “*Dudum Charissimi in Christo*”<sup>189</sup>, que proibia a ocupação de cargos eclesiásticos por gerações de mestiços que apresentassem mesclas de sangue com judeus, cristãos novos, árabes ou negros. Medidas que foram aceitas sem reservas em Portugal e nos territórios de seu império, promulgadas em sínodo provincial do *bispado de Funchal*, realizado em setembro de 1588 (SILVA, 1946, p. 98-214).

Após o período de mais de um século, na América portuguesa essas definições foram adaptadas às especificidades do território (LONDOÑO, 1992), com a publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que além dos cristãos novos, negros, mouros e turcos excluía do seguimento eclesial os homens pobres, com mescla de sangue com índios e pardos, nascidos livres ou forros; de uniões consensuais ou de casamentos defeitos, que possuía “defeitos” físicos, demências, mancebia ou vida dissoluta.<sup>190</sup> Daí em

---

<sup>188</sup>Na Espanha foram instituídos em 1449, pelo “estatuto de pureza de sangue” do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, que impediam que descendentes de mouros, negros ou judeus ocupassem cargos oficiais na justiça e na fazenda, ingresse na escola, Ordens militares ou religiosas. In: De Genere Et Moribus. Disponível em: < <http://www.documentacatholicaomnia.eu/> > Acesso em: 07 set. 2010.

<sup>189</sup>DUDUM CHARISSIMI IN CHRISTO. In: Instituído Camões. Gaveta II. Disponível em: < <http://www.cvcintituto-canoes.pt/biblioteca-digita> >. Acesso em: 07 set. 2010.

<sup>190</sup>Eram condições para Ordenação Sacerdotal: “1- Se o ordenando é batizado, e crismado./2 - Se é, ou foi herege, apóstata de Nossa Santa Fé, ou filho, ou neto de Infiéis, Hereges, Judeus, ou Mouros; ou que fossem presos, e penitenciados pelo Santo Ofício./3 - Se é legítimo, havido de legítimo Matrimônio./4 - Se tem parte de nação Hebréia, ou de outra qualquer infecta: ou de Negro, ou Mulato./5 - Se é cativo, e sem licença de seu senhor se quer ordenar./6 - Se tem idade para receber a Ordem que pretende: convém a saber para a primeira tonsura, Hostiário, Leitor, Exorcista ao menos sete anos completos, e para Acólito doze./7 - Se é corcovado, ou aleijado de perna, braço, ou dedo, ou tem deformidade, que cause escândalo, ou nojo algum a quem o vê./8 - Se lhe falta a vista especialmente no olho esquerdo, ou se tem tal belida (sic) em algum deles, que cause deformidade./9 - Se é enfermo de lepra, ou gota coral, ou de outra doença contagiosa./10 - Se é vexado, ou assombrado do demônio./11 - Se é abstêmio, de maneira que quando bebe vinho lhe venham vômitos: ou pelo contrário, se é demasiado no beber vinho ou se se toma dele./12 - Se cometeu algum homicídio, ou se por alguma via foi causa dele: se cortou membro a alguém, ou foi causa disso, ainda que fosse por autoridade da justiça, como sendo Juiz, Acusador, Testemunha, Meirinho, Notário, Acessor ou Procurador./13 - Se foi causa de algum aborto, fazendo morrer alguma mulher./14 - Se é bígamo por alguma espécie de bigamia./15 - Se é blasfemo, arrenegador, ou acostumado a jurar, revoltoso, tãful, ou de ruins conversações./16 - Se é concubinário, ou tido e havido por incontinente./17 - Se cometeu algum crime, pelo qual esteja querelado, ou denunciado às justiças seculares, ou Eclesiásticas./18 - Se por algum delito fez penitência pública, ou se incorreu infâmia de fato, ou de direito./19 - Se está excomungado, suspenso, ou interdito./20 - Se tem, ou teve alguma tutoria, ou ofício da administração da fazenda Real, ou de alguma pessoa particular, em razão da qual esteja obrigado a contas./21 - Se é casado por palavras de presente, ou futuro, tendo jurado, ou prometido de receber alguma mulher./22 - Se vem constringido a tomar Ordens por força, ou medo grave, que lhe faça alguma pessoa./23 - Se é frequente em se confessar, e comungar./24 - Se é natural deste Arcebispado, ou nele se tem feito compatriota/25 - Se tem idade para receber a Ordem, que pretende: convém a saber, se tem entrado em vinte e dois anos para a Epístola, em vinte e três para Evangelho, e vinte e cinco

diante os prelados passaram a serem admitidos após minucioso processo de investigação da “pureza de sangue”, bons costumes e fidelidade doutrinal:

Se fação, como devem, as diligencias (1) de vida e costumes aos Ordenados, e concorrão nelles as qualidades que o direito, e Concílio de Trento requerem, e sejão, só admitidos a ordens aquelles de que se pôde esperar exemplo de vida, mandamos que os que pois de examinados, e aprovados no fação petição, declarando nelas naturaes, e onde residem, ou residirão os de seus pais, e mãe, e de terra d’onde são nosso arbitro. E na sua petição se lhe porá por despacho, que se por nós assignado, e nella se mandará ao (2) Parochô da Ordenando, e aos mais Parochos do lugar, onde ele residir, ou tiver residido tempo considerável, que no primeiro Domingo, ou dia santo á estação da Missa denunciem, com N. natural de tal freguesia, ou nella residente, filho de N. e N. se quer ordnar de taes Ordens: e que se alguma pessoa souber de impedimentos (3) abaixo declarados, se lhe manda com pena de obediência, e de excomunhão maior o diga [...] (Título LIII).<sup>191</sup>

De acordo com esse documento, datado de 12 de junho de 1707, esses processos deveriam ser requeridos em época de “*prima tonsura*” (coroa de clérigo), por candidatos que já tinham 15 anos de idade, completado o Curso preparatório de seminário e que mostrassem ter vocações ao estado eclesiástico. Respondidas essas obrigações, eles deveriam dirigir-se a Câmara eclesiástica da diocese para depositarem os benefícios para diligências de processos. Nesta ocasião o tesoureiro-mor da mitra deveria entregar-lhes recibo, pois caso a quantia depositada fosse maior que as despesas poderiam solicitar reembolsos. Em seguida, os candidatos eram encaminhados ao escrivão da referida Câmara, que registrava nos autos da petição as características físicas do habilitante (tom da pele, cabelo, olhos, formato do nariz, número de dentes e vestuário), a naturalidade e ofícios dos pais, dos avós paternos e maternos. Após isso, eram copiadas as certidões de batismo dos habilitandos e de seus ascendentes, as certidões de casamento dos pais e avós, e, em alguns casos, as cartas de compatriotas.

---

para a Missa./26 - Se está suspenso, por se ordenar antes da idade legítima, ou por ser ordenado fora dos tempos determinados por direito ou sem licença do seu Prelado, ou por falta./27 - Se no Benefício, Pensão ou Patrimônio, a cujo título se ordena, há algum engano, pacto, ou simulação, porque não fique seguro, e se dele está de posse pacificamente./28 - Se exercitou algum ato de Ordens estando censurado./29 - Se tem renunciado a Benefício, ou dimitido (sic) a pensão, ou alheado Patrimônio, a cujo título se ordena”. Dom Sebastião Monteiro da Vide. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720.) Transcrito e impresso pela editora do Senado referencias de citação não costa, 1707, p. 87.

<sup>191</sup>Dom Sebastião Monteiro da Vide. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720.) Transcrito e impresso pela editora do Senado referencias de citação não costa, 1707, p. 92-93,

Registrado esses dados, as petições eram encaminhadas ao bispo da diocese, que deveria conferir as declarações feitas com os párocos das freguesias dos habilitantes e de seus ascendentes. Para isso, esses párocos deveriam anunciar durante a estação da missa do primeiro domingo do mês, ou em dias santos, os nomes dos candidatos ao sacerdócio, interrogando os fregueses sobre a naturalidade desses, local de residência, profissão, legitimidade das condições familiares de seus genitores e progenitores, se esses, pais ou avôs, foram hereges ou apostados de fé católica, possuíam antecedentes criminais, de direito ou de fato, ou se foram condenados a penas públicas. Caso houvesse denúncias, as autoridades eclesiásticas tinham que registrá-las por escrito e conferi-las com quatro testemunhas, fidedignas e desinteressadas. Terminado essa etapa, os relatos eram entregues a Câmara Eclesiástica, onde o bispo reunia-se com sua “corte” e decidia pela admissão dos candidatos. Seria adequado que só autorizassem a ordenação dos zelosos, instruídos e de elevado nível moral:

Dispoem, que se ordenem, sómente aquelles sujeitos, que os Bispos julgatem uteis, e necessarios á sua Igreja, e neste nosso Arcebispado São mais necessarios Clérigos para Cura das Almas, Missionários Zelosos, e Confessores, do que Clerigos Estravagantes, ordenados somente a título de Patrimônio, sem outra sciencia mais que para dizer Missa, os quaes além de serem de pouca utilidade para Igreja, muitas vezes vivem tão esquecidos de sua obrigações, que chegão a ser afronta do seu estado e denar algum de primeira tonsua, ou de Ordens Maiores, não será admitido ellas, sem mostrar primeiro no exame que tem estudo (Título L).<sup>192</sup>

Após essa investigação das origens familiares e dos costumes, para receber as Ordenações Presbiterais as famílias deveriam transferir parte de seus bens para a propriedade eclesiástica, por meio de doações de terras, títulos, ações ou imóveis. Aqueles que não tinham condições de arcar com esse processo eram encaminhados ao ministério presbiteral ou missal de S. Francisco de Assis (Franciscano) ou S. Francisco de Paula (Mínimos).<sup>193</sup>

É bem conhecido o valor heurístico dos processos de *Genere* para a reconstrução da história social e da Igreja católica brasileira. Lançados por normas em pequenos cadernos, cujos fólios são autenticados por assinaturas e selos diocesanos, essas fontes são

---

<sup>192</sup> Dom Sebastião Monteiro da Vide. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720.) Transcrito e impresso pela editora do Senado referencias de citação não costa, 1707, p. 87.

<sup>193</sup> **SACRUM COMMERCIIUM**. Disponível em: < <http://www.documentacatholicaomnia.eu/> > Acesso em: 07 set. 2010.

importantes instrumentos de pesquisas para traçar os perfis e inserções sociais dos habilitandos ao clero, como a naturalidade, local de residência, profissão, legitimidade de condições econômicas, seus pais, avós paternos maternos. Neles há anúncios do dia, local, presidente da mitra, dos examinadores responsáveis pela aceitação dos ordinandos e os nomes dos escrivães encarregados pelos registros escritos. Também nos permitem verificar os nomes dos candidatos que foram promovidos ou reprovados em primeira tonsura e ordens menores até, finalmente, a ordenação sacerdotal. Sendo assim, neles arrolam informações sociais, prosopográficas e demográficas que nos permitem estudar as histórias de vida dos clérigos coloniais, e como essas se entrecruzavam com as hierarquias e gradações simbólicas do *Antigo Regime*.

Para a diocese de Mariana, no período de 1749-1762, foram registrados 231 desses processos de habilitação ao clero. Sobre as origens dos habilitantes consta que 104 eram de Portugal, um do Maranhão, três da Paraíba, um de Pernambuco, dois da Bahia e oito do Rio de Janeiro, 10 de São Paulo, 102 de Minas Gerais e um não identificado. Vejamos detalhadamente a distribuição desses processos ao longo do período (Figura 1):

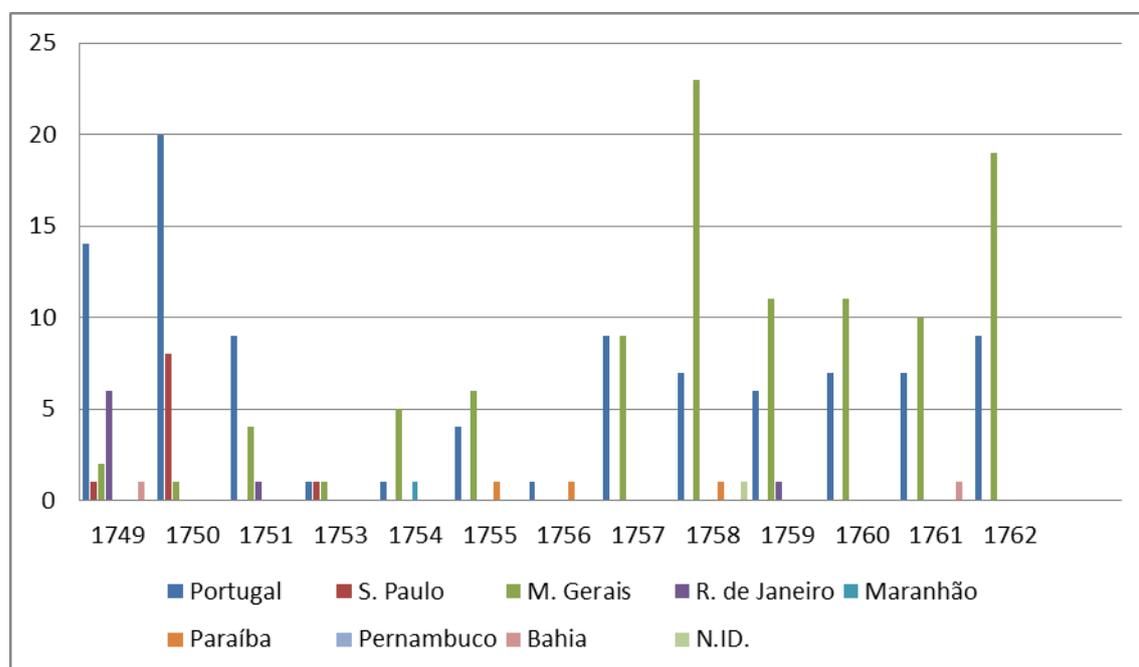


Figura 7: Distribuição desses processos de Genere  
Fontes: De *Genere* do Arquivo Eclesiástico de Mariana

Face a estes dados, podemos considerar que o clero setecentista promovido na área geográfica de Mariana foi formado pela migração de longo, médio e curto alcance, com fronteiras que frequentemente ultrapassavam os espaços nacionais.

Em escala minoritária temos o movimento migratório de médio alcance, representado pelos processos abertos por nordestino: maranhenses (0,4%), pernambucanos (0,4%), baianos (0,8%) e paraibanos (1,2%). Sendo que três desses foram considerados inaptos às ordens sacras presbiteral ou de missa, a saber: José Ferreira Souto, dr. José Lopes Ferreira da Rocha, Antônio Araújo de Carvalho.

José Ferreira Souto era de família rica e distinta na Paraíba. Seu pai ocupou inúmeros postos de prestígio, foi capitão-mor nas ordenações, provedor de contratos da fazenda real e juiz da alfandega. Possuía elevado nível intelectual, sendo formado pelos jesuítas “*desde as primeiras letras*”. Sua escrita era “*correta e culta. Típica de pessoas nobres*”. Moralmente, “*demonstrava piedade, retidão e admirável gosto pela sagrada ordem*”. Em tudo era virtuoso e não tinha impedimento de sangue. No entanto, foi descoberto que sua irmã vivia com filhos e abandonada pelo marido, “*pessoa/ herege e infiel [...] entregue ao cárcere no dito tempo/ por ministrar os sacramentos par/ticulares [?] da [crença?] na Lei de Moisés sem permissão da Santa Igreja*”. Por tal motivo, o juiz de *Genere* achou por bem que o sacramento da ordem fosse negado a esse habilitando, lhe passando certidão de pureza de sangue e formação teológica e cartas de recomendações para que “*receba os Santos Sacramentos das Ordens Presbiteral e de Missa no Rio de Janeiro no Bispado ou em uma das muitas casas de regulares que tem por lá*”.<sup>194</sup>

O baiano José Lopes Ferreira da Rocha, por sua vez, era doutor em letras pela universidade de Coimbra. Filho de família rica, de pureza de sangue e elevada formação. Sendo educado desde a infância em Portugal por um tio paterno que era jesuíta. Mas, não tinha o perfil necessário para receber as ordens sacras nessa diocese, pois “*falta-lhe modéstia, zelo e asseio para celebrar o Santíssimo Sacramento*”. Não tinha higiene na loba, andava de chinelas e “*o cabeção não cabe em sua cabeça. Mal formada e grande, como os olhos e boca. Típicos da gente dessa terra*”.<sup>195</sup>

Já Antônio Araújo de Carvalho era baiano, de família fidalga e formado pelo seminário da Conceição da Bahia, onde tinha sido reprovado por “*falta de asseio e*

---

<sup>194</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. José Ferreira Souto, 1755.

<sup>195</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. José Lopes Ferreira da Rocha, 1755.

*modéstia para celebrar os sacramentos*”. Tinha um pequeno defeito físico na mão direita. Mais precisamente “*um corte que não sara*”. Veio para Mariana tratar essa enfermidade, instalando-se na companhia de seu tio, que era capelão da confraria de S. Francisco. Em 1756, “*por já estar curado da ferida*”, abriu processo de habilitação às ordens sacras na diocese da cidade, na qual foi recusado porque “*um dos seus dedos da mão direita é defeituoso. Não tendo firmeza para segura a hóstia Santa*”.<sup>196</sup>

Pelos dados do gráfico podemos perceber em escala média o movimento migratório de curto alcance, representado pelos processos abertos por candidatos oriundos da região sudeste: Rio de Janeiro (3,4%) e São Paulo (4,3%). Sendo todos estes aprovados ao sacramento das ordens.

Os paulistas que receberam o sacramento da ordem eram de famílias ricas e tiveram formação eclesiástica no seminário dos jesuítas. Mas, nem todos respondiam aos ideais de pureza de sangue, sendo recorrente entre o grupo a mescla de cor com indígenas. Apesar disso, o juiz de *Genere* achou por bem conceder o perdão aos paulistas, que vieram devido à sede vacante na diocese de São Paulo, que durou entre 1748 e 1759.

Os cariocas, por sua vez, vieram a partir de diferentes experiências. Parte deles era pobre, com mescla de sangue com cristãos novos e negros, e foram para região em missão na época em que está estava subordinada a diocese do Rio de Janeiro, onde receberam formação, perdão dos defeitos, atestado de condutas e declaração de aptidão as ordens sacras. Por tal motivo, para não contradizer os mandos dos bispos fluminenses, e amizade de muitos deles com membros do clero, o juiz de *Genere* autorizou a habilitação e o bispo de Mariana permitiu que esses fossem ordenados pelos frades de S. Francisco de Assis. Outros deixaram o Rio de Janeiro após formação beneditina, jesuíta ou carmelita, e se secularizaram em Mariana por meio de relações parentais e de amizades com membros nomeados ao alto clero de Mariana. Francisco de Paula Nascente, por exemplo, recebeu formação na congregação dos jesuítas e recebeu ordens de diaconato na diocese do Rio de Janeiro. Foi para Mariana após nomeação de seu tio, doutor Domingos Luís da Silveira, ao cargo de escrivão de *Genere*.

Pelos processos de habilitação de *Genere* também se encontra uma alta proporção de migração de longo alcance representada por portugueses que deixaram o bispado de

---

<sup>196</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. José Lopes Ferreira da Rocha, Antônio Araújo de Carvalho, 1759.

origem e vieram receber as ordens sacras nesse lado do Atlântico. O gráfico a seguir ilustra os locais de onde esses vieram:

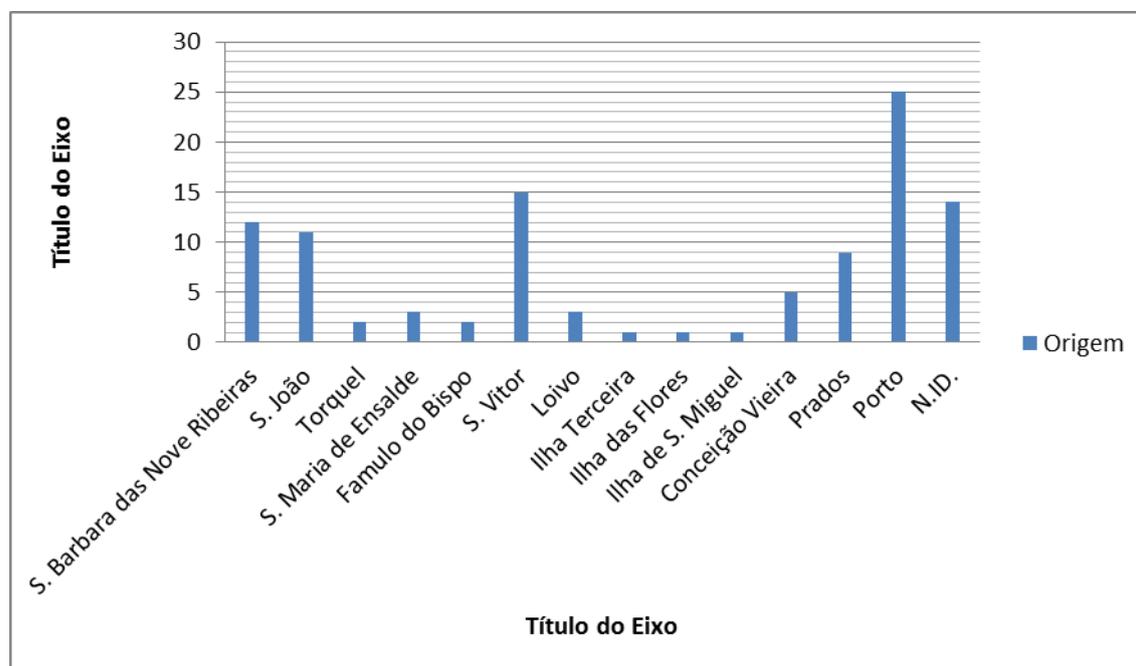


Figura 8: Origem dos Portugueses Ordenados na Diocese de Mariana  
Fontes: De *Genere* do Arquivo Eclesiástico de Mariana

A análise do gráfico referente à naturalidade dos portugueses que se receberam o ministério sacerdotal em Mariana nos permite observar que grande parte desses era oriundo do norte de Portugal, que se se distingue por ser uma região pobre, com uma economia agrícola baseada no minifúndio e com a família completando sua renda com atividades artesanais (RAMOS, S/d).

Segundo o estudo de Caroline Brettell (1991), essas características produziram um fenômeno intenso de imigração de indivíduos dessa região. A migração foi, assim, uma das características culturais e estruturais da formação e organização das famílias, domicílios e da sociedade em Portugal, de onde muitos foram os que partiram para América em busca de melhores condições de vida, e, pretendiam, após fazerem fortunas, regressarem a terra natal, algumas vezes para cumprir promessas matrimoniais. Entretanto, é provável que poucos tenham retornado contribuindo para que fosse recorrente naquela sociedade os casamentos desfeitos, mulheres solteiras, algumas vezes abandonadas e até com filhos ilegítimos. Ao que tudo indica, esse amplo movimento migratório português, também constituiu-se enquanto traço cultural das vocações sacerdotais no Reino. Através da

documentação consultada evidenciam-se os seguintes motivos apresentados por esses para justificar a vinda e comprovar o mérito à Ordem Sacra de Missa:

Motivos	Bispado de Lamego	Bispado de Braga	Outros
Cuidar de Parentes doentes nas Minas	2	8	0
Amizade/Família no Clero	6	2	3
Acompanhando Irmãos/Irmãs	12	9	0
Restrição de Patrimônio	16	8	2
Restrição de Formação	11	2	2
Outros Motivos	13	1	7
Total	60	30	14

Fonte: De *Genere* Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Do percentual total de homens ordenados contabiliza-se que 9,6 % vieram para cuidar de parentes doentes. Isso, porque, alguns de seus parentes que estava na região ao adoecer solicitaram a vinda dos familiares que queriam “a pé de si”. Em geral, para atender ao pedido, os familiares enviavam a América um dos membros solteiros. Como em alguns casos, o único solteiro estava no seminário, não tendo outro recurso, era ele quem vinha. Por outro lado, 10,5% dos candidatos vieram por amizade ou por causa de parentes no clero, acompanhando-os ou atendendo aos seus convites. Já 21,1% vieram acompanhando familiares em especial irmãs que procuravam seus maridos vindos para a região, prometidas em casamento nesse lado do Atlântico ou, mais comum, as que vinham acompanhando o marido. No entanto, a grande maioria, 39,4% só veio devido a restrições nos processo de habilitação ao clero secular em Portugal. A primeira dessas diz respeito a “pouca inteligência” do candidato, visto que o preparo formal de padres exigia exames de saber ler e escrever, dominar as regras e direitos da Igreja, habilidades em artes, música e o conhecimento sumário de ciências. Em alguns momentos, os candidatos ao serem reprovados nos exames dos cursos de formação sacerdotal optaram pela migração para as minas.

É o caso, por exemplo, de João Lourenço Feytal, que após terceira restrição a sua ordenação presbiteral no bispado de Lamego, por “pouca inteligência em homilias dos Santos”, veio para o novo bispado em busca de perdão de seu “defeito”. Chegou em 1749 e após instalar-se no Morro da Passagem abriu esse processo, onde apresentou a Padre Agostinho Francisco da Costa carta de indicação de formação suficiente em escritura sagrada, ciência eclesiástica e regras concernentes aos ritos dos sacramentos, atestado de alto nível moral, disciplina e dotes em alfaiataria. Documentos munidos com o selo de chumbo e firmados junto a Dom Henrique, que foram aceitos sem restrições e o candidato submetido a exame de prova de “homilias dos Santos”, na qual foi considerado “defeituoso”, pois “erradamente conhece as Bullas de nossa Santa Igreja Romana”. Para superar essa “carência” intelectual foi entregue aos cuidados de Padre Matias Antônio Salgado, que demorou pouco mais de sete anos para conseguir que o candidato fosse aprovado nos exames.<sup>197</sup>

Outra das restrições diz respeito ao exame de patrimônio do candidato. Exigia-se o suficiente para que o futuro padre tivesse uma econômica doméstica próxima ao dos demais da região. Entre os portugueses reprovados por falta de patrimônio estava Agostinho Ferreira da Costa, que deixou a Freguesia de Saraquillho, em Monte Alegre, após ficar endividado com as mensalidades do seminário, veio para a Bahia, onde ingressou no Seminário de N. S. da Conceição, e novamente não conseguiu custear as mensalidades. Por isso, resolveu dirigir-se às Minas Gerais, onde fixou residência na Vila de São João Del Rei. Em seguida solicitou na Câmara Eclesiástica de Mariana diligência de hábito. O pedido foi reprovado, visto que o candidato “não tem rendimento e mais bens capazes e suficientes que possa fazer patrimônio, como consta nas escrituras justas do referido requerimento”, por isso ele “não deve receber o seu grau”. Restrição que perdurou mesmo o habilitando argumentando que “o bispo lhe prometerá perdão de patrimônio”. Foi necessário, então, ao jovem dedicar-se a carreira de primeiras letras e intermediárias e construir patrimônio, o que levou o tempo de 13 anos.<sup>198</sup>

José Pereira Leite, por sua vez, deixou sua Freguesia de São João. Na época, tinha mais de trinta anos, pureza de sangue, era bem instruído no seminário de Braga, filho de

---

<sup>197</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. De Genere João Lourenço Feytal, 1460.07.1228, 1756.

<sup>198</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. De Genere Agostinho Ferreira da Costa, 01.0003, 1766.

matrimônio legítimo e elevado nível moral, como “*consta claramente das suas inquirições tiradas na forma de direito pelos documentos, que me apresentou [...] além das informações particulares, que tirei*”.<sup>199</sup> Em 1749, foi recebido pelos tios, o Capitão-Mor Antônio Bento Leite e Francisca da Encarnação de Jesus, em Pilar de Ouro Preto. No mesmo ano abriu processo de habilitação e depois de “*dar prévio exame que provas de ter Vocação debaixo da influência e preceitos da Religião Catholica*”, se ordenou Presbítero e foi admitido na diocese da cidade, no cargo de vigário da igreja de N. S. da Conceição de Guarapiranga.<sup>200</sup> Na região, além de Cúria era conhecido pelos negócios de “*ir ao Rio de Janeiro buscar negros para vender nas Minas*”, feitos em associação com o tio. Essas relações iriam se estreitar ainda mais quando o referido religioso decidiu ir ao Reino buscar sua irmã, “*prometida em casamento com um dos filhos do tio*”. Ao comunicar esses planos na Câmara Eclesiástica de Mariana, o bispo mandou “[...] *remeter preso à cadeia dessa vila, onde já se acha, e como o el-rei me recomendou se fizesse esta diligencia aos Padres ocupados nas Lavras e Escravos*”. Diante disso, foi deportado ao Reino, “*porque para o serviço deste não faltam clérigos mui dignos, e sem nódoa*”.<sup>201</sup>

Além desses ordinandos migrantes, as vocações clericais em Mariana foram marcadas pelo recrutamento de “naturais da terra”, que tiveram o maior número de processos julgados no ano de 1758, coincidindo com a data de formatura da primeira turma de teologia do seminário de N. S. da Boa Morte, fundado por dom frei Manuel da Cruz em 20 de dezembro de 1750 para resguardar os cânones de Trento (Sessão XVIII), como se percebe no seguinte trecho de seu relatório decenal:

Preocupado com a pequenez e ainda para socorrer a rudeza de meninos incultos, tratei de fundar um seminário. Nele numerosos alunos convenientemente internos e outros externos cursaram por oito anos, gramática e teologia moral, brevemente, porém, estudarão filosofia, se concedida à licença régia, por mim já solicitada com empenho. É meu propósito ampliar o mesmo seminário, com as expressivas doações já recebidas para formar o seu patrimônio, acrescentando-lhe um novo dormitório que servirá para acomodar mais comodamente Mestres e Alunos.<sup>202</sup>

---

<sup>199</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. De Genere José Pereira Leite, 02.035, 1749.

<sup>200</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livro de Registro Geral da Cúria.

<sup>201</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Epistolário. Número, 1597. Ano: 1758.

<sup>202</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Condor Lucis Aeternae. Trad. Mons. Flávio Carneiro Rodrigues.

Esse seminário começou a funcionar numa chácara de sete moradas de casas na Rua da Olaria, sob a direção dos jesuítas (VASCONCELOS, 1935, p. 140) e tinha por função social a formação de sacerdotes e de membros da elite local, como relatou-nos o botânico Augusto de Saint-Hilaire (1978, p. 80):

O seminário de Mariana foi fundado por alguns mineiros ricos que desejavam educar seus filhos, sem precisar enviá-los à Europa. Tinham-se anexado ao patrimônio desse estabelecimento terras e escravos, e nada fora esquecido para fazê-lo digno a que se destinava. Se entre os proprietários de certa idade que habitam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica, se encontram outros tantos homens polidos e com certa instrução, deve-se em grande parte à educação recebida no Seminário de Mariana.

Para ingressar nesse seminário, os candidatos passavam por rigoroso processo seletivo. Eles tinham que ser filhos de matrimônio “legítimo”, crismados, terem mais de sete anos de idade, saberem a doutrina cristã e prestarem exames de saber ler e escrever corretamente antes do ano letivo, 1º de outubro e 30 de junho.<sup>203</sup> Também era necessário possuir dote, em forma de escravos, cavalos, móveis, imóveis e dinheiro. Exigia-se ainda o pagamento adiantado da matrícula no valor de 20 oitavas<sup>204</sup> e de três mensalidades de 40 oitavas, cada. Aos candidatos que fossem morar no seminário acrescentava-se mais 17 oitavas anuais para despesas da casa, um enxoval com cobertor vermelho, vestuário ordinário além de batina, cabeção, barrete e sobrepeliz, bacia de rosto, de banho, e objetos de limpeza pessoal.<sup>205</sup> Esses valores eram significativos para época e muitos foram os seminaristas que atrasavam as mensalidades.

Entre esses, estava Joaquim da Cunha, que em 17 de maio de 1756 pagou no seminário 780 oitavas de ouro, deixando de resto 86 oitavas. Em agosto, não teve como pagar as mensalidades, pois seus pais, moradores na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, o português Manoel da Cunha e Maria do Espírito Santo, tinham perco as roças de milho com as fortes chuvas daquele ano. A saída foi pedir que as despesas fossem descontadas de seu dote depositado naquele seminário. Ato que se repetiu por vários meses até o ano de 1759, quando o valor do mesmo não era suficiente para custear suas despesas. Para não ser desligado do estabelecimento pediu empréstimos a

---

<sup>203</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livros do Seminário – Armário 2, parte lateral, 1.

<sup>204</sup> Na época cada oitava de ouro correspondia a 1\$500 réis. (BARBOSA, 1985, p. 135).

<sup>205</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livros de Conta do Seminário (1756-1776) – Armário 2, parte lateral, 1.

confraria de S. Pedro dos clérigos, que saldou suas dívidas e custeou os três anos que faltavam para sua ordenação em troca de 17 escravos do plantel de sua família.<sup>206</sup>

Paschol Bernardino, também não pode pagar as mensalidades e foi devolvido aos pais, o Capitão-Mor João Batista Bernardino e Francisca de Jesus. Para poder retornar pediu ajuda ao padrinho de batismo, o Sargento-Mor Diogo da Silva Saldanha, que pagou suas dívidas em 2666 oitavas, os dois anos de estudos que faltavam para sua ordenação e o dotou. Nessas condições pode voltar a morar na casa.<sup>207</sup>

Nesta casa, todos estavam submetidos à rígida disciplina. Não podia usar perfume, terem relações desnecessárias, trocarem cartas e recados, ou qualquer outro comportamento que o superior do seminário não achasse conveniente. Em qualquer tempo podiam ser devolvidos aos pais por indisciplina ou enfermidade grave, sem direito a devolução do dote.<sup>208</sup> João Ferreira Almeida foi um desses meninos devolvidos aos pais por indisciplina no seminário menor:

Dou conta ao ilustissimo reverendíssimo/ Senhor Dom Frey Manuel da Cruz da tristíssima notícia de peccado nefando de sodomia nes/-te Seminario. O seminarista João Ferreira Almyda, de idade de quatorze anos, filho de ilustríssima família/ deyta cidade, foi visto com moço dedezasseis anos sobrinho de hum capitão-mor que mora neyta cidade/ajuntando os membros des honestos, tev abraços e beijos e tocamientos nos rostos, ajuntamentos por dias/ [...] lançando de barriga pera baixo pondo em cima desi o moço e lançando tambem o moço com a barriga pera baicoe [...] Para evitar esc/-candallos neyta cidade e para que não desvirtui nosso/-s meninos, dei ordem em seu nome dy devoluçao aos pais por doencças graves. Que se cumpra o que mandar [...].<sup>209</sup>

Além da rígida vigilância moral era exigido elevado nível intelectual e doutrinal durante a formação de oito anos, dividida em duas etapas. A primeira era o curso de seminário menor, que durava três, anos mais ou menos. Neste, estudava-se livros de ciências, cirurgias, catecismo, música, português, latim, retórica, teologia e números, e, aprendia-se alfaiataria, sapataria e marcenaria. Após essa formação eram encaminhados a outras carreiras e os que demonstravam terem vocações sacerdotais era admitido no

---

<sup>206</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livros de Conta do Seminário (1756-1776) – Armário 2, parte lateral, 1.

<sup>207</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livros de Conta do Seminário (1756-1776) – Armário 2, parte lateral, 1.

<sup>208</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Livros do Seminário – Armário 2, parte lateral, 1.

<sup>209</sup>CARTA DO REVERENDO FRANCISCO XAVIER AO BISPO DE MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**. Documentos diversos – caixa n. 1.

seminário maior. Neste, estudava-se sagrada escritura, ciência eclesiástica, homilia dos santos, regras concernentes aos ritos da cerimônia, canto gregoriano, moral e dogma.<sup>210</sup>

Ao longo do governo de dom frei Manuel da Cruz o seminário formou 102 mineiros considerados dignos para o estado sacerdotal, distribuídos pelas seguintes regiões da capitania:

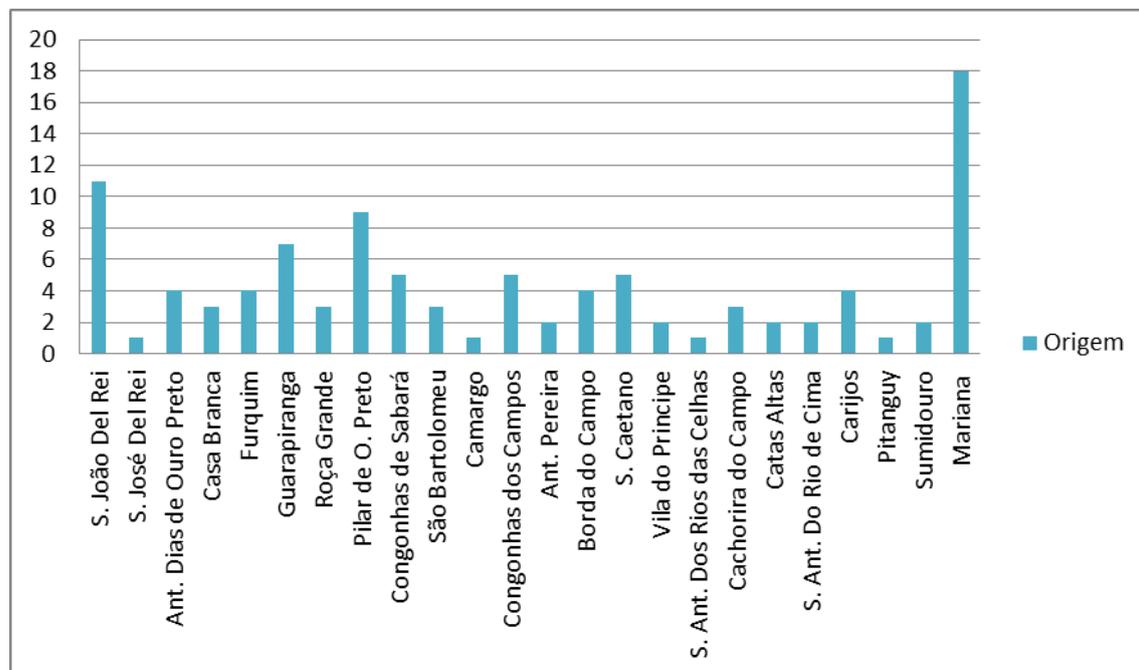


Figura 9: Regiões de origens dos Minieros ordenados em Mariana  
Fontes: De *Genere* do Arquivo Eclesiástico de Mariana

Como se percebe, o maior número dos vocacionados mineiros ordenados concentrou-se nas áreas mais ricas da capitania: Mariana, seguida por São João Del Rei, Pilar de Ouro Preto e Guarapiranga (ALMEIDA, 1994). Regiões nas quais foram listados 443 nomes entre os 1061 homens considerados como mais ricos do império português.<sup>211</sup> Sendo 100 desses pais dos habilitados ao clero de Mariana.

Para promover essas vocações, o bispo Manuel da Cruz<sup>212</sup>, autorizou em 1749 aos vigários a promoverem visitas regulares às “boas” famílias da região, para que nessas recrutassem os meninos ao clero, especialmente os recém-nascidos, que deveriam ser entregues aos cuidados da Sé por parentescos rituais.

<sup>210</sup> MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Regimento do Seminário, Cópia feita em 1828.

<sup>211</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico Ultramarino*. Cx: 86, Doc: 10

<sup>212</sup> MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEM)* Pasto de Genere,

O capitão Antônio José Carneiro e sua esposa Dona Josefa de Jesus, grandes proprietários de terras e escravos na fazenda do retiro em Piranga foram uma dessas famílias que recebeu estas visitas. Em 1749, quando nasceu o primogênito do casal, José Carneiro Neuponuceno, o vigário João Martins Cabrita foi até residência da família para aconselhá-los a escolher como padrinho da criança o bispo e a madrinha N. S. da Conceição, mesmo sendo um crime canônico, visto que as constituições primeiras não permitiam que padres fossem padrinhos de batismo. O casal promoveu uma grande festa no pequeno arraial para receberem os honrados padrinhos, que presentearam a criança com lindas vestes minuciosamente bordadas em fios de ouro pela alfaiataria da Sé. Em retribuição, ofereceram aos padrinhos cinco escravos da fazenda, benefícios acolhidos para promover o seminário<sup>213</sup>, no qual a referida criança foi aceita aos cinco anos de idade, para ser alfabetizada, catequisada e afastada dos “*vícios dessa terra*”.<sup>214</sup>

Após receber o ministério sacerdotal, os aspirantes a carreira eclesiástica tinham que participar do ritual de admissão às ordens sacras, que acontecia após dois anos de preparação jurídica canônica para funções de pároco orientadas por um vigário, na qual empiricamente aprendia-se como pregar a palavra, celebrar os sacramentos e administrar uma paróquia. Ao serem considerados aptos “*as funções de pároco na paróquia*”, para ingressar nas funções de párocos, vigário coadjutor ou geral, reitor ou na administração de paróquia, os candidatos tinham que fazer concursos em acordo com os cânones de Trento.

Para os concursos eclesiásticos, exigia-se um edital público para chamada de todos os sacerdotes que quisessem concorrer ao benefício paroquial. Os inscritos deveriam ser examinados pelos bispos e mais três examinadores, todos doutores em teologia ou direito canônico. Após esses exames os candidatos que os bispos julgassem dignos “por idade, costumes, doutrina, prudência”, eram nomeados aos cargos eclesiásticos, com colocações condicionadas a fixação da cômputo.

As cômputos eram benefícios financeiros para a honesta e digna sustentação dos párocos, ligados aos respectivos ofícios moral e religioso que todos os dias esses ministravam, como os sacramentos e o ensino religioso. Anualmente essa remuneração era feita pelo donatário régio, que as pagavam através da Mesa de Consciência e Ordens,

---

<sup>213</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEM)**. Registos de Afilhados da Sé. Documentos diversos – caixa n. 1.

<sup>214</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**. De Genere. José Lopes Ferreira da Rocha, 10.1780, José Carneiro Neuponuce, 02.17778, 762. (Grifo Nosso).

levando em consideração as necessidades básicas de alimentação, vestuário e higiene dos sacerdotes conforme o grau na hierarquia eclesiástica. Como fica evidente nesse trecho de um documento da época:

Dizem mais os párocos nas suas respostas que lhes é necessa-/rio ter, que comer, e vestir, ter escravos, cavalo, sustentar os seus coadju-/tores, e pagar-lhes o que se ajudam, ter casas próprias, ou alugadas, su-/tentar aos visitantes, quando vão em às visitas, gastar com hospedagem, dar esmolas; não só para as necessidades deste bispado mas para as de/ toda a América, e de Portugal, concorrer com esmolas para seus pais/ irmãos, ou sobrinhos, e mais parentes, e que todas essas despesas se in-/cluem na suas cômguas, e conveniente sustentação, que ficaram sem ela se se lehe impuser o ônus de pagaram aos tais capeloes. Dado que todas/ as referidas despesas feitas com moderação e pertença à cômgrua [...].<sup>215</sup>

Em geral os valores pagos pela Mesa da Consciência e Ordens variavam entre 200\$000 reis, mínimo pago para os párocos colados, até 1:000\$000 reis, máximo pago aos bispos e cômegos silvestres, como podemos observar na seguinte tabela:

Ano	Padre/Solicitante	Cargo	Local	Cômgrua *	Código
1752	Antônio Bastista	Vigário da Igreja de N. Senhora de Monserrate de Baependi	Mariana	500	5115
1753	Antônio Figueiredo	de Vigário Encomendado	Freguesia de Roça Grande/Sa bará	200.000	5183
1753	José dos Santos	Vigário Provido	Consezia/ Mariana	400.000	2337
1753	Antônio Freire da Costa	da Vigário Encomendado	Freguesia de Santo Antônio	200.000	5253
1752	Antonio Batista	Vigário da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi	Mariana	400.000	5019

<sup>215</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**. Carta Sua Majestade pela mesa da consciência e ordem, 1757.

1752	João Álvares da Costa	Vigário Provido na Igreja da Conceição	Mato Dentro	200.000	4964
1752	Caetano Lopes Pereira	Pároco	São Caetano/Mariana	500.000	4931
1752	Jerônimo de Sá Vilhena	Vigário Provido na igreja de N. Senhora do Pilar	Congonhas	300.000	492
1752	Inácio José de Souza	Pároco da igreja de N. S. da Conceição	Rio das Mortes	300.000	4926
1724	Manuel da Cunha Vilas Boas	Pároco da igreja de N. S. do Pilar	Vila de Ptanguí	200.000	476
1750	Simão da Silveira	Vigário na igreja de N. S. do Pilar	Pitanguí	200.000	4640
1748	João Barbosa Maciel	Vigário da igreja de N. S. da Conceição	Guarapiranga	300.000	4260
1749	José Matias de Gouveia	Vigário colado	Freguesia de Raposos	200.000	4522
1749	Francisco Xavier da Silva	Juiz dos Foros Mistos	Mariana	800.000	4489
1724	José Nogueira Ferras	Pároco da igreja de S. José	Rio das Mortes	200.000	4260
1747	Manuel Pereira Godinho	Vigário da igreia de S. Antônio	Bom Retiro	200.000	4251
1747	Manuel da Cruz	Bispo	Mariana	1.000.000	4158

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Como podemos perceber na tabela, os valores pagos pela Mesa de Consciência e Ordem eram desiguais numa mesma diocese e nem sempre eram suficiente para que os clérigos sobreviverem com dignidade. *Os dízimos da diocese cobrava-os El-Rei, e não lhes devolvia senão em uma outra rata edificação de caráter religioso e em cômguas ordinariamente irrisórias*” (TRINDADE, 1929)..

Essa mesa foi criada pela coroa portuguesa no final do século XVI, para provisão dos benefícios eclesiásticos da colônia, mas, sua jurisdição no território ultramarino não era eficiente no pagamento dos eclesiásticos, sendo recorrente a reclamação do não pagamento de benefícios, ou de uso dos mesmo pelos governadores da capitania de forma não idônea. Como relata o documento:

Dis o P. Francisco Xavier da Silva que lhe foi vigário/ emcomendado da freguesia da Paroquia de Furquim nas Minas/ Gerais onde vive residente que o conceda/lhe quatro anos de meses e nove dias com Provizao de Exmo/ D. Fr. João da Crus Bispo que foi do mesmo Bispado, a qual/lhe passou por falecimento do Padre Pascaol e Moreira vigário/ colado que foi da mesma freguesia as dívidas por essa cauza nos seus pro/vem te mandava que lhe cobrasse a cõngrua de duzentos mil reis que se deve ao vigário colado por or/dem de V. Mastestade e Concelheiro cobrar o supricante tres anos ad/ comprar com se mostra pella certidão passada pela sentença de / hum annno de mezes, e nove dias, e porque querendo o Provedoria da/ Fazenda Real daquele governo o pagamento da [?] dividas o D. Pro/vedor com o fundamento de que havia ordem de vossa Magestade para seos/ pagar cõngrua ao vigário para que eles não mendicasse [...].<sup>216</sup>

Possivelmente em decorrência da baixa rentabilidade e os atrasos nos pagamentos desses benefícios, os párocos para sustentarem ao menos aos guisamentos para celebrarem missas estabeleciam emolumentos, que nada mais eram que tributos impostos pela Igreja aos fiéis para execução dos ofícios eclesiásticos:

Mandamos que a todos os Pais de familias e aos mais fregueses que o não mas que vivem sobre sy, ainda que sejam solt.os, e falecem com testamento ou sem ele, tendo bens de q. lhes possa resultar terça d'alma respetiva a ella se lhe fação tres officios; a saber de corpo prez.te, mês e anno de nove liçoins ou tres conforme, ou a dita terça, nos quais officios se dará ao R. do Pároco quatro oytavas de Missas cantada, outras quatro de assistir ao officio, ao dicano e subdiácono por hirem ao altar duas oytava a cada hum e de assistir ao officio outras duas, aos mais sacerdotes assistentes se dará cada hum duas oytavas, todos com obrigação de Missa Rezada, excepto no officio de corpo presente, porque não deixando o testam.º missa de corpo presente como se faz o tal officio de todo o monte se dará a cada hum dos sacerdotes assistentes a tal officio meya oytava de esmola pala Missa, mas não ao R. Parocho porque a esmola de Missa Cantada entra nas quatro oytavas.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup>AHU-ACL-N-Minas Gerais.Nº Catálogo: 4489

<sup>217</sup>MARIANA. **Caderno Histórico do Arquivo Eclesiástico de Mariana**: As Visitas Pastorais do Século XVIII. Transcrição/Tradução Mons. Flávio Carneiro Rodrigues. Mariana: Editora Dom Viçoso, S/d, p. 96.

As cobranças dos emolumentos também eram feitas por meio da conhecença, contribuição de 10% que todo fiel devia pagar ao pároco na época da pascoa, e as esmolas de pé de altar, cobradas por serviços de batizado, casamento e óbito.

Tudo indica, porém, que os valores pagos pelas cômruas e os benefícios arrecadados pelas cobranças de emolumentos não eram suficientes para sustentação dos clérigos. Por isso, muitos desses para completarem suas rendas, ou buscando enriquecimento mútuo, se dedicaram a oferta de atividades artísticas e pedagógicas na área de educação ou a atividades agropastoris, mercantis ou comerciais. É o caso, por exemplo, do padre José Simões, que declarou que fez,

Nestas minas vários contratos, e ne/gocios com varias pessoas e algumas como poderia ser devendo alguma/ restituição pela minha fazenda o que se lhe mostrar ou constar cl/aração, que sou devedor , como tambem cobrar o que lhes costar/ nestes pelos devendo --- declaro que tenho eu no serviços de grad./ Magetade Deos na grande nova colonia devedores que se herão forçados a dahem/ contas ao tabalia M. A. Aós de Morais na Cidade do Rio de Janeiro.<sup>218</sup>

Assim como esse, muitos outros eclesiásticos estavam envolvidos na concorrência de aumento da fortuna pela oferta de atividades de trocas e finanças, em desarmonia ao projeto de Trento de sacerdócio, mas em acordo com as diferentes condições de vida em Minas Gerais. Mobilizando, para tanto, redes que influenciavam as condições de vida desses indivíduos. Assunto que trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>218</sup>MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do defunto Padre José Simão, 1728.

## Capítulo IV

### Redes de Homens: Redes, Sociabilidades e Solidariedades

No ano de 1756, o cônego magistrado João Rodrigues Cordeiro era listado como “*um dos quatro maiores homens destas minas*”. Natural do Reino, do lugar do Pastor, termo da Vila de Panela, filho legítimo de Miguel Rodrigues Santarém e Maria Cordeira, ordenado diácono no bispado de Coimbra, este secular deixou sua terra natal ao lado de seus “patrícios”, “*o Senhor João Gonsalves de Faria, o Senhor Joaquim Cardozo e o Senhor Cônego João Ferreira Sorres*” e veio para cidade de Mariana, onde em 1747 fixou residência e solicitou na câmara eclesiástica licença para receber “*Ministério de Ordem Sacra*”. Este pedido foi aprovado após comprovação de dote, pagamento de 3\$936 reis de despesas pelos processos de habilitação de *Genere* e 1:272\$000 reis de enxoval sacerdotal. Enfim, no dia 21 de setembro de 1749 recebeu o ministério da Ordem Sacra e fez matrículas no grau de missa após ocupar-se na catequização dos “índios” da Mata mineira, sobre as quais confeccionou mapas, escreveu diversos manuais de gramáticas e vocabulários desses povos. Pelos serviços foi nomeado ao Cabido de Mariana, alcançando prestígio, honra e destaque na diocese, além, é claro, de rendimentos de meio conto de reis em cônica.<sup>219</sup>

Em ocasião de enfermidade, temendo “*pela morte como coisa natural*”, o referido cônego declarou que sempre viveu a castidade e por isso “*não tenho herdeiros legítimos ou naturais*”, sendo forçado a nomear e instituir “*por meu herdeiro meu sobrinho padre Fabrício Antônio Lobato*”. Em 1756, quando o reverendo faleceu e o seu único sobrinho abriu inventário sua fortuna somava a quantia de 36:249\$960 reis. Entre os bens estavam duas fazendas com grande plantel de bestas, 160 alqueires de milho, 113 cativos, objetos domésticos, utensílios de marcenaria, farmácia, livros, vestuário, ouro, prata, cobre e dinheiro a crédito: altos valores em cerca de 100 devedores.<sup>220</sup>

A rede desse secular não era o tipo mais frequente entre os padres portugueses que ocuparam cargo na diocese mineira. Ela tinha cerca de 190 nós, 218 vínculos, a presença

---

<sup>219</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do defunto Padre João Rodrigues Cordeiro, 1756.

<sup>220</sup> *Ibid.*

de pessoas do mesmo gênero (nenhuma mulher listada), alta segregação, sociabilidades reduzidas em duas esferas (41% de indivíduos eram do clero e os demais 59% ligados pelo crédito), extensão de dois contextos (Minas e Portugal) e alto localismo. Apresenta uma estrutura simples, inclusive no que diz respeito à distribuição pelas esferas, com alto centralismo no *ego* e pouca comunicação entre as esferas, como mostraremos a seguir pelas características das tipologias das redes de clérigos.

Mas, quando se pretende analisar essas redes, uma discussão muito em voga e de tamanha relevância para o entendimento de suas formações e viabilizações consiste na noção de império português (GOUVÊIA, 1998), definida por Charles Ralph Boxer (2002, p. 23) enquanto um conjunto de relações ultramarinas e coloniais que conectaram, ao longo dos séculos XVI e XVIII, os interesses de pessoas e instituições nos quatro pontos dispersos conquistados na África, Ásia e América, numa “[...] *mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções*”.

Essa noção de império tem movido uma profunda revisão acadêmica nas formas de se analisar às diretrizes estabelecidas na extensão do poder da metrópole aos seus domínios ultramarinos. Dentre inúmeras questões apontadas para justificar-se a adoção dessa perspectiva nas investigações empíricas destacam-se duas.

A primeira refere-se ao rompimento de uma visão polarizada de exploração e dependência entre metrópole, movida por interesses econômicos, e suas colônias, apêndice de um poder real absoluto. Neste sentido, a perspectiva de império tenta relativizar essa dualidade, destacado como as diferentes regiões se interligavam por meio de circulações de mercadorias, pessoas e instituições (RAMINELLI, 2008, p. 37).

No conjunto de estudos que apontam para existência dessas interações, podemos destacar a análise de Luiz Felipe Thomaz (1998) sobre a política de aliança usada no funcionamento do Estado das índias. Nesta, as redes sociais permitiam a monarquia absorver os recursos e os saberes dos povos para articular o comércio de Ceuta a Timor. Rota em que não havia interesses em povoar ou produzir bens, mas, de tornar as regiões pontos de abastecimento e de consumo.

Russell-Wood (2006), por sua vez, ao situar as relações econômicas das colônias em uma conjuntura mundial apontou para a fragilidade e subjetividade dos usos de conceitos como centro e periferia. Para ele, a partir das considerações dos mecanismos

políticos, sociais e materiais do império, metrópole e colônia assumiam posições diferentes. Em alguns momentos Portugal despontava enquanto centro dos interesses políticos, adotando medidas e ações que faziam da América periferia de seus interesses. Mas, em outros momentos, como, por exemplo, na instalação de Dom João VI no Rio de Janeiro, as posições mudavam, ao ponto da metrópole tornar-se periferia de sua colônia.

Visualizando o conjunto dessa produção acadêmica, entendemos que o território português na América não foi apêndice de sua metrópole, mas parte de uma complexa cadeia de atividades, interesses e relações comerciais, militares e eclesiásticas, interdependentes, que envolviam em redes uma pluralidade de pessoas interessadas na troca, na permuta, de signos não linguísticos, dinheiro, distribuição de bens, ofertas de leis e outras demandas. Sendo assim, havia na colônia relações e comunicações intermediadas por símbolos, valores e códigos de honrarias que “*encontravam-se perpassados pelas mentalidades de Antigo Regime*” (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊIA, 2001, p. 14). Esta afirmação suscita uma segunda polêmica: O deslocamento da noção de Antigo Regime para caracterizar as práticas econômicas, políticas e simbólica construídas na América lusitana.

Sabe-se que inicialmente o conceito de *Ancien Régime* foi usado para caracterizar uma forma de governo francês marcado pelo direito divino dos reis, conhecida como monarquia absolutista. No entanto, hoje, esse conceito estende-se a um conjunto de características sociais comuns a diferentes contextos da época moderna, como o Estado Nacional, a Sociedade Estamental, o Mercantilismo, a Expansão Marítima, o comércio, o predomínio da Igreja católica enquanto religião oficial e a intolerância religiosa aos cultos não católicos (SAMPAIO, 2003).

É nesse sentido que os historiadores, Luíz Felipe de Alencastro (2000), Carla Almeida (2001), Fátima Gouveia (2005), Francisco Cosentino (2009), Rodrigo Ricupero (2008), Rodrigo Monteiro (2009), Marília Santos (2007) e Antônio Jucá Sampaio (2003), pontuam a transposição e adaptação nos domínios ultramarinos de algumas práticas significadas mediante a repetição e ritualização de símbolos típicos de Antigo Regime. Entre elas, a “economia de graça” ou de “mercê”, uma prática, que segundo Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier (1998, p. 343), existia em Portugal desde a Idade Média, e consistia em relações de proximidades, como a amizade, baseada em valores normativos de dar, receber e retribuir, em que cada ação positiva era respondida

com outra ação positiva, cada “dom” era retribuído com um “contra-dom”. Um sistema que “*abrangia níveis tão diferentes quanto são a relação entre o rei e o vassalo, o pai e o filho, o amigo e o amigo, constituindo uma relação social fortemente estruturante*”. Provavelmente, sem essas os reis não teriam conseguido manter a governabilidade, visto que “*a acção política requer a disponibilidade de meios. Desde logo, de meios financeiros. Mas também de meios humanos*” (HESPANHA, 1994, p. 160). Assim sendo, a doação de serviços pelos súditos foram valiosas para afirmação do poder do monarca luso, que como forma de gratificação concedia mercês de cargos, títulos e posses, formando-se um universo de símbolos de distinção, a partir de posturas e prestígio adquiridos.

Acompanhando esse ponto de vista, João Fragoso, em estudo sobre a sociedade colonial do Recôncavo da Guanabara seiscentista enfatizou a existência nesta de uma economia de *bem comum* e de uma hierarquia social excludente baseada em honrarias, como comendas de ordens militares e cargos comissários do Santo Ofício, que “*surge com o pecado original da sociedade colonial*” (FRAGOSO, 2001, p. 37), na qual, a qualificação social passava por crivos de caráter simbólico de nascimento, acúmulo de riquezas, influência política, controle de mercado, alianças estabelecidas com a nobreza da terra e por serviços prestados ao rei. Economia de privilégios fortemente monopolizada pelas melhores famílias, que “*atuavam num mercado dominado pela política e, ao fazerem isto, fração de seus ganhos ficava com os homens do governo*” (FRAGOSO, 2003, p. 16).

Em sentido semelhante, Maria Fernanda Batista Bicalho (2001, p. 193), ao lançar luz sobre as redes de clientelas que atuavam nas câmaras ultramarinas observou que a ocupação dos ofícios públicos representou importante meio de acesso a títulos, tratamentos, honra e prestígio, ligados à distinção social. As câmaras, portanto, pintavam significados sociais e políticos relacionados a aparências e a aspectos exteriores de conduta, “*colorindo de tons específicos as mesmas instituições quando adaptadas à realidade das diferentes colônias, quer a ocidente, quer a oriente*”.

Ronald Raminelli (2008, p. 137), por sua vez, ao investigar as figuras sociais dos viajantes nas possessões ultramarinas lusitanas identificou um conjunto de trocas de favores que fortaleciam seus vínculos com a monarquia. Política de bem comum na qual coroa, seguindo interesses econômicos e sociais estatais ampliavam seus saberes e fortalecia seu controle sobre as vastas áreas conquistadas. Por outro lado, os vassalos conquistavam honrarias ofertadas em forma de mercês, alcançando privilégios sociais que

reproduziam hierarquias típicas da época moderna. Com isso, às viagens ultramarinas não promoviam reformas das sociedades de ordens, sendo apenas “[...] *moeda de troca para a ascensão social, para reunir privilégios e consolidar as distinções sociais*”.

No conjunto desses estudos devemos ainda destacar a investigação de Anderson José Machado de Oliveira (2011), sobre os “homens de cor” que se ordenaram presbíteros no bispado do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII. Nesta investigação demonstrou-se que alguns vocacionados ao sacerdócio formaram redes de sociabilidades para conseguirem a liberação do “defeito da cor”. Após a solução desse problema com a purificação de sangue, os mesmos tiveram chances de alcançarem ou chegarem a posições privilegiadas na hierarquia daquela sociedade, fortemente marcada por encargos, privilégios e direitos pelo sangue enquanto símbolo de vida social.

Como se observa, a partir das perspectivas de redes, conexões e dinâmicas “que deram forma e viabilizaram a governabilidade portuguesa através de seu contexto imperial” (GOUVÊA, NOGUEIRA, 2007, p. 95), esses historiadores evidenciaram traços de sociabilidades e hierarquizações que aproximavam a colônia de sua metrópole (SCOTT, 2002). Demonstrando-se, com isso, que o tecido social que se formou nos trópicos não se reduzia a “realidade da colonização que ia configurando formas sociais muito diferentes e em certos sentidos negadoras da Europa moderna”, como afirmava Fernando Novais (1979, p. 32). Mas, refletia “*relacionamentos pessoais, do comércio, da sociedade e do governo dos impérios, assim como da variedade e nuance de práticas e crenças religiosas*” (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2001, p. 14).

É, pois, dentro dessa discussão que procuramos encaminhar nossa análise sobre os clérigos seculares em Minas Gerais do século XVIII. Busca-se, assim, explorar analiticamente as clivagens e regularidades que organizavam as redes desses homens construídas em termos sociais para mobilizar recursos materiais e simbólicos, e, assim, impor e legitimar as relações de força que se estabeleceram naquela sociedade.

## **1 Do “Fio” que Tece as Redes**

Para traçarmos empiricamente essas redes estabelecemos como *ponto zero* de nossa pesquisa os 231 processos de habilitação de *Genere* citados no capítulo anterior. A partir dos nomes levantados nesses documentos procuramos localizar indícios desses personagens em outros documentos da época. É como fazem os caçadores, que por meio

das pistas tênues, deixadas pelos animais, em uma série coerente de acontecimento, buscam identificar suas presas. Por meio desse procedimento identificamos pistas sobre esses personagens em 35 processos de inventários *post-mortem* com Testamentos, listado na tabela que segue:

Nome	Cargo	Artes	Bens Urbanos	Bens Rurais	Outros Bens (*)
<b>José Botelho Borges</b>	Cônego Chantre	Alfaiataria	Uma morada de Casa, uma casa de aluguel em Mariana/Uma casa de aluguel em Lisboa e outra na Freguesia de S. João.	Duas fazendas, com benfeitorias de casa, capela, moinho, monjolo, engenho, plantação de milho, arroz, cana-de-açúcar , terras de mineração	34 escravos, 15 barris de azeite, açúcar, milho, fumo ,gado cabrum, boi, ouro, prata, cobre créditos, livoes
<b>José Alves de Almeida</b>	Padre	Medicina/Alfaiataria	Uma casa de beco	Uma fazenda com casa e capela	15 escravos, bezerros, algodão de rama, algodão em caroço, couros de veado, couros de boi, gado, galinhas, lã. , Livros
<b>Francisco Vieira Alves</b>	Padre	Medicina	Uma morada de casa/Casas de Aluguel	Fazenda com benfeitorias e terras de mineração	32 escravos, Azeite, tabaco, couros de boi, gado vacum, gado cavalari, gado muar, ouro, diamante, prata, bronze, cobre, créditos batinas, livros
<b>José Xavier de Melo</b>	Padre	Medicina	Cinco moradas de casa	Terras de cultivo de milho, tabaco, poyaya, arroz, algodão, mandioca,	72 escravos, 108 cabeças de gado, galinhas, pólvora, armas, cobre, ouro, bronze, livros
<b>João da Costa Ferreira e Araújo</b>	Padre	Alfaiataria/Carpintaria	Casa de Morada	Terras de cultivo de milho, feijão, arroz, fumo e poaya	21 escravos, livros, moveis, gado, porcos,

					galinhas
<b>João Soares de Araújo</b>	Padre	Medicina/Carpintaria/	Casa de Beco	Terras de mineração, cultivo de algodão de rama e caroço	18 escravos, gado, galinhas, couros de boi, ouro, prata, porcelana, liros
<b>Manoel da Costa Azevedo</b>	Padre	Alfaiataria/Medicina/Carpintaria	Moradas de Casas	Fazendas, como alambique, moinho, monjolo, capela, terras de milho, feijão, algodão e tabaco	1 Escravo, ouro, prata, azeite, poros em pé
<b>João de Souza Barradas</b>	Padre	Não Consta	Casa de aluguel	Terras de cultivo de milho, fumo, trigo, algodão de caroço	84 escravos, galinhas, ovelhas, cabras, cabritos, gado cavalari
<b>Manoel Dias Braga</b>	Padre	Esmoleiro/Medicina/Alfaiataria/Carpintaria/Cozinheiro	Casa de morada de beco	Fazenda com benfeitorias e terras de mineração	1 Escravo, livros, móveis
<b>Manoel Luiz Branco</b>	Padre	Não consta	Casa de Beco	Manoel Afonso Dias	8 escravos, carros de boi, bois, galinha, porcos em pé
<b>Raimundo da Silva Cardoso</b>	Cônego Arcipreste	Medicina/Alfaiataria/Pintura	Casa de mora e de aluguel	Terras de mineração cultivo de milho, alambique,	103 cativos, 84 cabeças de porcos, cavalo selado, liros
<b>João Rodrigues Cordeiro</b>	Doutor e Cônego Magistr	Medicina	Casa de morada e de aluguel	Roças de milho, fazenda com monjolo, engenho,	113 escravos, boi, bezerro, cavalos, poros em pé, ouro prata, bronze, moveis

a

alambique, senzalas, capela

franceses, livros.

<b>Francisco Xavier Costa</b>	Padre	Medicina	Casa de morada e oito de aluguel	Terras de cultivo de fumo, algodão e poaya	87 escravos, bezerros curtidos, armas de fogo, pólvora
<b>João Alves da Costa</b>	Padre	Carpintaria	Casa de beco	Roça de milho	Monte-mor inferior as dividas
<b>Miguel Rodrigues</b>	Padre	Não consta	Casa de beco	Terras de feijão, arroz e milho	10 escravos, livros, porcos em pé, galinhas
<b>Francisco Gomes Delgado</b>	Padre	Medicina/Alfaiataria/Esmoleiro/ Carpintaria	Casa de morada e de beco	Terras de cultivo de algodão de caroço e de rama, milho, feijão, benfeitorias, capela	75 escravos, armas de fogo, pólvora, panos de algodão, couros de veado e boi, gado muar, vacum, lã, galinhas e porcos em pé
<b>Francisco José da Fonsêca</b>	Padre	Carpintaria	Casa de morada, oficina e venda aberta	Não Consta	18 escravos domésticos, livros, barris de azeite, pólvora, arma de fogo, fumo, ouro, prata, selas ou selins, queijos, sabão, arroz, feijão, poaya
<b>Sebastião José Godoy</b>	Padre	Não consta	Morada de casa e venda aberta	Não consta	Doces, azeite, chicote, chapéus, açúcar, bezerros curtidos, colchas, couros, farinhas de mandioca, farinha de trigo, fubá,

fumo, marmelada ordinária, pano de algodão, pólvora, queijos, sabão, meias de solas

<b>Leandro Luiz Antonio</b>	Padre	Esmoleiro /Medicina/Carpintaria Alfaiataria	Duas moradas de Casa	Terras de cultivo de algodão em rama, algodão em caroço, arroz, feijão, milho, benfeitoria	59 escravos, Couro curtido, panos de algodão, livros, selas, meias solas, toucinho, poaya, gado, porcos em pé, ouro, prata, bronze
<b>Francisco d Mensorça Martins</b>	Padre	Medicina	Uma morada de beco	Terras de cultivo e de mineração	17 escravos, couro, ervas, livros, doces, mantas, ouro, prata, cobre
<b>Antonio Freire de Paz</b>	Cônego Silvestre	Medicina/ Letras/ Discurso/ Alfaiataria/Carpintaria	Uma morada de casa, oito de aluguel, quatro moradas no Rio de Janeiro, uma em Lisboa	2 fazendas em minas com benfeitorias e capelas	102 escravos, gado cabrum, gado cavalariço, gado muar, gado lanígero, gado vacum, galinhas, ovelhas, cabras, cabritos, 84 armas de fogo
<b>Francisco João Quinta</b>	Padre	Medicina/Sapataria	Uma casa de beco	Terras de cultivo de feijão, arroz, milho e tabaco	18 escravos, gado, galinhas, porcos em pé, bezerros, livros
<b>João Ferreira Rabelo</b>	Padre	Alfaiataria/Pintor	Uma casa de morada, uma de vivência e uma de aluguel	Fazenda de milho com benfeitorias e capela	39 escravos, livros, gado, porco em pé, gado cavalariço,

					fumo
<b>Bento de Melo Rego</b>	Padre	Medicina/Letras/ Discurso/Canto/A lfaitaria	Casa de morada, casa de beco com venda aberta	Terras de cultivo e lavras de mineração	72 escravos, azeite, toucinho, doces, farinha de mandioca, farinha de milho, fubá, fumo, manta, pano de algodão, armas, pólvoras, moveis franceses, imagem entalhadas, ouro, prata, bronze, cobre
<b>Silvério José da Silva Rego</b>	Padre	Medicina/Alfaiata ria/Pintura/Sapata ria	Morada de viver e casa de aluguel	Morada de chácara, com mata virgem e virginais	16 escravos, santos, livros, gado, porcos em pé, galinhas, poaya, mulas
<b>Antonio Jorge Ribeiro</b>	Padre	Letras/discurso	Um casa de morada e um salão, onde ensina ler e escrever	Não consta	2 escravos, gado cavar, 210 livros, mesas, banco, imagens sacras, estantes
<b>Manoel de Couto Ribeiro</b>	Cônego	Letras/Medicina/ Alfaiataria	Uma casa de vivencia com 218 janelas, 2 casas de aluguel, venda aberta, oficina	Três fazenda com 592 alqueiro, cultivo de milho, arroz e feijão, fonte de água cristalina, mata virgem ,	108 escravos, gado, galinhas, porcos pirapetinga, bois, bezerros, moveis franceses, cristais bacaarás, um aparelho de 108 peças em porcelana das cia das índias, serviços de prata da nova Espanha, um cálix usado na ceia de Jesus Cristo,

					parte do aparelho de jantar usado no casamento da Virgem Maria, outras relíquias
<b>Bernadino Ferreira Romão</b>	Padre	Letras	Uma casa de beco	Não Costa	2 Escravos, livros, móveis, caixas, ouro, prata, cobre, bronze
<b>Francisco Martins Siqueira</b>	Padre	Não consta	Casa de viver	Terras de cultivo e mineração	26 escravos, bezerros, gado cavalariço, gado muar, galinhas, poaya, livros, ouro e prata
<b>José Teixeiras de Souza</b>	Padre	Medicina/Sapatari a	Morada de Casa e de aluguel	Chácara com benfeitorias e lavras de morro	31 escravos, gado, porcos, galinha, livros, ouro e prata
<b>Felipe Padro Vilas</b>	Padre	Medicina/Letas	Casa de viver, casa de beco	Terras e roças de cultivo de milho, feijão, arroz, tabaco e poaya	62 escravos, gados, galinhas, veados, arma, azeite, pólvora

Fonte: Inventários do Primeiro Ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

(\*) Relação dos bens mais importantes de cada inventários.

Após escolha dessa amostragem, estabelecemos cada um desses nomes de clérigos enquanto um *ego* e, por meio deste, procuramos identificar os nomes de indivíduos com quem estes mantinham relações sociais, profissionais, comerciais, parentesco e de vizinhas. Em seguida as informações coletadas foram separadas por atributos.

## **2. Atributos das Redes**

Os atributos referem-se aos elementos sociais que viabilizam a construção de associações e agregações de indivíduos que compartilham, mutuamente de forma dinâmica, certas práticas específicas. Entre os clérigos, essas associações eram basicamente compostas por clivagens sociais de:

### **2.1. Parentesco e Vizinhaça**

O parentesco pode ser definido por relações que unem pessoas por vínculos de sangue (consanguinidade) ou rituais (fictícios). O consanguíneo, natural ou biológico, refere-se às relações de afinidades construídas entre pessoas que descendem do mesmo tronco ancestral, em linha reta (bisavôs, avôs, pais) ou linha colateral (irmãos, tios, primos). Já o parentesco por afinidade ritual ou fictício é construído por vínculos subjetivos relativamente ligados ao grau de amizade ou vizinhaça dos indevidos, como o compadrio e o matrimônio (FARIA, 1998).

Diante da aparente estabilidade do Antigo Regime, esses laços de parentesco eram primordiais para atuação nas relações de poder, manutenção e verticalização dos valores de agregações, nas atuações políticas, econômicas e culturais, no controle dos governos locais, atividades produtivas e comerciais, visto que “*na falta de uma forte presença do Estado, a sociedade era dominada por famílias [...] Grande parentelas, controladas por um patriarca, ou às vezes, uma matriarca, dominavam a maioria dos aspectos da vida social [...]*” (SAMARA, 1991, p. 8). Sendo assim, o parentesco era a célula da formação da vida, e era pelo grupo e para o grupo que cada membro de uma família planejava sua trajetória, visando fortalecer os valores de cooperação, igualdade, generosidade, solidariedade, parentesco e agregação coletivos (SAMARA, 1991).

Em relação ao grupo estudado, há fortes evidências que o parentesco de sangue permitia aos indivíduos alcançarem ou manterem postos na carreira eclesiástica. Isto porque, era recorrente a presença de eclesiásticos irmãos ou primos ocupando a mesma vigaria ou próximas, ou herdarem os cargos deixados pelos tios. A família Mesquitas e Borges é um

exemplo. Inicialmente, dois primos ocuparam os cargos de párocos nas igrejas de N. S. da Conceição e N. S. Carmo em Mariana. Em seguida, o sobrinho de um desses clérigos ocupou o cargo de padre auxiliar da igreja de N. S. do Carmo, sendo nomeado posteriormente ao cargo de pároco da igreja de N. S. da Conceição de Vila Rica. Posteriormente, após o falecimento desses párocos, os cargos foram ocupados por seus sobrinhos e afilhados, num processo de sucessão que durou entre 1727 e 1822.

Também podemos estabelecer uma relação direta entre parentesco e acesso a recursos econômicos. De uma amostra de 35 eclesiásticos (100%), 27 estavam relacionados com o exercício de atividades produtivas agrícolas, como a plantação de milho, poaya (marcela), cana-de-açúcar, feijão, arroz mandioca, fumo, algodão em rama e em caroço, e pastoreia, de gado vacum, gado cavalariço, gado cabrum, gado muar, gado lanífero, porcos em pé, veados e galinhas. Em geral, para gerir essas atividades, os padres contavam com a mão de obra dos familiares, como irmãs e sobrinhas.

Como exemplo, podemos citar o padre João Alves da Costa, secular que viveu em casa de morada localizada na freguesia de Guarapiranga com a irmã, dona Izabel Thomazia de Almeida, e as sobrinhas, Reginalda e Maria Magdalena. Nessa residência, eles plantavam algodão de rama e em caroço, que em um dos quinze teares da residência eram modelados para produzirem tecidos grosseiros. Também criavam gado, que depois de abatidos tinham a carne retalhada e o couro curtido.<sup>221</sup> Após essa prática, os tecidos e o couro eram modelados e costurados pelo padre na forma de chapéus, chicotes e mantas, e vendidos na freguesia pelo secular durante as missas ordinárias. Essa produção também era comercializada em outras regiões da capitania, por meio de seu cunhado, o capitão Francisco Alves da Costa, que também comercializava carne em retalho, porcos em pé, doces e emprestava dinheiro a juros em nome do padre.<sup>222</sup>

A participação dos cunhados nas trocas e finanças realizadas por padres eram recursivas, principalmente de comerciantes de grosso trato, que fixaram residência em Vila Rica, e controlavam as entradas e saídas na capitania de mercadorias, como secos, molhados, escravos e gados. Entre os 35 padres, 19 deles tiveram irmãs casadas com esses contratadores, sendo oito delas portuguesas. 25 deles tiveram sobrinhas casadas com comerciantes atuantes

---

<sup>221</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre João Alves da Costa, 1811. Códice: 23. Auto: 613. 1º Ofício, p. 11.

<sup>222</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Capitão Francisco Alves da Costa, 1815.

na praça mercantil do Rio de Janeiro. E, apenas dois padres tiveram afilhadas casadas com homens que atuavam nesses negócios.

Além disso, o parentesco ritualístico aparecia no processo de admissão às ordens sacras, onde não eram esporádicos os pedidos de dispensas das inquirições de sangue, vida, costumes e patrimônios de afilhados de padres, como são os casos de Feliciano da Trindade<sup>223</sup>, Antônio Pereira<sup>224</sup> e Felisberto<sup>225</sup>, os três primeiros “meninos” pardos ou cabras do bispado a receberem dispensas da cor, todos por terem sido criados padres padrinhos de batismos. Desse modo, o batismo além de ser um sacramento que inseria o indivíduo no seio da sociedade cristã representava para os afilhados de padres ganhos materiais e simbólicos.

Neste sentido, cabe ressaltar que para a escolha de padrinhos os familiares tinham que leva em consideração as possibilidades reais desses se comprometerem a cuidar dos afilhados sem adotá-los, caso os pais não tivessem condições de sustenta-los. Por tal motivo, o direito canônico não permitia que padre fossem padrinho de batismo (Trento, can. 530, n.1), salvo permissão, por justa causa, do bispo da diocese.<sup>226</sup> Na diocese de Mariana encontramos um alto índice de padres com afilhados de batismo, meninos aspirantes ao clero, meninas vocacionadas a vida religiosa, órfãos, escravos e índios. O padre Raimundo Macedo é representativo dessa prática. Em uma análise preliminar das bases de batismo de Mariana, ele aparece enquanto padrinho de 40 pessoas, seis escravos, um índio, 21 meninas e 12 meninos.<sup>227</sup>

Segundo autores que estudam as relações de compadrio, os pais ao escolherem os padrinhos de seus filhos levavam em consideração possibilidades de ganhos econômicos e prestígio. Sheila de Castro Faria (1998) observa que em Campos dos Goitacazes havia uma preferência em escolher os padrinhos com fortunas iguais ou superiores a dos familiares das crianças. Para o município de Paraíba do Sul, Ana Maria Lugão Reis (1990) destaca uma preferência dos pais em escolherem os familiares ou vizinhos. O que se assemelha ao caso Mariana, onde em sua esmagadora maioria havia a preferência por reforçar os laços de

---

<sup>223</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana** – Processos de De Genere Et Moribus de Feliciano da Trindade, 1847. Era Cabra, filho natural de seu padrinho padre.

<sup>224</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana** – Processos de De Genere Et Moribus de Antônio Pereira, 1739. Era negro, afilhado de batismo de padre.

<sup>225</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana** – Processos de De Genere Et Moribus de Felisberto, 1843. Era negro, filho natural de seu padrinho padre.

<sup>226</sup> OURO PRETO. **Arquivo Paroquial da Igreja de N. S. da Conceição** – Batistério e cerimonial dos sacramentos da Santa Madre Igreja Romana. Códice 515 Cx. 07.

<sup>227</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana** – Livro de Batismo da Igreja do Carmo e da Conceição de Mariana, 1749 a 1882.

parentesco, sendo avós, tios e primos a maior frequência dos padrinhos. Depois desse, apareciam membros da vizinhança.

A vizinhança representa o conjunto de pessoas que moram próximos (CANDIDO, 1977, p. 244). De modo geral, podemos identificar que esse grupo de padres residia perto um dos outros, na localidade denominada de colina de S. Pedro dos clérigos. Além de residirem nessas localidades, esses possuíam moradas de fazendas em regiões rurais da paragem, como a freguesia de Guarapiranga, S. Antônio do Bacalhau, Itaverava e Catas Altas, nas quais eram vizinhos de parentes, como irmãos, primos e afilhado. O padre Jacinto Ferreira dos Santos é um exemplo. Ele residia em Mariana com sua irmã e dois sobrinhos em casa de morada de cara fronteira ao palácio episcopal.<sup>228</sup> Ao fundo dessa residência morava seu primo, o padre Manoel da Nobrega, que dividia a casa com seu irmão, o padre Alexandre da Nobrega, e a sobrinha, Maria do Espírito Santo. Na lateral esquerda morava o tio desses padres, e na da direita o sócio de padre Jacinto em uma lavra de moro, o padre Miguel Rodrigues. Já na freguesia de Guarapiranga, padre Jacinto tinha uma fazenda, na direita vizinha da casa de seus pais, na esquerda de seu irmão, com quem era sócio em roça de milho e no engenho de cana. Também participava dos lucros da venda de porcos, cachaça e rapadura da fazenda de seus pais, gerida pelo seu irmão mais velho.

Assim sendo, o atributo de parentesco e vizinhança potencializavam as redes desses clérigos, ao mesmo tempo em que ligava esses homens ao espaço social do termo, que por vezes se fazia segregado.

## **2.1. Espaço e Segregação**

A localização espacial, sem dúvida, influenciava o contato e a formação de redes entre as pessoas próximas. Neste sentido, o geógrafo Milton Santos (1978, p. 171) compreende que o espaço é formado por uma estrutura de pluralidade de representações e relações sociais cujas forças são desiguais, oferecendo “[...] a *alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduza relações sociais*”. Sendo um híbrido de formas, conteúdos, funções, objetos, ações, processos e resultados que (re)transformam o espaço em acordo com os processos econômicos, culturais e político, segmentando-o em sítios sociais, nos quais podemos

---

<sup>228</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN**. Inventário do Defunto Padre Jacinto Ferreira dos Santos, 1814. 1º Ofício.

observar o movimento convergente de disputa entre atividades e pessoas afeiçoadas por suas exigências funcionais da localização territorial. Sendo esses sítios as características marcantes do fenômeno atemporal que os geógrafos denominam por segregação (SANTOS, 2000).

A segregação consiste nesse processo de espacialização das residências concentradas em bairros por distinções, honras e privilégios de indivíduos que criam sítios sociais, muitos particulares, perdendo o contato físico com outras pessoas e grupos. Essa separação, física e social, cria distâncias entre fatores biológicos, educação e profissão. Ao tempo que mobiliza a formação de redes entre os grupos, nas esferas da família e da vizinhança, em suas estratégias de sobrevivências e suas condições de moradia.<sup>229</sup>

Em relação ao grupo estudado, percebe-se que esse foi marcado pela segregação no tenso convívio, sociabilidade, medos e hierarquias pela “graça” de pertencer o clero católico na região. Relação simbólica que começava pela distinção das assombradas residências pertencentes a alguns nobres clérigos que detinham o conhecimento em suas mãos e residiam em um bairro colocado no ponto mais alto da cidade para demarcar o poderio desse grupo, espaço conhecido por colina do Príncipe S. Pedro. Para residir nessa localidade, o padre secular tinha que ser pároco, cônego ou membro da Sé, não podia ter fonte de culpa ou vergonha, a batina inteiramente branca, indicando pureza de sangue vida e costume, elevados rendimentos econômico, tais como mais de cinco escravos, um cavalo, rendimento anual de 1 conto de reis.

Nesse “bairro” dos padres, o grupo se solidarizava na construção das residências, em acordo com o grau clerical e condição econômica. Isto é, quanto mais próximo ao palácio episcopal, residência do bispo, mais importante era o padre na Igreja, e quanto mais janelas tinha sua residência mais rica era o seu patrimônio econômico. Além disso, as casas de padres eram separadas entre de morada, assombrosas, com pé direito duplo, local dedicado a capela particular e o galo de S. Pedro (lugar de suicídio), de viver, com pé direito simples e galo de S. Pedro, e de beco, residência compartilhada entre clérigos.<sup>230</sup>

Nessa colina as moradas eram separadas em acordo com a origem espacial e grau na hierarquia do secular. Os que migraram de Portugal moravam em linha reta, no lado esquerdo a igreja dos clérigos, que ficava no fim da rua, enquanto os nasceram nas Minas, e foram formados no seminário de Mariana, residiam em linha reta à direita. Já os mineiros que

---

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> MARIANA. MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Livro de Registro Geral da Confraria de S. Pedro dos Clérigos, 1756.

receberam grau de teologia em Roma, ou seja, os mais importantes padres da região, moravam no centro, ao redor da à igreja de S. Pedro. A morada em vida do bispo, por sua vez, era a primeira casa da “vila”. Já após falecimento, esse era encaminhado para o altar da igreja, tendo o corpo depositado dentro da imagem oca de S. Pedro.<sup>231</sup>

Outros padres que residiam no centro urbano do termo, estabeleceram suas moradas em conjunto na rua da Olária, onde no ponto mais elevado ficava o seminário de N. S. da Boa Morte. Nessa rua residiam padres que dedicavam à formação de novos clérigos, os chamados padres formadores. Estes estabeleciam suas moradas em linha reta, respeitando hierarquias intelectuais. Os padres com maior grau de formação (doutores em teologia, retóricas, artes, cânones) tinham casas no pé do morro, enquanto no ponto mais elevado ficavam os de menor prestígio intelectual. Essa hierarquia respondia além da lógica simbólica, questões econômicas. Isso porque a formação clerical se dava por meio de contratação de professores, os que moravam na parte mais baixa da rua eram os que cobravam os maiores honorários, logo, as famílias mais ricas não necessitavam escalar o morro para realizarem os pagamentos trimestrais.<sup>232</sup>

Já os padres que não estavam no centro urbano do termo, reproduziam espacialmente lógicas hierarquias nas vilas e arraiais mineiros, em acordo com o grau clerical, o ideal de pureza e a origem espacial do secular. Permitindo-nos inferir que além do espaço e segregação, a migração era importante atributo na formação de redes de clérigos.

## **2.2. Migração**

Os estudos sobre a migração constituem-se em área fundamental do saber histórico. Segundo Margarida Durães (1992, p. 129-130), a migração consiste num deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, em fluxo descontínuo por questões econômicas, culturais, políticas e naturais, de forma temporária ou permanente. Em relação a Portugal setecentista, esse fenômeno correspondeu a extraordinárias taxas entre homens que buscavam fortunas e, conseqüentemente, conquistar mercês de títulos de nobreza, típicos das honras da cultura política de Antigo Regime.

---

<sup>231</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Livro de Matrícula: 1792-1854 e Livro Geral da Cúria.

<sup>232</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Atestado de Missas Celebradas, 1747.

Entre os muitos homens que migraram para as Minas Gerais em busca de melhores condições de vida estava Antônio Luiz, que deixou sua freguesia de S. Tomé de Lama, comarca Panafeil, bispado do Porto, ainda jovem, e veio para o arraial de Pinheiro, e após “enraizar-se” nessa região, abriu na diocese de Mariana processo de habilitação às ordens sacras. Se em algum momento ele teve projetos de retornar a terra natal, para case de seus pais Manoel Gomes e Maria Luiza, acabou por abandoná-los, ainda que sua ligação com os seus no reino continuasse, visto que ele mandava dinheiro a seu irmão, Manoel Jorge, casado com sua prima, dona Maria Jorge Ribeiro, para cuidarem de seus oito filhos.<sup>233</sup> Em 1756, pediu ao concelho ultramarino licença para visitar o reino e buscar sua irmã que acabará de viuar, dona Maria Tereza, com seu filho e duas filhas.<sup>234</sup> O pedido foi aprovado e após chegarem a esse lado do Atlântico, suas sobrinhas conseguiram estabelecer importantes casamentos, Maria Jorge casou-se com o vereador mais velho do senado local, doutor Manoel Rodrigues, e Mônica Jorge casou-se com o comerciante residente no Rio de Janeiro. Já seu sobrinho, Felipe Jorge, ingressou no seminário e fez carreira presbiteral de missa.<sup>235</sup>

Após ordenar-se, Felipe Jorge, assumiu o cargo de padre coadjutor na igreja de N. S. do Rosário, no Arraial de Pinheiro. Quando seu tio faleceu foi promovido ao cargo de pároco, ao qual deixou após acusações nos tribunais eclesiásticos de Mariana e nas auditorias de Vila Rica que ele vendia “*nessas minas escravos que guardam ainda relíquias de sua gentildade*”, tais como a escrava Ant. Minas, que durante a noite praticava “*crime de feitiçaria*” para seduzir o seu senhor; a negra Josefa e Custodia, que eram afeitas a “*casa de Oleuce*”; e o escravo José Rego, que quando o seu senhor saía de casa usava ervas para molestar sua senhora, com quem “*deitava-se sem escrúpulos. Tendo relações carnis proibidas*”. Segundo as testemunhas, era “*o padre Felipe Jorge que entregava aos escravos as ervas mágicas em troca de ouro ou cavalos*”. Muitos desses roubados, “*como pudemos constatar, esse pároco guarda em sua residência muitos cavalos roubados*”. Apesar das muitas testemunhas, o padre Felipe foi absolvido das acusações e transferido para a vila de Xopotó.<sup>236</sup>

A migração era, assim, um atributo que se relacionava a maneira de associação e incorporação dos clérigos que chegavam à localidade. Júnia Furtado ressalta que essa

---

<sup>233</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Processo De Genere de Antônio Luiz Ferreira, 1752.

<sup>234</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto dona Maria Tereza Ferreira, 1833.

<sup>235</sup>Ibid.

<sup>236</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Processo de Epistolário contra padres comerciante, 1844.

população migrante possuía os mesmos padrões de sua região de origem, fazendo com que a colônia fosse extensão da metrópole, com altos índices de ilegitimidade, casamentos tardios e grande número de celibatários (FURTADO, 1990, p. 154-155). Desse modo, a migração constituía enquanto um processo de deslocamento e reinserção social dos clérigos, que poderia pela presença das redes na localidade serem incorporado a sociedade mineira, sem, com isso, perder contatos com parcela de suas redes de origens, baseadas em familiares e vizinhanças. Em redes fortemente marcadas pela homofilia de gênero.

### 2.3. Gênero

As redes de sociabilidades e solidariedades de clérigos também eram formadas por princípios baseadas nas diferenças percebíveis entre os sexos. Nas atividades da agricultura e na pecuária, por exemplo, era recorrente no grupo o emprego de mão de obra feminina, de irmãs, sobrinhas e afilhadas, em tarefas de colheita, fiar e tecer o algodão, secagem e curtição do couro de animais, produção de doces, queijos, rapadura e outras atividades da unidade produtiva para o consumo e/ou para o mercado.

Exemplo interessante sobre a participação dessas mulheres nas atividades, temos o estudo de caso do inventário de padre Francisco Gomes Delgado<sup>237</sup>, morador em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar. Esse documento nos permite inferir que havia em sua residência o desenvolvimento de várias atividades produtivas, como agricultura, pecuária, mineração e fabricação de tecidos. Na descrição de seus bens encontramos ferramentas para atividade de mineração como o almocafre, machada e enxadas; para produção de tecido como 21 “*teares aparelhados*”; benfeitorias como casas de sobrados, capela, paiol de telhas, milheiro de telhas, moinho e monjolo, 360 cabeças de gado, 54 porcos em pé, terras de cultivos, lavras de morro e 75 escravos entre africanos e crioulos. Ele não tinha parentes consanguíneos na colônia. Seu irmão, Manoel Gomes, e suas quatro irmãs, Maria, Jofesa, Vicencia e Clemencia Clara, eram casadas e viviam com a família em Lisboa. Suas únicas companhias femininas na residência eram sua afilhada, dona Catarina, filha legítima de “*meus amados compadrardes o capitão Leonel Lima e dona Maria Inácia Pires*”, e uma negrinha, casada com seu escravo Tomas Banguela.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do defunto Francisco Gomes Delgado, 1763.

<sup>238</sup> Ibid.

Dona Catarina era fiadeira, tecedeira, costureira, lavadeira e cozinheira da casa do padre. Sabia ler e escrever corretamente a “*receita de goiabada*”. Era casado com o comerciante de secos, molhados, escravos e gados, João Marcello de Macedo, também afilhado de batismo e sócio do padre Francisco, com quem aprendeu contabilidade e o ofício de comerciante. O casal teve oito filhos, todos afilhados do padre. Assim como João Marcello, a presença dos homens aprecia com frequência nas tarefas da unidade produtiva dos padres na condição de sócios na gestão da terra, produção de cereais e carnes. Conferindo a esses laços de sociabilidades certa hierarquia de papéis de gênero, em que as relações dos padres com mulheres eram verticais e correlacionadas diretamente aos vínculos familiares, enquanto com indivíduos do mesmo sexo eram horizontais e envolviam vínculos de rendimentos e custos.<sup>239</sup>

Desse modo, portanto, podemos evidenciar nas redes de clérigos “[...] *como o gênero opera, como essa operação marca as narrativas, bem como o que nelas se expressa*” (KOFES.; PISCITELLI, 1997, p. 352). Neste sentido, procuramos, por meio das clivagens de gênero, indícios que circunscreve a capilaridade do poder “[...] *fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo*” (SCOTT, 1995, p. 72) vinculado às identidades dos sujeitos nas interações culturais, visando perpetuar relações de solidariedade ou de dominação e exclusão. Isso, porque, como afirma Lynn Hunt (1992, p. 24), “*sem alguma discussão de gênero, nenhum relato de unidade e diferença culturais pode estar completo*”.

### **3. As Solidariedades das Redes**

A partir de análises desses atributos constatou-se a existência de dois tipos de solidariedades sociais que garantiam uma ligação maior ou menor entre os clérigos e/ou a coletividade. Sendo a solidez, o tamanho ou a intensidade dessas variando segundo as seguintes situações:

#### **3.1. As Solidariedades Internas**

O primeiro tipo de solidariedade identificada no grupo são as *internas*, que definimos como sendo as formadas no âmbito do clero para ajudarem-se nas tarefas religiosas, construções de suas moradas, posse de escravos, na formação de novos clérigos, na cobrança

---

<sup>239</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do defunto dona Leonel Lima, 1792.

e pagamento de dívidas, reunirem forças contra possíveis ataques de “*escravos que matam padres*”, holandeses e protestantes, além, claro, de se solidarizarem para os ritos funerários. A extensão desse tipo de solidariedade dependia da consciência e vontade coletiva do grupo, o que proporcionava a mesma uma variabilidade na coesão, harmonia e características gerais dessas solidariedades, sendo as mesmas organizadas no modo horizontal ou vertical.

As solidariedades horizontais eram firmadas em situações em que os clérigos envolvidos possuíam o mesmo nível decisório, não havendo subordinação de um em relação ao outro. Isso acontecia com frequência entre os párocos que se uniam para controlar a distribuição da água potável na cidade.

Naquela sociedade, as águas para ser consumida pelas pessoas e animais tinham que serem “benta” por um padre, pois, caso contrário, corriam-se riscos de adquirir doenças por feitiços. É, neste sentido, que conta-se Bernardo José de Carvalho ofereceu água de um tanque aos animais de sua chácara localizada no arraial de N. S. da Conceição de Guarapiranga. Essas águas eram usadas por muito negros da região, que se banhavam nelas, lavavam roupas e bebiam das mesmas, sem riscos. No entanto, quando elas foram oferecidas ao seu rebanho, ele notou que essas águas estavam contaminadas por bruxarias que matou quase todos os animais. “*A desgraça não foi maior porque seu pároco abençoou o rebanho. E o advertiu para que não fizesse usos de águas sem prévio consulta as autoridades eclesiásticas*”. Dona Joana da Rocha também fez uso de águas contaminadas por feitiços, oferecidas por uma sua escrava Ana Crioula, ficando gravemente enferma. Sendo necessário ao pároco contatar mestres no Rio de Janeiro para quebra do feitiço.<sup>240</sup>

Para evitar os riscos de adquirir doenças enviadas pelo demônio, as pessoas eram aconselhadas a consumirem somente águas bentas das portas das casas paroquiais, onde estas eram ofertas aos fiéis em pequena quantidade diárias. Mas para usos das fontes de águas, os padres exigia-se que o paroquiano estivesse em dia com os sacramentos da Igreja e não tivesse dívidas prescritas com algum clérigo da cidade. Caso contrário, o nome do fiel era comunicado aos 18 padres que geriam as águas potáveis no centro urbano, que se uniam para restringirem o acesso desse as águas até que o paroquiano quitasse suas obrigações.<sup>241</sup>

Por tal motivo, as pessoas que se utilizavam de operações de financiamento de créditos com padres, se não honrasse com o compromisso de devolver o valor do contrato em prazo

---

<sup>240</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Livro Geral da Cúria (1745-?).

<sup>241</sup> Ibid.

estabelecido (um ano litúrgico), sofriam sanções das chagas de Cristo. Para execução dessas os padres da localidade se uniam para reproduzirem na vida do devedor os cinco sinais que aparecerem no corpo de Jesus crucificado, acrescidos de mais três estigmas, as chamadas oito chagas de Cristo. Na cruz, esse teria tido sede e lhes deram de beber vinho misturado com mirra. Logo, se alguém devesse a um padre em Mariana, no exemplo de Cristo, cabia aos clérigos impedirem que esse tivesse acesso as suas águas, que ficava dia e noite vigiada por um escravo batizado. Na cruz, ele teria tido fome e não lhes deram de comer. A esse exemplo, os padres não podiam lançar sobre as colheitas de seus devedores bênçãos e os fiéis não podiam alimentar aqueles que não pagavam aos seus sacerdotes, pois, caso contrário, corria-se sérios riscos de sofrerem com as chuvas enviadas por esses homens que castigavam as roças. Na cruz, Cristo teve frio, teve dor e foi torturado. A esse exemplo, cabia os clérigos fazerem o mesmo aos seus devedores. Não podiam lhes amparar, curar suas feridas, com suas artes de medicinas, e/ou defenderem esses de torturas físicas. Acrescia-se a esses estigmas três torturas particulares estabelecidas pelo contrato, como raptos de bens, negação dos sacramentos de batismo matrimônia e ordem sacra a devedor e seus familiares.<sup>242</sup>

Devida à sorte de quem não satisfazia os compromissos dos financiamentos dos clérigos, os fiéis empenhavam-se ao máximo para horarem seus débitos, devolvendo o empréstimo no prazo estabelecido. Mesmo que para isso necessitassem de fazer novos empréstimos com outros seculares. É caso do Alferes Bernardo Gomes, que em 1762 pegou 200\$000 reis de empréstimo com padre Francisco Gomes Delgado<sup>243</sup>, com juros de cinco chagas. Passo um ano litúrgico, ele quitou essas dívidas pelo empréstimo de 500\$000 concedido pelo padre João Soares de Araújo<sup>244</sup>, que foi pago após um ano litúrgico por novo empréstimo realizado pelo padre Francisco Delgado.<sup>245</sup> Também é o caso de Francisco Leitão, que devia 336\$000 reis ao padre Francisco Delgado<sup>246</sup>, com acréscimo de oito chagas. Também devia 176\$000 reis ao padre José Teixeiras de Souza<sup>247</sup>, 565\$ reis ao padre

---

<sup>242</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – MARIANA – Livro de concessão de créditos do Padre Francisco Gomes Delgado, 1749-1763

<sup>243</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto Reverendo Padre Francisco Gomes Delgado, 1763.

<sup>244</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto Padre João Soares de Araújo, 1821.

<sup>245</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto Reverendo Padre Francisco Gomes Delgado, 1763.

<sup>246</sup> Ibd.

<sup>247</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto padre José Teixeiras de Souza, 1768.

Bernardino Ferreira Romão<sup>248</sup>, mais 286\$000 reis ao padre Sebastião José Godoy<sup>249</sup>. Quitou as dívidas após longos anos de torturas dos credores, por meio de empréstimos concedidos pelo padre Bento de Melo Rego<sup>250</sup>, que em testamento predou as dívidas “*em agraciamento ao muitos favores prestados a minha casa*”, em especial “*por ter conduzido com segurança pelos sertões a minha amada sobrinha Ana Mara até o Rio de Janeiro*”.

Em relação às solidariedades verticais, entendemo-las enquanto relações existentes entre os clérigos que participavam com diferentes níveis de poder de decisão dentro de uma organização. Como exemplo, podemos citar a administração das missas, celebradas diariamente nas paróquias e divididas entre conventuais, ordinárias e festivas.<sup>251</sup>

As conventuais eram celebradas às nove da manhã para os padres e seminaristas da região. Eram obrigatórias a todos os que tinham cargos eclesiásticos, que em caso de impedimento tinha que comunicar ao bispo os motivos pela falta. D. f. Manuel da Cruz, ao longo de sua gestão, observou que muitos padres mentiam para justificarem a não presença nas missas. O arcediogo José de Andranches e o cônego Francisco Ribeiro da Silva, por exemplo, faltavam com frequência a essas celebrações, alegando cuidar de parentes doentes. No entanto, eram vistos pela população local em jogos de bolas ou perturbando a ordem, roubando cavalos e, em caso mais grave, atirando em pessoas dos padres que os delatavam ao bispo.<sup>252</sup>

As missas ordinárias, ou comuns, eram celebradas diariamente às 15 horas em todas as paróquias do bispado, para pessoas comuns, que após as setes estações se reunião no adro da igreja para fumar charutos, cheirar piteira e fazerem negócios, como contratos de vendas e compras de gado, escravos e casamentos. Os padres sempre interferiam nesses negócios, ditando os preços justos e testemunhando os acordos. Para a celebração desse ritual era necessário o mínimo de quatro padres, que participavam solidariamente de forma desiguais. O pároco era o presidente da celebração, sua função era de pregar a palavra e distribuir o sacramento da comunhão. Os coadjutores, por sua vez, tinham por função auxiliarem na condução do ministério, como fiscalizar os fiéis, para que esses não dormissem, sentasse-se em locais impróprios a suas condições econômicas, ou, então, não olhassem para a hóstia

---

<sup>248</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Inventário do defunto padre Bernardino Ferreira Romão, 1817.

<sup>249</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Inventário do defunto padre Sebastião José Godoy, 1796.

<sup>250</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Inventário do defunto padre Bento Melo Rego, 1816.

<sup>251</sup>MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)* – Atestado de Missas Celebradas, 1747.

<sup>252</sup>Ibdi.

suspensa. Nesse caso, cabia a um dos coadjutores anotarem a conduta e comunica-la as autoridades clericais, visto poder se tratar de um herege.<sup>253</sup>

As missas festivas, por sua vez, eram celebradas às 15 horas dos domingos e dias santos de guarda. Exigia a solidariedade entre o pároco e mais setes coadjutores, que se alternavam de forma hierárquica para ministrarem as sete estações das missas, que duravam três horas mais ou menos.<sup>254</sup>

Além dessa participação vertical nas missas, as solidariedades entre os clérigos se faziam de modo hierárquico e excludente na celebração de seus funerais. Os padres com mais elevados patrimônios e de cargos de maiores destaques tinham os corpos tratados como reverências, decoro, honra e piedade, como é o caso do cônego Raimundo da Silva Cardoso<sup>255</sup>. Este secular teve a morte anunciada por sinais de doenças durante dez anos, e, em 1820, quando enfim seu corpo estava moribundo, foi revestido por sobrepeliz precioso, estola roxa e posto em luxuoso caixão, vindo de Roma e abençoado pelo Papa, depositado no centro de sua casa, decorada com panos negros, folhas de cravos, canela e laranjeira, iluminada com castiçais e lanternas que exalavam perfumes lúgubres. O luto foi declarado pelo choro das carpideiras.<sup>256</sup>

Ajoelhados e contritos aos pés do caixão, os padres da região esperavam pelo bispo José da Santíssima Trindade, que chegou sendo conduzido em trono portátil, leu as preces e ungiu os olhos, orelhas, nariz, boca e mãos do defunto. Em seguida, o cadáver foi revestido pelos clérigos com as roupas mortuárias de S. Pedro e o bispo, com a caldeira de água benta, espargiu os presentes. Após isso, os toques dos sinos da Sé anunciaram a primeira saída do finado em cortejo pelas ruas da cidade. Os militares dispararam tiros de espingardas, enquanto da residência saiu o afilhado mais ancião de sacerdócio do morto, carregando uma cruz, seguido pelos seculares mais próximos do defunto, que conduziram o pesado caixa, aberto, com a face do falecido descoberta e maquiada, iluminada pelo clarão das velas, até o centro de um altar florido, puxado por cavalos, que foi cercado por padres montados a cavalos. Seguindo-os, o cabido saiu da residência carregando o bispo em seu trono portátil, e se posicionaram em filas por graus na hierarquia clerical. Sendo seguidos pelos demais clérigos da região, familiares do defunto, vizinhos e pelos demais fiéis da região, que saíram pelas ruas

---

<sup>253</sup> Ibid.

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto padre Raimundo da Silva Cardoso, 1820.

<sup>256</sup> Ibid.

do arraial de cima em longo cortejo. Durante o trajeto, as pessoas que encontravam ajoelhavam-se à sua passagem. As casas eram iluminadas por velas nas janelas. Os escravos dançavam músicas confusas, enquanto os padres cantavam os ofícios fúnebres. Em vários momentos, o cortejo era interrompido por homenagens de pessoas ilustres, que das portas de suas assombrosas residências discursavam, lembrando os atos heroicos do secular na região. Até que, enfim, a procissão alcançou a catedral, onde houve missa e as altas personalidades do clero, o primaz da Bahia, o bispo do Rio de Janeiro e o de Mariana, lhe disseram sermões. Por fim, o corpo foi conduzido em igual exuberância até a residência do clérigo, de onde o ato foi repetido por três dias, até, que enfim, foi conduzido da Sé para a colina de S. Pedro dos clérigos, onde foi retirado do caixão e posto sob a laje do coro, próximo as santas relíquias dos clérigos.<sup>257</sup>

Ao contrário da exuberância, excessos e mobilização dos clérigos, que marcaram a encenação desse funeral, o enterro do padre Leandro Luiz Antônio<sup>258</sup> foi conduzido modestamente. Em parte, porque ele faleceu de modo inesperado em pleno sertão da Mata, onde não havia condições de garantir os sufrágios adequados. Soma-se a isso, o fato de ter tido uma morte acidental, prematura e longe de casa, o que era visto como grande desventura pela sociedade da época, visto que os que ficavam não assistiram-no agonizar pela doença, que era uma prova do empenho de Deus em facilitar a salvação, “*porque se assim não fosse, ele [...] mandaria uma morte repentina*” (REIS, 1991, p. 101).

Apesar disso, o padre preparou diligentemente à própria morte, deixando recomendações para a cerimônia de seu enterro, na qual dever-se-ia reunir o maior número de clérigos possíveis: os antigos amigos de seminário, seus parentes padres, os bispos do Rio de Janeiro, S. Paulo, Maranhão e Pernambuco, os religiosos das ordens de S. Bento, Carmo e Cia de Jesus. Também pediu que lhe fizessem cortejo “*sem pompa*” por três dias, com missas de corpo presente, pagamentos de esmolas e orações.<sup>259</sup> O que não foi cumprido, devida à fatalidade de ter falecido sem o ministério da comunhão e da extrema unção. Por tal motivo, seu funeral foi conduzido sem cortejo, contanto com a presença de alguns poucos padres amigos e familiares.<sup>260</sup>

---

<sup>257</sup> Ibid.

<sup>258</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto padre Leandro Luiz Antônio, 1753.

<sup>259</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto padre Leandro Luiz Antônio, 1753.

<sup>260</sup> Ibid.

Podemos perceber, assim, que as solidariedades entre os clérigos eram hierarquizadas e conflitivas. Até mesmo na celebração de enterros havia diferenças entre os que ocupavam cargos elevados e de poder econômico em relação aos menos favorecidos financeiramente, que ocupavam cargos periféricos e em regiões mais distantes da Sé. Os códigos de honra e os valores clericais também se expressavam nas formas de tratamentos diferenciados pelos membros da sociedade colonial, com quem esses estabeleciam relações de amizade e proximidades. Assim sendo, em inúmeros casos, as sociabilidades dos clérigos também resultavam de agrupamentos motivados por solidariedades externas.

### **3.2. Solidariedades Externas**

As solidariedades externas eram construídas pelos clérigos com mulheres, oficiais, comerciantes e outros indivíduos daquela sociedade, e eram motivadas principalmente por questões profissionais, comerciais, parentesco e vizinhas, com três características de sociabilidades: locais, coloniais e globais.

Em nossa amostra podemos observar que 94,2% dos clérigos praticavam atividades voltadas para agricultura, pecuária, mineração e alambique. Sendo a cultura de milho (54,2%), de algodão de rama (51,4%) e poaya (48,5%) a maior parcela dos empregos de padres na agricultura. Em relação à pecuária o destaque era a criação de gado (85,5%), porcos (51,4%) e galinhas (22,8%). A produção de cachaça, rapadura e fumo era de 14,2%. Enquanto a mineração era praticada por 91,4% dos clérigos.

Para gerenciar essas atividades domésticas e produtivas, esses homens contavam com a solidariedade de parentes. Cerca de 60% desses seculares residiam em domicílio com irmãs (31) e sobrinhas (78), que se ocupavam das atividades de fiadeiras, tecedeiras, costureiras, lavadeiras e cozinheiras. Algumas dessas (31,4%) eram casadas com comerciantes de grosso trato ou retalhos, que também moravam na residência com o padre (cunhado ou padrinho) e eram responsáveis por transportar e comercializar a produção de suas fazendas. Em escala menor, os padres também contavam com a solidariedade de seus vizinhos: irmãos, sobrinhos, tios e pais, especialmente na exploração das lavras e no comércio de escravos. Eles ainda eram mutuados pelos amigos, padres e aspirantes ao clero, com os quais dividiam trabalhos pastorais e contratuais de compra e venda de grãos, utensílios e gente.

O padre João de Souza Barradas é um exemplo interessante. Nascido em Portugal, ele veio para colônia ainda criança, ao lado de seus pais e oito irmãos. Nesse lado do Atlântico sua família fez fortuna com o comércio de porcos em pé, gado, cachaça e rapadura. Suas seis irmãs casaram-se com contratadores de mercadorias e políticos da câmara de Mariana. Uma delas, vocacionada ao convento da Ajuda, ficou solteira para cuidar dos pais. Já seu único irmão era religioso jesuíta e missionário no oriente. Semelhante ao seu tio paterno, que após atuar nas missões na China, foi indicado a cargo no colégio dos jesuítas de Roma. Outros dois tios maternos eram religiosos da ordem de S. Bento, em Portugal, com os quais mantinha contato por correspondências. Teve seis sobrinhos aspirantes ao clero secular. Todos educados pelo tio, que além de trabalho pastoral e catequético, especialmente de índios, atuava enquanto médico, marceneiro e alfaiate. “Artes” que compartilhava com 25 sócios padres, que, assim como ele, atuavam no “hospital”, mercenaria e alfaiataria da Sé de Mariana.<sup>261</sup>

Além dessas, o sistema de crédito/débito viabilizou as solidariedades e conectividades entre os clérigos e a localidade. Isso, porque, o crédito era uma demarcação de,

troca de duas prestações diferentes no tempo: eu lhe presto serviço, você me reembolsa depois. O senhor que adianta o trigo e a semente a um camponês sob a condição de ser reembolsado na colheita abre um crédito; do mesmo modo, o taberneiro que, na ocasião, não reclama ao seu cliente o preço do que consumiu e o inscreve na conta do bebedor com um traço de giz na parede (o chamado dinheiro de assento), ou ainda o padeiro que entrega o pão e marca o futuro pagamento, gravando dois pedaços de madeira (uma parte ficava para quem dá, outra para quem leva). Os mercadores que compram trigos na planta, ou a lã dos carneiros antes da tosquia, em Segóvia ou em outras partes procedem do mesmo modo aos camponeses (BRAUDEL, 1996, p. 431).

É, nesse sentido, que na ausência de moeda para concretizar o escambo ou troca de produtos ou serviços, que os padres seculares recorriam aos contratos de concessão ou antecipação de créditos. A partir dos dados levantamentos nos 35 inventários analisados, conseguimos visualizar um total de 33:792\$248 reis em dívidas ativas e 3:067\$135 em dívidas passivas, uma porcentagem desigual que sinaliza para uma maior tendência desse grupo em conceder do que recorrer ao crédito. O quadro abaixo ilustra as dívidas ativas e passivas de um total de 329:799\$588 reis que formavam a somatória do monte-mor do grupo:

---

<sup>261</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do defunto padre João de Souza Barradas, 1822.

<b>Dívidas</b>	<b>Valores em Reis</b>	<b>%</b>
<b>Ativa</b>	33:792\$248	11,4
<b>Passiva</b>	3:067\$135	0,92

Fonte: Inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Podemos perceber que, em menor escala, os clérigos receberam créditos de outros súditos. Neste sentido, cabe ressaltar que pedir e receber crédito eram uma prática social ligada às virtudes e posicionamento social dos homens da época. Para solicitar era necessária que o pedinte tivesse uma boa conduta e que o concedente tivesse ofício, arte ou posição social igual ou superiora a sua (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 327-344). Neste cenário, portanto, o credor demonstra superioridade e virtude em relação ao seu devedor. Vejamos, assim, quem eram os credores dos clérigos:

<b>Homens</b>	<b>Crédito</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Crédito</b>	<b>%</b>
<b>Oficiais</b>	20	2,7	Viúvas de Oficiais	43	5,8
<b>Membros da Câmara</b>	12	1,6	Viúvas de membros da Câmara	30	0,4
<b>Negociantes</b>	6	0,8	Viúvas de Negociantes	13	1,7
<b>Clérigos</b>	6	0,8	Esmoleiras	4	0,5
<b>Outros</b>	0	0	Outras	2	0,2

Fonte: inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Embasados nesses dados, verificamos o notório número de mulheres que apareceram enquanto credoras de clérigos. Quando levamos em consideração as normas hierárquicas daquela sociedade, que alocava as mulheres posições inferiores aos homens, esses dados são

reveladores (PERROT, 2005). No entanto, quando decomposos esses podemos observar que essas mulheres eram viúvas, o que nos permite inferir que esses empréstimos fossem efetivados pelos seus cônjuges e elas herdado às dívidas. Entre o grupo, o clérigo que mais recorreu ao crédito foi Manoel Dias Braga. Ao todo, ele tinha 112 credores, entre padres (51), viúvas (31), homens de negócios (17) e outros (13), residentes em S. João Del Rei, Paropeba, Barroso Rego, Congonhas, Vila Rica, Mariana, Rio de Janeiro e Lisboa.<sup>262</sup>

Em relação aos créditos concedidos pelos clérigos, podemos observar que esses articulavam-se as redes de endividamento. Isto é, as concessões dessa credibilidade permitiam que os valores emprestados fossem reembolsados com juros, que como de costumes eram medidos pelas chagas de Cristo (ESPÍRITO SANTO, 2004). Além disso, as escrituras dessas dívidas podiam ser vendidas antes mesmo da data de vencimento, e, caso não fossem quitadas as obrigações, eram resguardadas aos credores ações de desapropriação com indenização. Nessas redes de clérigos predominou a homofilia de gênero. Vejamos a ocupação profissional dos homens envolvidos na concessão de empréstimos pelos clérigos

	Localidade			%		
	MG	RJ	PT	MG	RJ	PT
<b>Negociantes</b>	84	30	21	19,4	6,9	4,8
<b>Vivem de negócios ou bens</b>	61	12	--	14,1	2,7	
<b>Vivem de Lavoura</b>	51	2	--	11,8	0,4	
<b>Clérigos</b>	6	13	2	1,3	3,0	0,4
<b>Especializados em Ofícios</b>	46	12	--	10,6	2,7	
<b>Militares</b>	35	--	--	8,1		
<b>Outros</b>	4	--	53	0,9		12,2

Fonte: Inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Podemos observar que 70,3 % dos investimentos pertenciam à órbita regional. Destes, 23,7% foi concedido a homens que viviam de negócios, como Miguel Gomes da Fonseca, que aparece entre os devedores do padre Francisco Gomes Delgado, padre Antônio Luiz, padre José Batelho Borge, padre José Alves de Almeida, padre Francisco Vieira Alves e padre José

<sup>262</sup>MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) –. Inventário do Defunto Padre Manuel Dias Braga Códice: 121. Auto: 2534. 1º Ofício.

Xavier de Mello, dos quais obteve a dispensa das dívidas, o que demonstrava a superioridade e virtude desse grupo de clérigo em conceder patente favorável ao devedor, que necessitava dessa “ação de graça”. 20,2% foram concedidos pelos clérigos a homens que viviam de lavoura, como Francisco Leite, que devia ao padre Francisco Vieira Alves um monte mor de 1:895\$325, ou seja, significativa fortuna, que não tendo condições de pagar, teve seus bens sequestrados pelo clérigo. Mesmo assim, o monte-mor da sua família era inferior à dívida. Nessa condição, “para evitar mandar remeter preso o infeliz, permiti que ele e seus familiares se ocupem em minha fazenda, até que a dívida seja quitada”.<sup>263</sup> Já os oficiais militares representam 17,3% desses devedores. São homens como Alferes Bernardo Gomedes, que devia e 200\$000 reis ao referido padre Francisco.

Em relação aos créditos concedidos, também podemos observar financiamentos externos à capitania, motivados por solidariedades coloniais. Neste sentido, podemos destacar que 21,5% dos devedores dos clérigos eram homens residentes no Rio de Janeiro, tais como o homem de negócios, José Pereira de Souza, o jesuíta, Antônio Pereira, e o beneditino, Inácio de Almeida.

Já em Portugal, o crédito era concedido por meio de seus procuradores. Isto é, homens como o doutor Roberto Antônio Pavies de Silveira, que em Lisboa era procurador de 15 padres de Mariana, para emprestar dinheiro a juros de 8% trimestral e comprar dívidas de pessoas de bom tratamento na corte, como as notas de dívidas de artesão francês que não recebeu a quantia de 500\$000 reis do rei d. José I pelos serviços que lhes foram prestados. Notas que foram compradas em nome do padre Raimundo da Silva Cardoso, que exigiu do rei o pagamento ou a mercês de libertar de S. João Batista da Cadeia seu sobrinho, José Maria da Silva Cardoso.

Após as dívidas quitadas, os lucros alcançados deviam ser enviados de Lisboa para Roma, onde deveriam ser guardados por outros procuradores, que deviam usar os rendimentos acumulados em caso de falência do secular, falsas acusações de crimes e perseguições de hereges. Em Mariana, 15 clérigos estavam envolvidos nessa prática. Seus procuradores em Roma eram diversos, mas, todos eram seus conterrâneos, parentes ou antigos colegas de seminários. Como exemplo, podemos citar Manuel Pereira Godinho, que mandava seus lucros

---

<sup>263</sup>MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Inventário do Defunto Padre Francisco Vieira Alves, 1787.

para ser guardados no colégio dos Jesuítas em Roma, pelo seu tio. Formando, assim, solidariedades globais.

A partir dessas solidariedades internas (horizontais e verticais) e externas (locais, coloniais e globais) os clérigos seculares formaram no termo de Mariana redes de variadas dimensões, medidas e atributos.

#### 4. Tipos de Redes

As redes de clérigos, construídas no termo de Mariana, foram marcadas pela heterogeneidade de tamanho, coesão, conectividade, sociabilidade, atividade relacional, estrutura e localismo. Características que podem ser agrupadas em quatro tipos de redes:



Figura 10:Tipos de Redes

Fonte: Inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

#### **4.1. Redes pequenas a médias com pouca sociabilidade e localismo variado, com ênfase no comércio e na homofilia de gênero**

As redes pequenas possuem entre quatro e 28 nós, com média de quadro atributos (parentesco e vizinhança, espaço e segregação, migração e gênero), com pouca conectividade entre essas, e alta centralização ao *ego*. Elas são predominantes entre padres que possuíam os altos cargos eclesiásticos, residentes no centro urbano, eram de origens portuguesas, núcleos familiares pequenos e patrimônio material elevado (monte mor acima de 10:000\$000). Nessas redes predomina o baixo localismo, a homofilia de gênero, a ênfase no comércio e na atividade pastoral.

O exemplo nesse caso é o das sociabilidades do padre José Antônio Rego, morador no Arraial do Furquim, falecido no ano de 1821, com patrimônio avaliado em 16:017\$892 reis. Sua propriedade era dividida em várias atividades produtivas. Possuía duas fazendas de cultivos, quatro alqueires de milho, plantação de fumo, dezesseis alqueires de arroz, juntadas de bois, vacas, porcos arados de terra, carros de boi e transportes de alimentos. Benfeitorias como casas de sobrado, capela, paiol de telhas, milheiro de telhas, moinho e uma porção de terras de mineração. Tinha um plantel de 15 escravos africanos e oito crioulos. Administrava essas atividades ao lado de seu irmão, o reverendo José Antônio da Silva. Os lucros alcançados eram enviados para Coimbra, para o irmão padre Antônio da Silva Rego, que repassava os benefícios a seu outro irmão morador na freguesia de Fujo Sonral, padre João José da Silva, que cuidava de sua mãe doente, dona Roza da Silva. Sua rede de sociabilidades era essa, apenas quatro nós com dois vínculos (clero e família), duas esferas e dois contextos (local e global).<sup>264</sup>

Em outro exemplo temos a rede do cônego José Batelho Borges, português, nascido na freguesia de S. João de Figueiras de Carvalho, que vivia sozinho em residência na qual se cultivava cereais, como arroz, feijão e milho, e engordavam-se animais para abate, como porcos, bois e galinhas. Nessa unidade produtiva predominava a mão de obra de 34 cativos do sexo masculino. Sua rede tinha 15 nós, sendo oito localizados em Mariana (quatro padres seculares, dois comerciantes, um oficial militar e um bispo), um no Rio de Janeiro (um comerciante/cunhado), três em Portugal (um negociante, irmã e sobrinho) e dois em Roma (tio e primo), com longa extensão, cinco esferas (vizinhança, clero, família, comércio e crédito) e três contextos (local, colonial e global). Predomina nessas redes as relações

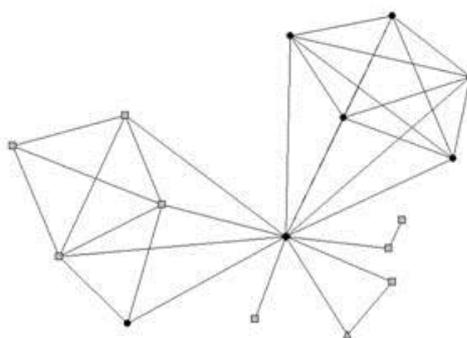
---

<sup>264</sup>MARIANA. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPANH – Inventário do padre José Antônio Rego,

familiares e de amizade com homens, motivadas pela exploração de minerais, produção de carne bovina e grãos de milho, concessão de créditos e atividades clericais.<sup>265</sup>

De forma similar, a rede do cônego Antônio Freire de Paz, português da região de S. Maria de Eunsalte, também apresenta uma estrutura simples. Trata-se de uma rede que tinha 28 nós, distribuindo entre 53,5% dos indivíduos residentes no termo de Mariana (seis clérigos, um bispo, cinco homens de negócios, sendo um seu cunhado, uma irmã e duas sobrinhas) e 46,6% dos demais localizados fora dessa localidade (uma irmã, três sobrinhos e dois negociantes residentes no Rio de Janeiro, sendo um deles seu cunhado e o outro seu irmão, um negociante em Portugal, um procurador no bispado de Lamego, um procurador nas índias, dois procurador em Roma e outros na China), com cinco esferas (clero, vizinhança, família, comércio e crédito), três contextos (local, colonial e global) e baixa relação de gênero. Seu núcleo família era formado pela irmã, sobrinhos e cunhado. Possuía 102 escravos, cultivava cana-de-açúcar, milho, feijão e mandioca, explorava minerais, comercializava cavalos, bois e porcos em pé, e emprestava dinheiro a juros.<sup>266</sup>

Em geral, essas redes pequenas predominaram nas relações de sociabilidades e solidariedades de 14,2% da amostra. As estruturas eram simples, com forte coesão entre o *ego* e seu agrupamento, que pouco se conectava entre si. Ligavam especialmente os clérigos de Mariana com indivíduos do Rio de Janeiro, Lisboa e Roma, e eram motivadas pelo comércio e concepções de crédito. Para melhor visualização desse tipo de rede recorre-se a seguinte sociograma da rede do cônego José Batelho Borges:



---

<sup>265</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPANH** – Inventário do padre José Batelho Borges,

<sup>266</sup>MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/ IPANH**– Inventário do padre Antônio Freire de Paz,

Figura 11: Sociograma da rede do cônego José Batelho Borges

Fonte: Sociograma produzido a partir da configuração de matriz reticular no software UCINET 6.0.

#### **4.2. Redes pequenas a médias, com sociabilidades variadas, mas bastantes locais, com ênfase na unidade produtiva e elevada relações de gênero**

Embora o localismo seja maior e a variabilidade da sociabilidade menor, essas redes eram progenitores do que anteriores, em média 21 a 38 nós, possuíam alta conexão entre o *ego* e o restante do agrupamento das redes, que se conectavam diretamente entre si nas esferas, independente do ponto central. Esse tipo de redes era predominante entre clérigos seculares nascido no termo de Mariana, que possuíam núcleos familiares extensos (entre cinco a 12 irmãos), baixo monte-mor inventariado (inferior a 3:00\$000 reis), maior nível de endividamentos, ocupavam cargos clericais não elevados (coadjutores, capelão ou auxiliares), residiam em regiões rurais, onde dedicavam-se a diversificadas atividades produtivas na economia local, como agricultura, pecuária e mineração (agricultores, produtores de engenhos e roceiros), as artes relacionadas à produção têxtil (fiar, tecer e costurar) ou eram pedintes de esmolas (Santa Cruzada, Santa Ceia, Almas, Conceição).

Nessas sociabilidades havia maior interação entre os gêneros e menor densidade de atividades pastorais. Porém, grande presença dos seculares na produção doméstica de alimentos e utensílios para o auto consumo ou para o mercado regional. De modo geral, os padres envolvidos nessas redes habitavam o meio rural, em residências com mais de três parentes, nas quais predominavam a mão de obra familiar e de escravos. A estrutura das redes era complexa, principalmente no que tange à distribuição dos indivíduos por esferas, que em muitos casos eram interdependente do *ego*. Apesar disso, elas apresentam esferas de sociabilidades nitidamente regionais, com ênfase na família e vizinhança.

Essas características podem ser inferidas na rede do padre Francisco Viera Alves, natural da freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga:

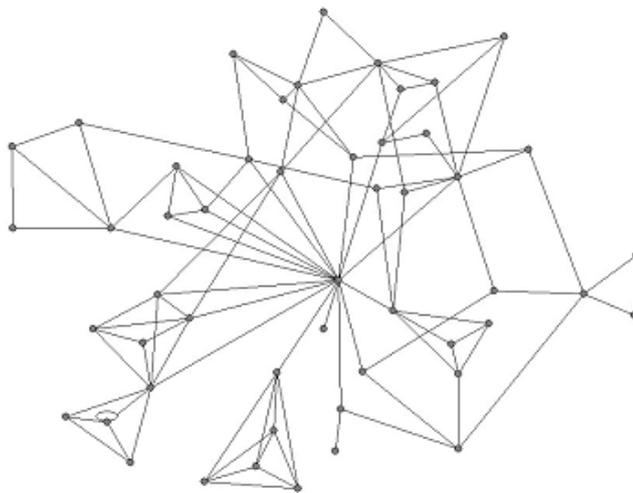


Figura 12: Sociograma da rede do padre Francisco Viera Alves

Fonte: Sociograma produzido a partir da configuração de matriz reticular no software UCINET 6.0.

Este secular era senhor de 32 escravos, dono de um monte mor de 2:807\$789, muitas terras, e viveu na casa de sua mãe, viúva de um único marido, ao lado de seis irmãos, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, conduzindo os negócios da família, punindo escravos desobedientes, emprestando dinheiros a juros e pagando os dotes devidos das irmãs e sobrinhas, todas casadas com agricultores e roceiros. Quando faleceu em 1787, já em idade avançada, devia 600\$000 reis de juros de empréstimos concedidos por seus dois amigos padres. Sua rede possuía 38 nós e 32 vínculos, três esferas e um contexto. Era fortemente baseado na família e na vizinhança, que se apresentava bastante conectado, e era regulada por relações de gênero.<sup>267</sup>

Em outro exemplo, temos a rede do padre João Alves da Costa, também natural da freguesia de Guarapiranga, onde viveu em casa de beco ao lado da irmã e sobrinhas, vizinho de parentes. Dedicou-se a atividades de roceiro, a arte relacionadas a produção têxtil e foi esmoleiro da Santa Cruzada. Faleceu em 1811, com dívidas, o que o impossibilitou de ser enterrado no altar da igreja, deixando aos herdeiros forçados o monte-mor de 667\$475 reis, numericamente o menor valor encontrado na documentação. Sua rede era composta por 21 nós e 28 vínculos, três esferas e um contexto. Acima a direita do ego situava-se a esfera familiar completamente conectada, à esquerda e abaixo, os grupos baseados na vizinhança e no crédito, na linha lateral encontrava-se dois grupos baseados no clero, que apresentava pouca conectividade com esse secular. A segregação apresenta efeitos nessa rede (morador de

<sup>267</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN* – Inventário do defunto Padre Francisco Viera Alves,

beco), há forte localismo na dimensão da rede, e variabilidade de gênero, especialmente de mulheres que exercem atividades produtivas (fiadeiras, tecedeiras e costureiras).<sup>268</sup>

Assim sendo, esse tipo de redes têm menor homofilia de gênero, maior número de nós, alto localismo, baixa extensão, ênfase na família e na vizinhança. Aparecem em 20% da amostra, e são típicas de padres naturais do termo.

#### **4.3. Redes Grandes a médias com Sociabilidades Variadas, bastante locais, com ênfase no comércio e finanças, com menos homofilia de gênero**

São redes que têm entre 29 a 112 nós, com média de quatro esferas, dois contextos, menor homofilia de gênero, variabilidade de sociabilidade e conectividade entre o *ego* e o agrupamento existente, que realizam trocas diretamente entre si. Possuem também forte tendência ao localismo, representado pela ênfase na família e vizinhança. São frequentes entre padres portugueses que ocupavam cargos clericais de pároco, tinha núcleo familiar extenso no termo (entre cinco a 12 parentes), monte mor inventariado médio (entre 5:000\$000 a 10:000\$000 reis), residiam em espaços rurais, onde se dedicavam a atividades enquanto agricultores, produtores de engenhos, roceiros, a artes de medicina, negociantes, credores e esmoleiros.

João de Souza Barradas é um belo exemplo. Natural de Lisboa, ele veio para a colônia acompanhando suas irmãs, dona Maria Jacinta, dona Ana de Souza Barrados e dona Maria do Carmo, casadas com comerciantes de grosso trato naturais de Coimbra, nomeados a contratadores e cobradores de impostos das entradas nas Minas Gerais. Fixaram residência na parte urbana do termo (Vila Rica e Mariana) e receberam mercês de sesmarias de terras de matas, campos e “*capoeiras virgementosas*”, próximas as nascentes de águas cristalinas, onde construíram fazendas de gado “pint”, “boffes” e “cavalares”. Em uma dessas, o padre residia para controlar seus negócios, os 84 escravos, o cortes de carne, a produção de doces e queijos, a colheita de ervas e grãos (milho e feijão). Quando ia ao centro urbano, além de suas atividades enquanto pároco, este secular concedia créditos e atendia aos doentes, aos quais receitava remédios fabricados em sua fazenda, principalmente a payoia, “*que cura do bicho de pé, das dores da barriga, dos males da cabeça e nos guarda de feitiços de negros*”.<sup>269</sup>

---

<sup>268</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre João Alves da Costa,

<sup>269</sup> MARIANA. **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** – Livro de instrução médica e relação de enfermos da diocese de Mariana, 1749.

Além disso, mandava dinheiro para Lisboa, através de seu cunhado, para irmão, doutor Bernado de Souza Barrados, para ser emprestado a juros. Os lucros alcançados eram enviados para Minas Novas, para ser guardado pelo seu irmão frei José de Souza Barrado, e para Roma, ao seu irmão padre Francisco de Paula Barrados. Morreu em idade avançada, sem dívidas, mas, com 70 créditos, com homens e mulheres do termo de Mariana. Trata-se de uma rede grande, com 86 nós, quatro esferas (clero, comércio, crédito e família), atravessada pela migração, mas com alto localismo e algumas extensas ao contexto global. Têm menor homofilia de gênero e ênfase na concessão de créditos.<sup>270</sup> Características que podem ser visualizadas no sociograma:

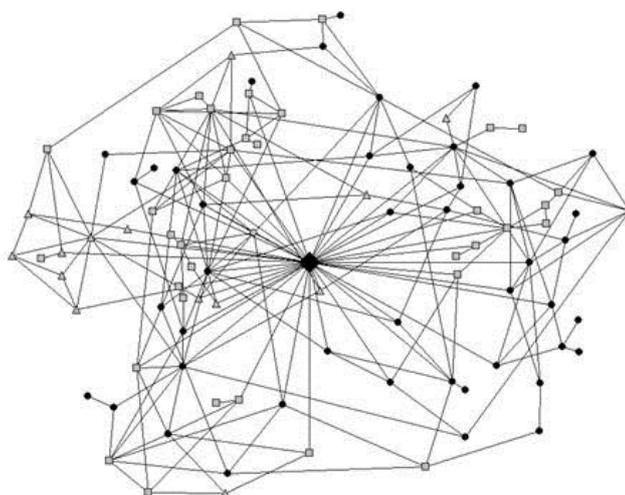


Figura 13: Sociograma da rede do padre João de Souza Barradas

Fonte: Sociograma produzido a partir da configuração de matriz reticular no software UCINET 6.0

Outro clérigo, Manoel de Couto Ribeiro, tinha muitos bens, escravos negros, índios, moedas, ouro, prata, terras de mineração, casa de aluguel em Coimbra, duas fazendas na mata do termo de Mariana, dois alambiques, roda de ralar mandioca, serras, foices, grilhões, correntes, tachos de cobres, junteira, bufete e outros bens domésticos. Sua rede tinha 109 nós, quatro esferas, mas com ênfase na família (58 parentes), com grupo de indivíduos levemente mais feminino (89 mulheres, ocupadas enquanto costureiras, lavadeiras, cozinheiras), dois contextos, mas maior ênfase no localismo.<sup>271</sup>

<sup>270</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre João de Souza Barradas,

<sup>271</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre Manoel de Couto Ribeiro,

Já José Xavier de Mello Alvim, tinha uma rede semelhante com 32 nós, sendo 25 desses representados por vereadores da câmara de Mariana, com concentração da sociabilidade na esfera de concessão de crédito, baseado na vizinhança.<sup>272</sup>

Sendo assim, essas redes apresentam-se situações de limitação das sociabilidades ao contexto local, com leve extensão ao global. São redes baseadas na família e na vizinhança, com leve predominância das mulheres, enquanto mão de obra e devedoras. É representada por 25,5% da amostra.

#### **4.4. Redes Grandes a médias com pouca sociabilidade, alto localismo, ênfase na administração pública e no clero, alta homofilia de gênero**

Esse tipo de rede apresentava em média 58 a 211 nós, com pouca variabilidade das sociabilidades, alto localismo, segregação, homofilia de gênero, forte solidariedade interna, com ênfase na administração pública e nas atividades eclesiais. Em sua esmagadora maioria, o grupo era representado por clérigos naturais do termo, nascidos na parte rural, que ocupavam cargos de párocos, cônegos ou administrativos da Sé, tinham núcleo familiar pequeno (até seis irmãos), residiam no centro urbano, eram vizinhos, irmãos da irmandade de S. Pedro, S. Francisco e Santa Ceia, possuíam elevados montes-mores (acima de 10:000\$000 reis), e se dedicavam a atividades educacionais, enquanto professores no seminário, ofícios jurídicos, como juizes, administrativos, como vereadores, ouvidores e escrivão das auditorias da capitania. Em média essas redes tinham quatro esferas, um contexto e leve tendência das conectividades nas esferas independente do *ego*.

Podemos observar essas características a partir da rede do padre Manoel da Costa Azevedo, nascido em Pintangui e residente em Mariana desde a época do seminário. Ocupou o cargo de juiz mais jovem dos Epistolários, juiz dos órfãos e vereador do senado local. Era irmão da confraria de S. Pedro, Carmo e S. Francisco. Foi professor no seminário, onde apadrinhou 68 meninos que receberam ordens sacras. Seus parentes: dona Maria Ribeiro, casada com doutor Manuel Gonsalves ribeiro, residentes em Pitangui; dona Ana Maia de Jesus, casada com Júlio Antônio de Carvalho, moradores no Serro; o alferes Francisco da Ribeiro era viúvo, e morava próximo a sua residência; enquanto seu irmão Paulo Medeiros vivia no Rio de Janeiro “sem nunca dar notícias”. Tinha dois sobrinhos padres, com quem dividia a

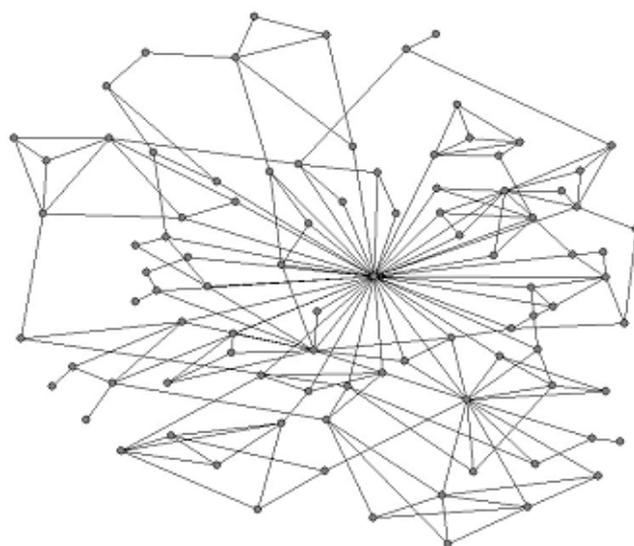
---

<sup>272</sup> MARIANA. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN – Inventário do defunto Padre José Xavier Alvim,

residência. Seu monte-mor era de 22:284\$375, possuía apenas um escravo, 284 livros, móveis franceses, residências de alugueis, como vendas e oficinas de marcenaria. Sua rede possuía 172 indivíduos, sendo 159 desses membros do clero local, partes deles seus vizinhos e irmãos de confraria, seis vínculos, quatro esferas e um contexto. As esferas eram baseadas na vizinhança, no clero e nas irmandades, e, com isso, apresentavam-se conectados autônomo do *ego*.<sup>273</sup>

Padre João Soares de Araújo, por sua vez, era natural da cidade de Mariana, filho legítimo de Francisco Santos de Paulo e Francisca da Silveira. Era pároco na cidade e tesoureiro do Juízo dos Órfãos. Seu monte-mor era de 11:073\$161 reis. Em sua rede podemos perceber o envolvimento com 70 indivíduos. Sendo 32 clérigos seculares, nove familiares – suas sobrinhas Benedita, filha de sua irmã Elena Rosa Francisca da Silveira, casada com o vereador Francisco Gonçalves da Mota, a sobrinha Teresa Beniera, e seus sobrinhos José Carlos e Joaquim da Silva, filhos de sua irmã Ana Maria da Silveira, casada com o vereador José da Silveira Lobo, e seu irmão José Romeiro Varelas de Mendonça – nove oficiais e suas esposas, com quem tinha laços de compadrio, seus nove afilhados de batismo, e, por fim, seu primo, padre Bento de Melo Rego.<sup>274</sup>

Padre Bento de Melo Rego, por sua vez, tinha uma rede com alto localismo formada por 81 nós, diretamente ligados à esfera da família, vizinhança, comércio e crédito, como podemos visualizar no seguinte sociograma:



---

<sup>273</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre Manoel da Costa Azevedo,

<sup>274</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre João Soares de Araújo

Figura 14: Sogiograma da Rede do padre Bento de Melo Rego

Fonte: Sociograma produzido a partir da configuração de matriz reticular no software UCINET 6.0

Esse secular era pároco e oficial de vintena da comarca de Vila Rica. Seu monte-mor era de 16:017\$892 reis. Possuía terras de 100 alqueires de sítios, 62 alqueires de roças e 60 alqueires de mineração na freguesia de Curral (Sabará), adquiridas por diversos meio como herança, compra, dádivas e menção. Cultivava feijão, arroz, mandioca, fumo, cana-de-açúcar e engordava porcos, bois, galinhas e veados. Era senhor de 72 cativos e viveu em casa de fazenda com 165 janelas, ao lado de sete filhos naturais, Ana Cândida, Jacinta, Arlinda, Arlinda, Angélica, Márcia e Justina, e sua prima Tereza Manoel Bezerra. Quando faleceu não possuía dívidas nem créditos.<sup>275</sup>

Visualizando esses tipos, estruturas, e modelos de redes sociais formadas pelos clérigos seculares em Mariana, em diferentes momentos e contexto do século XVIII, podemos inferir que essas eram bastante heterogêneas, tanto em termos de tamanho, número médio de nós e de vínculos, quanto em termos de diversidade de esferas e contextos. Observa-se, ainda, que essas redes eram formadas por diferentes relações e vínculos de sociabilidades que ultrapassavam o contexto do clero e da família para terem acesso aos mais diferentes elementos materiais e imateriais. Por meio dessas redes, eles agiam em conjunto, comprando, vendendo, desenvolvendo atividades pastorais e em outras formas de condução de montagem de empresas.

De modo geral, podemos dizer que as redes de sociabilidades e solidariedade de clérigos seculares encontrava-se fortemente estruturada em torno dos vínculos e prática que lhes permitiam apoio, proteção e segurança, especialmente em momentos críticos de crise econômica, social e cultural da sociedade mineradora.

---

<sup>275</sup> MARIANA. **Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN** – Inventário do defunto Padre Bento de Melo Rego,

## Considerações Finais

Chegando-se ao fim dessa reflexão cabe tecermos algumas considerações acerca de nossa proposta de pesquisa, que foi, pois, a de discorrer sobre alguns aspectos referentes as redes de sociabilidade e solidariedade de clérigos seculares que aturaram na região mineradora da América portuguesa, que, como destacamos no capítulo II, formou-se como reflexo de um amplo movimento migratório de indivíduos que buscavam fortunas, honras, prestígio e poder, constituindo na região famílias, que reproduziam princípios simbólicos de hierarquias baseados na propriedade da terra e de escravos, e no ideal da cor, pureza de sangue.

Por isso, uma das estratégias de família para alcançar ou manter status social, político e também econômico, era encaminhar um filho ao clero secular. O que funcionava como uma carta de apresentação para resolver problemas com a pureza de sangue, necessária para a solicitação de cargos públicos o incorporação militar, até mesmo para a compra de títulos de nobreza. No entanto, seria falso considerar que na época o sacerdócio era apenas um projeto de família. Ele também era um importante projeto individual de ascensão social para os celibatos. Uma vez que permitiam aos mesmo viverem com fortunas, respeito e prestígio social. Além disso, ele era uma opção construída pela Igreja católica, que necessitava se reproduzir materialmente e simbolicamente. Para tanto, a atuação da alto clero foi bastante intensa, desenvolvendo diferentes estratégias para recrutar novas vocações sacerdotais, tais como as visitas ao recém nascido.

Depois de recrutadas as novas vocações, os aspirantes ao clero, além dos anos longos de formação intelectual no seminário, passavam por investigações sumárias das origens sócias e dos antecessores morais. Após isso, havia a necessidade de comprovar patrimônio, transferindo parte dos mesmos a Igreja católica, por meio de doações.

Concluídos esses processos, aconteciam as celebrações de ordenação presbiteral, que possibilitava ao indivíduo ingressas numa carreira eclesiástica, por meio das matriculas de ordem sacras.

Enquanto ocupante de carreira eclesiástica em Mariana, o secular recebia da coroa benefícios anuais em forma de cômputo, que, como vimos, era desigual e, em alguns casos, demoravam muitos anos para serem recebidas. O que talvez, tem motivado a muitos

dedicarem-se a outras atividades econômicas, em especial o comércio. Em parte, essa prática foi viabilizada por redes que ligavam os seculares as comerciantes de retalho e grosso trato.

Para o estudo detalhado dessas redes revelou considerou-se os elementos de família e parentesco, espaço e segregação, migração e gênero, permitindo-nos, de modo geral, agrupar as redes de clérigos em pequenas, médias e grandes.

De maneira geral, por meio dessas sociabilidades podemos chegar nas seguintes conclusões: os clérigos seculares de Mariana no século XVIII formavam diferentes irmandades, com vínculos que ultrapassavam o contexto do clero. Partes desses clérigos agiam em conjunto, comprando, vendendo ou montando empresas. Nessas havia a presença constante de vínculos familiar e de parentesco. Em especial de mulheres, como irmãs e sobrinhas de padres, que se uniram em matrimônio com comerciais sócios desses religiosos.

Questões que merecem ser aprofundadas por trabalhos futuros, para, assim, aprofundarmos os inaptos das redes de sociabilidades e solidariedades desses clérigos nas conjunturas políticas e econômicas do período colonial.

## Referências

### Fontes Primárias

#### Documentos Manuscritos

*Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)*

Inventários e Testamentos do 1º. Ofício: 14/453; 134/2794; 75/1587; 149/3117; 149/3132; 107/2190; 112/2299; 58/1287; 121/2534; 112/2307; 125/2612; 82/176; 75/1602; 23/613; 44/1024; 75/1593; 22/589; 127/2666; 138/2872; 49/1121; 39/902; 75/1596; 83/1768; 134/2809; 127/2667; 43/1002; 121/2532; 157/3288; 141/2933; 149/3134; 130/2716.

*Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)*

Epistolário: 1589/1748; 1590/1747; 1591/1764; 1592/1764; 1593/1747; 1594/1750; 1595/1758; 1597/1758; 1598/1759; 1599/164; 1600/1765; 1601/1762; 1602/1767; 1603/1770; 1603/1770; 1603/1759; 1606/1747; 1607/1758; 1608/1749.

Processos de *Genere*: 01.001; 01.002; 01.003; 01.004; 01.005; 01.006; 01.007; 01.008; 01.009; 03.0311; 03.0312; 03.0314; 03.0433; 02.033; 02.035; 02.089; 07.1129; 08.31442, 1460.07.1225; 02.0243; 05.0782; 08.1363; 01.0075; 01.00112; 01.00071; 10.780; 03.0464; 03.0464; 03.0512; 07.124; 03.0539; 02.089; 01.00129, 15.89.06.000; 10.890; 07.0021; 08.31445.

Cartas Pastorais: 28.02.1748; 27.05.1750; 14.11.1751; 12.03.1752; 09.09.153; 22.02.1756; 06.05.1756; 20.09.1757; 14.02.1758; 06.12.17560. 10.03.1762.

Livros do Seminário – Armário 2, parte lateral, 1,2,3,4, 1748-1750, 1756-1854.

Livros de Conta: 1756-1776

Livro de Matrícula: 1792-1854

Livro de Registro Geral da Cúria.

Documentos diversos – caixa n. 1.

Regimento da Diocese, Cópia feita em 1828

Elogios ao Bispo Manuel da Cruz, S/d

Bens sequestrados em Mariana, Felipe Alvares Almeida, 1762

Bens a penhor, Mariana, 1757

Testamento – carta precatório, Mariana, 1759

Patrimônio, Mariana, 1765

Atestado de Missas Celebradas, Mariana, 1747

Testamento de Dom Frei Manuel da Cruz, 1764

Divisas Paroquiais e diocesanas

Obras Ratas. Códice 515 Cx. 07.

#### Documentos Impressos

Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762). Transcrição de Aldo Luiz Leone. Brasília: Ed. Senado Federal, 2008..

RODRIGUES, Flávio Carneiro. As visitas pastorais do século XVIII no bispado de Mariana. Caderno histórico do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana n. 1 a 3. Mariana: Dom Viçoso, 2004.

VIDEL, Dom Sebastião Monteiro. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: propostas e aceitas em Synodo Diocesano, que dito Senhor celebrou em 12 de Julho do anno de 1707. Transcrição de Antônio Louzada Antunes, São Paulo: Ed. Senado, 2000.

#### Documentos online

Concílio de Trento. In: Associação Cultural Montfort. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

## **Historiografia**

- ALENCASTRO, Luíz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul** (Séculos XVI e XVII). Cia das Letras, São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.); OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras – Mariana, 1750-1850**. Niterói: UFF, 1994. (Dissertação em História).
- \_\_\_\_\_. **Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822**. Niterói: UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História).
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. “Os religiosos e as mulheres: um olhar sobre as famílias pelos clérigos.” In: **Anais da VII Jornada Setecentista**, Curitiba, setembro de 2007, p. 389-395.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia História**. [online]. 2007, vol.23, n.37, p. 151-166.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil. Belo Horizonte**: Itatiaia, 1997.
- ANTONIL, André João. Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte 1899.
- ARANTES, Adalgisa (Org.). **Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **Sobre história da morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa, Teorema, 1987.
- ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco**. 2º ed. Revista e atualizada. Belo Horizonte: Secretaria de estado de Cultura e Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro: 2006. Vol. II. p. 370 (original pág. 14).
- AZEVEDO, Tales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo, Ática, 1978.
- AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A cristandade Colonial: um projeto autoritário: pensamento católico no Brasil**. São Paulo: Paulos, 1987.
- \_\_\_\_\_. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Edições Paulinas/Vozes, 1983.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista (1765-1855)**, Campinas, Centro de Memória, 1997.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Itatiaia, 1995, p. 195-196.
- BAZIN, Germain. **A Arquitetura religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV – XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BÍBLIA DE JERUZALÉM, A. São Paulo: Paulinas, 1995.

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.
- BODEI, R. G. **De Las Pasiones – Miedo, Esperanza, Felicidad: Filosofía Y Uso Político. México**: Fondo De Cultura Económica, 1995..
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O Barroco Mineiro: artes e trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOSSY, John. **A Cristandade no Ocidente 1400-1700**. Lisboa, Edições 70, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Cia das letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A Igreja Colonial Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A Igreja e a expansão na América Latina (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70.
- BRETTELL, Caroline B. **Homens que partem, mulheres que esperam: Consequências da emigração numa freguesia minhota**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- BURKE, Peter.(org) . **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial**. Bauru: Edusc, 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. “A família brasileira”. SMITH, Lynn e MARCHANT, MARCHANT, Alexander (ed). **Brasil: Potrait of half a continent**, N.Y. The Driden Press 291-311 pp. 1951.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida**. São Paulo, Duas cidades, 1977, p. 244.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. e PEREZ, Hector. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Um Historiador fala de teoria e metodologia: Ensaio**. Bauru, EDUSC, 2005.
- CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2007.
- CARRATO, José Ferreira. **As Minas Gerais e os primórdios do Caraça**. São Paulo, Nacional, 1963.
- CARVALHO, Cônego José Vidigal. **Na alheta de vultos imortais**. Viçosa, Folha de Viçosa, 2007.
- CASTRO, José Luiz. **Transgressão, controle social e Igreja Católica no Brasil: Goiás século XVIII**. (dissertação de Mestrado) Unesp, 2009.
- CERCEAU NETTO, Rangel. **Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem da comarca do Rio das Velhas (1720-1780)**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- CHATELIER, Louis. **A religião dos pobres**. Lisboa, Editorial Estampa 1995.
- CHAUNU, Piere. **Tempos da Reforma**. Lisboa, Edição 70, 1993.
- COELHO, José João Teixeira. "**Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais**". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No 7, 3o trimestre de 1852.
- CONTRERAS, Jaime . **Historia de la Inquisición Española (1478-1834)**. Madrid: Arco Libros, 1997.
- CORBIN, Alain. **Historien du sensible, entretiens avec Gilles Heuré**. Paris, La Découverte, 2000.
- COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias**. São Paulo: Annablume Editora, 2009.
- DEL PRIORE, M. **Corpo a Corpo com a Mulher**. São Paulo: Senac, 2000.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo, Editora Pioneira, 1989.
- DRUMMOND, Roberto. **Cidade histórica de Ouro Preto**. In: UNESCO. Patrimônio mundial no Brasil. Brasília: Unesco; Caixa Econômica Federal, 2000
- DUBY, Georges. **O Cavaleiro, a Mulher e o Padre: O amor na França Feudal**, Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- DURÃES, Margarida. **No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social**. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica, X, 3, 1992.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: A essência das religiões**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- ELIAS, Nibert **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ENGELS, Friedrich. "Contribution to the History of Primitive Christianity". In: K. Marx e F. Engels (org.). **On Religion**. Londres, Lawrence and Wishart, 1960, p. 281.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no século XVI: A Religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEITLER, Bruno Guilherme. **Inquisition, juifs et nouveaux-chrétiens au Brésil**. Paris, Rectorat de Paris, 2011.
- FERREIRA, A.B. de H. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Afogado em Nomes: temas e experiência em história econômica. **Topoi: revista de História**. Nº. 5, Rio de Janeiro, 7 letras, 2002.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊIA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia durante o século XVIII. In: João Fragoso; et al. **Na rota do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** Lisboa, IICT; Vitória, EDUFES, 2006, p. 165-192.
- GALLAS, Fernanda Disperati. **O Barroco no reinado de D. João V: arquitetura, moedas e medalhas.** São Paulo, Alfredo Gallas, 2012.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. O nome e o como. In: Id. **A micro-História e outros ensaios.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- Giuseppe Alberigo. **História dos Concílios Ecumênicos.** São Paulo, Paulus, 1995 pp. 331-357
- GODINHO, Vitorino de Magalhães. Ensaio, II. **Sobre História de Portugal.** Lisboa: Sá da Costa, 1968.
- GODINHO, Vitorino Magalhães **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII.** Lisboa: Di fel, 1990. p. 477-496
- GOMES, Alberon de Lemos. **A matrona e o padre: discursos práticas e vivências entre catolicismo, gênero e família na capitania de Pernambuco.** 2003. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2003..
- GOMES, Verônica de Jesus. **O vício dos clérigos: a sodomia nas malhas do tribunal do Santo Ofício de Lisboa.** Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 2010.
- GOUVEIA, Maria de Fatima Silva. **Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822.** Rev. Brasileira de História, São Paulo, 18 (36): 297-330, 1998.
- GOUVÊIA, Maria de Fátima. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil Angola (c. 1680-1730). In: BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera L. A.. (Org.). **Modos de governar: Ideais e práticas no império português, séculos XVI-XIX.** São Paulo: Alameda, 2005, v. , p. 179-197.
- GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário.** Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII. São Paulo, Cia das letras, 2003.
- HANSEN, João Adolfo. **A alegoria: Construção e interpretação da Metáfora.** São Paulo: EdUNICAMP, 2006.
- HAUCK, João Fagundes et al. **História da Igreja no Brasil.** 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HERMANN , Jacqueline. História das Religiões e das Religiosidades. In: Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro, Campus, 2011.
- HESPANHA, Antônio Manuel. **As vésperas do Leviatan: instituições e poder político, Portugal – séc, XVIII.** Coimbra: Livraria Almedina. 1994.
- \_\_\_\_\_. “Para uma teoria da História institucional do Antigo Regime”. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- \_\_\_\_\_. “A Igreja”. In: MATTOSSO. **História de Portugal. IV.** Lisboa, Estampa, 1993, p. 294.
- HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais na Revolução Inglesa de 1640.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- HIRANO, Sedi. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 7ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo 1, Vol. 1, p. 15-25-34.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo Brasileiro (1500-1800)**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. et al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- JEDIN, Hubert. **História del Concilio de Trento**. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1972.
- KARNAL, Leandro Karnal. **Teatro da Fé: Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI**. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.
- KÜNG, Hans. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LATIF, Miran de Barros. **As Minas Gerais**. Rio de Janeiro, s.l., 1978.
- LE GOFF, Jaques. **Os Intelectuais na idade média**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovani. **Antropologia I microhistória**. *Manuscripts*, n. 11, p. 15-28, janeiro, 1993.
- \_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- LEWKOWICZ, Ida. “Concubinato e casamento nas Minas Setecentistas.” In: RESENDE, Maria Efigênia L. de; Villalta, Luiz (org.). **As Minas Setecentistas II**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais - Origens e Formação**. 3. ed. Belo Horizonte, s.l. 1965.
- LIMA, Lana Lage da Gama. **A Confissão pelo Avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial**. São Paulo, USP, 1990.
- LONDOÑO, Fernando Torres. **Público e Escandaloso: Igreja e Concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro**. USP: São Paulo, 1992. (Tese de Doutorado em História).
- MARTINS, José de Souza. O professor Florestan Fernandes e nós. **Tempo Social; Revista Sociológica da USP**, São Paulo, vol. 7, outubro/1995.
- MARTINS, Karla Denise. **O Sol e a lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão Pará (1863-1878)**. Campinas, SP: [s.n.], 2001.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil – século XIX)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MAXUEL, Marx. Arraiais Mineiros - Relendo Sylvio de Vasconcellos. **Revista Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 359-393, 1992.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848 1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELLO, Suzy. **Barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 25.
- MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII**. Niterói-Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.
- MENEZES, Furtado de. **Igrejas e Irmandades em Ouro Preto**. Belo Horizonte, 1ª ed., 1975.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988.

- MILAGRE, Marcela Soares. Entre a bolsa e o púlpito: eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João Del Rei, 2011.
- MONTEIRO, Rodrigo Nunes Bentes. Aparente e essencial. Sobre a representação do poder na Época Moderna. In: SOUZA, Laura de Mello e Souza; Et. Al. (Org.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, v. 1, p. 519-538.
- MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo, Hucitec, 2005.
- MOTA, Isabel Maria H. F. “A imagem do Rei na História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Um estudo preliminar”. **Revista de História das Ideias**, vol. 11, Coimbra, 1989.
- MOTT, Luiz Mott. **Inquisição e Sociedade**. Salvador, Ed. Da Universidade Federal da Bahia, 2010.
- MOTT, Luiz. “Modelos de Santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do cabido de Mariana”, 1760 In: Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n° 9, 1989.
- MOTT, Luiz. Rosa Egipcíaca, uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- MULLET, Michel. A contra-reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna Europeia. Lisboa: Gradiva, 1985.
- MULLET, Michel. **A contra-reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna Europeia**. Lisboa, Gradiva, 1985.
- MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. **Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão setecentista**. Niteroi, UFF, 2011.
- NEVES, Guilherme Pereira das. **E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas Constitucionais: cultura e política (1820-1823)- Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.
- NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. “O sacrilégio permitido: filhos de padres em São Paulo colonial.” In: MARCÍLIO, Maria Luiza. Família, mulher, sexualidade e igreja na História do Brasil. São Paulo, CEDHAL/CEHILA/Edições Loyola, 1993.
- NOLASCO, Edriana Aparecida. “Desejando deixar por socorridos por sua morte”- Famílias de padres: o caso do vigário João da Costa Guimarães (1819-1836). In: Anais do Primeiro Encontro de Pesquisa em História da UFMG, 1; 2012, Belo Horizonte.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 2001.
- NOVINSKY, Anita Waingort. **Cristãos-novos na Bahia**. São Paulo, Perspectiva, 1992, p. 9.
- OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. “A difusão da doutrina Católica em Minas Gerais no século: XVIII: análise das Pastorais dos Bispos”. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 187-217. Editora UFPR.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Padre José Maurício: “dispensa da cor”, mobilidade social e recriação de hierarquias na América Portuguesa. In GUEDES, Roberto. (Org.). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: governos, fronteiras, poderes, escravidão (Séculos XVII-XIX)**. RJ: MAUAD X, 2011.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870. Bauru: EDUSC, 2005.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Teoria do Rococó religioso e suas relações com o Barroco. *Cultura Visual. Revista do Curso de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia*, v.1, n. 3, jan./ jul. 2001.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

PAIVA, Gilberto. "Meados do século XIX: a Igreja no Brasil toma novos rumos". In: *Fragmentos de Cultura*, v. 9 n. (s.d.).

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o Poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.). **História Religiosa de Portugal**. Coimbra: Círculo de Leitores, 2000, p. 168.

PAIVA, José Pedro. O cerimonial da Entrada dos Bispos nas suas Dioceses: Uma Encenação de Poder (1741-1757). **Rev. de História das Ideias**. Vol. 15 (1993), p. 120

PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal e do império (1495-1777)**. Coimbra, Imprensa Universitária de Coimbra, 2006.

PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)**. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 36.

PARKER, Charles H., **Global Interactions in the Early Modern Age**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e infratores: o tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)**. São Paulo, Annablume, 2008.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

POULAT, Emile. *Catolicidade e modernidade: um processo de exclusão mútua*. Concilium, Petrópolis, v. 224, 1992

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância**. SP, Editora Alameda, 2008, p. 137.

RAMOS, Adriano. **Francisco Vieira Servas e o ofício da escultura na capitania das Minas do ouro**. Belo Horizonte: Andrade Gutierrez, 2002, p. 187.

RAMOS, Donald. Do Minho à Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, S/d.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 2v.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Mário de Sampaio. **Achegas para a História da Música em Portugal**, 111. *A Música em Portugal nos Séculos XVIII e XIX*, Lisboa, 1936, p. 21.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na idade média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial (1530 - 1630)**. São Paulo: Alameda, 2008.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição: família negras em Paraíba do Sul (1872-1920)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1990.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Poder Eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social**. São Paulo, USP, 2012.

- RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. **Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**: As Visitas Pastorais do Século XVIII no Bispado de Mariana. Mariana, Dom Viçoso, 2007.
- RUSSEL-WOOD, John. **Um mundo em movimento**. Porto, Difel, 2006.
- SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. p. 62.
- SALIN, Alex. **Arte barroca brasileira**. São Paulo: Editora Décor, 2010
- SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, Mulheres e Povoamento**: São Paulo, Século XVIII. Bauru, SP, EDUSC, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (século XVI-XIX). **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 11, n. 22 – Março/agosto de 1991:07-33.p. 8.
- SAMARA, Eni; TUPY, Ismênia . **História e Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, p. 92-93.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (1660-1750). In: Almeida, Carla Maria de Carvalho de; Oliveria, Mônica Ribeiro de. Op. cit., 51-70,
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Na encruzilhada do império**: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANTOS, Fabrício Forcato. “A nódoa da luxúria sob a batina: confrontos entre clérigos seculares e paroquianos na Vila de Paranaguá no século XVIII.” *Revista Ágora*, Vitória, n.8, 2008, pp. 4-30.
- SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça. “Relacionamentos proibidos e amores visíveis: a quebra do celibato dos clérigos seculares da capitania de Pernambuco (1707- 1800).” In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- SANTOS, Marília Nogueira. **Escrevendo cartas, governando o império**: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil. Niterói: UFF, 2007. (Dissertação, Mestrado em História).
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978, 171.
- SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart. Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo/Bauru: Companhia das Letras/Edusc, 2009.
- SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca. **Lugares e pessoas**: Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1948.
- SILVA, Fernando A. Subsídios para a História da Diocese do Funchal. S/Editora: Funchal, 1946, p.98-214.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.) **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 1, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e .O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Sônia Maria de Souza. Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa. In: Carla Maria Carvalho de Almeida; Mônica Ribeiro de Oliveira. (Org.). **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.** Juiz de Fora, Ed.UFJF, 2006, p. 217-236.

TAVARES, Georgia da Costa. **A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial: Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)**, Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor.** 2. ed., Lisboa, Difel, 1998.

TORRES- LÔDONO, Fernando. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo; História Social/USP/Loyola 2002.

TREVOR-ROPER, Hugh. **Religião Reforma e Transformação Social.** Lisboa, Presença, 1972.

TRINDADE, C. Raymundo. Archidiocese de Marianna: subsídios para a sua história. Tomo I. São Paulo: Alameda Barão de Piracicaba, 1928.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana.** Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1945.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro.** Ministério da educação e Saúde, 1945, p. 163.

VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista.” In: Laura de Mello e Souza (Org.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa.* Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Cia das Letras, 1997, vol. I.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão.** São Paulo, Ática, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro, Campus, 1989.

VASCONCELLHOS, Sylvio de. **Arquitetura, dois estudos.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960.

VASCONCELLOS, Salomão de. **Mar Una e seus templos.** Belo Horizonte, SI, 1938

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais.* 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII).** Lisboa, Estampa, 1995.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XIII.* Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e Miséria em Minas Gerais.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

VILAR, Pierre. **Desenvolvimento econômico e análise histórica.** Lisboa, Editorial Presença, 1982.

VILLALTA, Luiz Carlos. **A torpeza diversificada dos vícios: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais.** São Paulo, 1993.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo, Pioneira, 1983.

WEISBACH, Wemer. **El barroco el arte de la Contrarreforma. Madrid:** Espasa Calpe, 1942.